

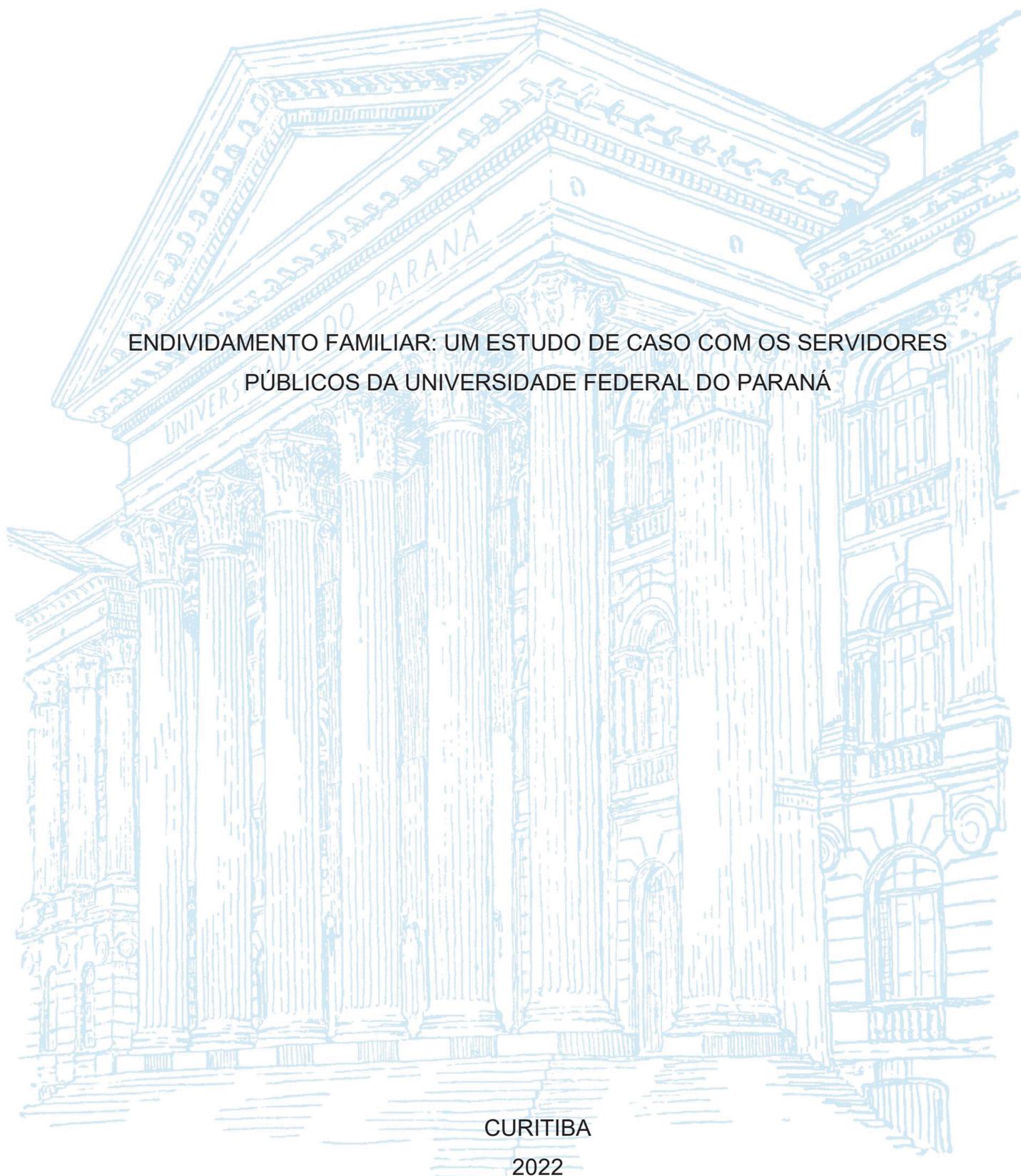
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARINA BAGATIN DE SOUZA MOREIRA DO PRADO

ENDIVIDAMENTO FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO COM OS SERVIDORES
PÚBLICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CURITIBA

2022



MARINA BAGATIN DE SOUZA MOREIRA DO PRADO

ENDIVIDAMENTO FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO COM OS SERVIDORES
PÚBLICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Dissertação de Mestrado, apresentada ao curso de Pós-Graduação em Gestão de Organizações, Liderança e Decisão, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do título de Mestre em Decisões em Finanças e Mercados Financeiros.

Orientador(a): Prof. Dr. José Roberto Frega

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Prado, Marina Bagatin de Souza Moreira do
Endividamento familiar : um estudo de caso com os servidores
públicos da Universidade Federal do Paraná / Marina Bagatin de
Souza Moreira do Prado. – Curitiba, 2022.
1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná,
Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-
Graduação em Gestão de Organizações, Liderança e Decisão.
Orientador: Prof. Dr. José Roberto Frega.

1. Mercado de crédito. 2. Empréstimos bancários. 3. Dívidas
pessoais. 4. Finanças pessoais. I. Frega, José Roberto.
II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação
em Gestão de Organizações, Liderança e Decisão. III. Título.

Bibliotecária: Maria Lidiane Herculano Graciosa CRB-9/2008

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES, LIDERANÇA E DECISÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **MARINA BAGATIN DE SOUZA MOREIRA DO PRADO** intitulada: **Endividamento Familiar: um Estudo de Caso com os Servidores Públicos da Universidade Federal do Paraná**, sob orientação do Prof. Dr. JOSÉ ROBERTO FREGA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 09 de Dezembro de 2022.

Assinatura Eletrônica

05/01/2023 18:52:22.0

JOSÉ ROBERTO FREGA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

16/01/2023 14:37:47.0

VAGNER ALVES ARANTES

Avaliador Externo (40001016)

Assinatura Eletrônica

05/01/2023 06:31:33.0

RODRIGO OLIVEIRA SOARES

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Dedico este trabalho a todos que me incentivam e inspiram à constante busca pelo conhecimento, em especial ao meu marido, que sempre me encoraja e vibra com as minhas conquistas, e à minha mãe, que me compreende e me inspira a ser uma pessoa cada vez melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me fortaleceu e me deu alento durante todos os desafios neste processo.

Agradeço meu esposo Silvio Prado, que permaneceu ao meu lado, contribuindo de forma decisiva para que este projeto fosse concluído. Minha sincera gratidão por todo apoio e companheirismo.

Agradeço meus familiares queridos, em especial minha mãe Cleide, meu pai Artur e meus irmãos André e Bruno, por todo apoio e compreensão.

Agradeço meu orientador, Prof. Dr. José Roberto Frega, pelas orientações, visão crítica e aconselhamentos.

Agradeço os professores e equipe do PPGOLD, que mesmo num cenário pandêmico, estiveram sempre dispostos a transmitir conhecimento e me ajudar em tudo que foi necessário.

Agradeço aos colegas do PPGOLD, pelas trocas de conhecimento e parceria.

Agradeço aos servidores da Universidade Federal do Paraná, que se prontificaram gentilmente a responder o questionário da pesquisa.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, pelo incentivo e pelo apoio, principalmente nos momentos mais críticos do mestrado.

Agradeço ao meu colega Aldemir Junglos, pelos conhecimentos partilhados e pela ajuda nas análises estatísticas.

Enfim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram ou estiveram ao meu lado ao longo dessa trajetória, tornando possível a realização desse sonho.

Em primeiro lugar, tenha um ideal prático e definitivo;
uma meta, um objetivo.

Em segundo lugar, disponha dos meios necessários para atingir os seus fins;
sabedoria, dinheiro, materiais e métodos.

Em terceiro lugar, ajuste todos os seus meios para esse fim.

Aristóteles

RESUMO

As transformações do mercado financeiro somadas com o avanço tecnológico e com os estímulos das políticas econômicas promoveram uma expansão no mercado de crédito no Brasil. Por outro lado, há estudos que evidenciam que o conhecimento financeiro não tem acompanhado a ampliação de acesso ao crédito, e, verificam-se também altos índices de endividamento familiar brasileiro. No âmbito dos servidores públicos, uma das modalidades de crédito muito conhecida é o empréstimo consignado, que tem demonstrado expressivo crescimento nas contratações por esta categoria de trabalhadores. Nesse sentido, considerando o objetivo da pesquisa, que é analisar o endividamento dos servidores ativos da UFPR e relacionar com as características macroeconômicas, sociodemográficas, atitude ao endividamento e conhecimento financeiro, foi realizada uma revisão de literatura com foco na formulação de hipóteses sobre os fatores que impactam o endividamento. Como procedimentos metodológicos, a pesquisa se delineou em um estudo de caso intrínseco e instrumental, descritivo, com abordagem quantitativa, e com a análise de dados pautada em técnicas estatísticas dedutivas. A coleta de dados foi realizada por meio de análise documental referente aos empréstimos consignados e da aplicação de um questionário aos servidores ativos da UFPR. As hipóteses foram testadas com a utilização de Estatísticas Descritivas, Análises de Correlação e Cointegração, Análises de Variância (ANOVA e Test t) e Análise Fatorial. Dentre os principais resultados destaca-se que os servidores ativos da UFPR também apresentam altos índices de dívida, entretanto, em uma proporção ligeiramente inferior aos índices das famílias brasileiras. Entretanto, durante a pandemia da Covid-19 os servidores apresentaram comportamento divergente, com uma queda nas contratações de consignados. E, por meio dos testes de hipóteses, foram confirmados os achados teóricos referentes às variáveis “Faixa Etária”, “Rendimentos” e “Estado Civil”, e identificado comportamento oposto em relação à variável “Escolaridade”. Também foram identificados dois grupos de dívida na amostra, com comportamentos diferentes em relação ao endividamento. Outro fator interessante foi a constatação de que a má gestão da renda, o alto consumo e a facilidade de acesso estão entre os principais influenciadores na contratação de crédito pelos servidores, gerando indagações sobre o impacto da estabilidade nas decisões referente à contratação de crédito. Como limitações da pesquisa afirma-se que a amostra contém somente servidores ativos da UFPR, e que foi utilizada apenas a análise quantitativa dos dados. E por fim, são realizadas algumas sugestões de estudos futuros, como: expandir a amostra, abrangendo os servidores aposentados e pensionistas da UFPR; realizar uma análise qualitativa a fim de compreender o impacto que a estabilidade pode exercer nas finanças pessoais dos servidores, bem como compreender a mudança de comportamento nos gastos durante o período pandêmico; e a realização de um comparativo entre pesquisas realizadas com servidores públicos, com a intenção de verificar as semelhanças de comportamento.

Palavras-chave: mercado de crédito; crédito consignado; endividamento; atitude ao endividamento; conhecimento financeiro.

ABSTRACT

The financial market transformations, technological advances, and the stimuli from economic policies have promoted an expansion in the credit market in Brazil. On the other hand, some studies show that financial knowledge has not accompanied the growth of access to credit, and there are also high indebtedness rates among Brazilian families. In the realm of public servants, one of the most well-known types of credit is the payroll loan, which has shown a significant growth in the number of loans taken out by this category of workers. In this sense, considering the objective of this research, which is to analyze the indebtedness of UFPR's active public servants and relate it to the macroeconomic and sociodemographic characteristics, attitude to indebtedness, and financial knowledge, a literature review was carried out focusing on the formulation of hypotheses about the factors that impact indebtedness. As methodological procedures, the present research study is an intrinsic and instrumental case study, descriptive, with a quantitative approach and data analysis based on deductive statistical techniques. Data collection was carried out through document analysis referring to consigned loans and the application of a questionnaire to UFPR's active servers. The hypotheses were tested using Descriptive Statistics, Correlation, Cointegration Analysis, Analysis of Variance (ANOVA and t-test), and Factor Analysis. Among the main results, it is worth pointing out that UFPR's active workers also present high debt indexes, however, in a proportion slightly lower than the indexes of Brazilian families. However, during the Covid-19 pandemic, public servants showed divergent behavior, with a drop in the hiring of consigned loans. And through the hypothesis tests, the theoretical findings regarding the variables "Age", "Income", and "Marital Status" were confirmed, and opposite behavior was identified regarding the variable "Education". Two debt groups were also identified in the sample, with different behaviors concerning indebtedness. Another interesting factor was the verification that poor income management, high consumption, and easy access are among the leading influencers in the contracting of credit by public servants, generating questions about the impact of stability in the decisions regarding contracting credit. As limitations of the research, it is stated that the sample contains only active UFPR employees and that only quantitative data analysis was used. And finally, some suggestions for future studies are made, such as: expanding the sample, including retired and pensioner servers at UFPR; conducting a qualitative analysis to understand the impact that stability can have on the personal finances of servers, as well as understanding the change in spending behavior during the pandemic period; and the realization of a comparison between surveys conducted with public servants, to verify similarities in behavior.

Keywords: credit market; payroll loan; indebtedness; debt tolerance; financial knowledge.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB – 1996 A 2021 (EM %)	28
GRÁFICO 2 – SALDO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SFN – 2011 a 2021 (EM % DO PIB)	29
GRÁFICO 3 – NOVAS CONCESSÕES COM RECURSOS LIVRES PARA PESSOAS FÍSICAS REFERENTE AO CRÉDITO CONSIGNADO (EM R\$ MILHÕES CONSTANTES DE DEZ./2020)	32
GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DA PROPORÇÃO DO CRÉDITO CONSIGNADO EM RELAÇÃO À TODOS OS TIPOS DE DÍVIDAS PESSOAIS	33
GRÁFICO 5 – TAXA MÉDIA DE JUROS DO CRÉDITO CONSIGNADO – APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS	34
GRÁFICO 6 – COMPARATIVO TAXAS MÉDIAS DE JUROS	35
GRÁFICO 7 – EVOLUÇÃO INDICADORES DE DÍVIDA – 2010 A 2021	38
GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DO CRÉDITO PESSOAL COM RECURSOS LIVRES – POR CATEGORIA	41
GRÁFICO 9 – EMPRÉSTIMO PESSOAL COM RECURSOS LIVRES – JUNHO DE 2018	41
GRÁFICO 10 – DESCONTOS DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO – SERVIDORES ATIVOS (JAN/2004 A DEZ/2021)	60
GRÁFICO 11 – CORRELAÇÃO ENTRE DESCONTO DOS EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS E INPC (JAN/2004 A DEZ/2021)	61
GRÁFICO 12 – TRAJETÓRIA CONSIGNADOS E INPC (JAN/2004 A DEZ/2021)	62
GRÁFICO 13 – RESÍDUOS REGRESSÃO (EMPRÉSTIMO CONSIGNADO E INPC)	62
GRÁFICO 14 – TRAJETÓRIA TAXA SELIC	63
GRÁFICO 15 – CORRELAÇÃO ENTRE DESCONTO DOS EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS E INPC (JAN/2004 A DEZ/2021)	64
GRÁFICO 16 – TRAJETÓRIA CONSIGNADOS E TAXA SELIC (JAN/2004 A DEZ/2021)	64
GRÁFICO 17 – RESÍDUOS REGRESSÃO (EMPRÉSTIMO CONSIGNADO E SELIC))	65
GRÁFICO 18 – MÁXIMO DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS	65
GRÁFICO 19 – RESÍDUOS REGERESSÃO: MODELO 4	74

GRÁFICO 20 – HISTOGRAMA	74
-------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CATEGORIAS DE ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO	54
--	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PERFIL DA AMOSTRA E DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS	67
TABELA 2 – RESULTADOS SIGNIFICATIVOS DA REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA – MODELO 1	70
TABELA 3 – ATITUDE AO ENDIVIDAMENTO	71
TABELA 4 – RESULTADOS SIGNIFICATIVOS DA REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA – MODELO 2	72
TABELA 5 – RESULTADOS SIGNIFICATIVOS DA REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA – MODELO 3	72
TABELA 6 – RESULTADOS SIGNIFICATIVOS DA REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA – MODELO 4	73
TABELA 7 – RESULTADOS SIGNIFICATIVOS DA REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA – GRUPO 1.....	75
TABELA 8 – RESULTADOS SIGNIFICATIVOS DA REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA – GRUPO 2.....	75
TABELA 9 – RESUMO: RESULTADOS DOS MODELOS DE REGRESSÃO	79
TABELA 10 – RESUMO: RESULTADOS DOS MODELOS DE REGRESSÃO POR GRUPO	79

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ACF	- <i>Autocorrelation function</i>
AIC	- Critérios de Informação de Akaike
BCB	- Banco Central do Brasil
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEP	- Comitê de Ética em Pesquisa
CLT	- Consolidação das Leis do Trabalho
CMN	- Conselho Monetário Nacional
CNC	- Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNDL	- Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas
COVID-19	- Coronavírus
CVM	- Comissão de Valores Mobiliários
DEPEF	- Departamento de Promoção da Cidadania Financeira
DIMAC	- Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas
ENEF	- Estratégia Nacional de Educação Financeira
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPC	- Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS	- Instituto Nacional de Seguro Social
IOF	- Imposto sobre Operações Financeiras
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGPD	- Lei Geral de Proteção de Dados
MSA	- <i>Measure of Sampling Adequacy</i>
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	- Organização Mundial da Saúde
PEIC	- Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PIB	- Produto Interno Bruto
PROGEPE	- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROPLAN	- Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças
RGPS	- Regime Geral de Previdência Social
SARS-CoV-2	- Síndrome Respiratória Aguda Grave
SEEDF	- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SGS	- Sistema Gerenciador de Séries Temporais
SIAPÉ	- Sistema Integrada de Administração de Pessoal

SFN	- Sistema Financeiro Nacional
SPC	- Sistema de Proteção ao Crédito
TAE	- Técnicos Administrativos em Educação
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UFRPE	- Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFV	- Universidade Federal de Viçosa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 CONTEXTO E PROBLEMA	16
1.2 OBJETIVOS	19
1.2.1 Objetivo geral	20
1.2.2 Objetivos específicos.....	20
1.3 JUSTIFICATIVA	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 MERCADO DE CRÉDITO	23
2.1.1 Evolução do Mercado de Crédito Brasileiro	24
2.1.2 Modalidades de Crédito.....	29
2.1.3 Crédito Consignado.....	30
2.2 ENDIVIDAMENTO.....	36
2.2.1 Evolução do Endividamento Familiar Brasileiro.....	37
2.2.2 Endividamento com Crédito Consignado no Serviço Público.....	40
2.3 FATORES QUE IMPACTAM O ENDIVIDAMENTO	42
2.3.1 Fatores Macroeconômicos e Endividamento.....	42
2.3.2 Características Sociodemográficas e Endividamento.....	43
2.3.3 Atitude ao Endividamento.....	46
2.3.4 Conhecimento Financeiro e Endividamento	48
3 METODOLOGIA	50
3.1 TIPOLOGIA DO ESTUDO.....	50
3.2 UNIDADE DE ANÁLISE	51
3.3 COLETA DE DADOS	52
3.4 ANÁLISE DE DADOS.....	55
3.5 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	58
4 ANÁLISE DE DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	59
4.1 EVOLUÇÃO DO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO.....	59
4.2 ENDIVIDAMENTO DOS SERVIDORES E SUAS CARACTERÍSTICAS	66
4.2.1 Características da Amostra	66
4.2.2 Fatores que impactam o endividamento.....	68
5 DISCUSSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	81

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO	94
---------------------------------	----

1 INTRODUÇÃO

No capítulo introdutório será realizada a apresentação do contexto e do problema a ser respondido pela pesquisa. Ademais serão expostas as delimitações dos objetivos e as justificativas teóricas e empíricas.

1.1 CONTEXTO E PROBLEMA

O desenvolvimento de um país é fortemente influenciado pelo mercado de crédito, o qual possibilita a expansão da produtividade das empresas, bem como viabiliza o incremento do poder de compra da população (MEDEIROS; OLIVEIRA; BENDER FILHO, 2018). Brady (2008) enfatiza que o crédito promove uma suavização do consumo no decorrer do tempo, à medida que admite que recursos sejam utilizados na data presente, mas com uma geração de renda futura.

Nesse sentido, verifica-se que há cada vez maiores facilidades nas operações do mercado de crédito, principalmente pelo surgimento de novos produtos e serviços, como é o caso da regulamentação do empréstimo consignado, ocorrida em 2003 (MARTINS; FERRAZ, 2011). Consoante, Trindade, Righi e Vieira (2012) ressaltam que as transformações ocorridas no mercado financeiro, além de garantir maior acesso ao crédito, acarretam num aumento do endividamento populacional.

De acordo com Bader e Savoia (2013), outro elemento que exerce forte impacto neste mercado é o avanço da tecnologia de informação, que devido ao grande fluxo de informação e aos constantes estímulos aos consumidores, vem alterando a maneira como os produtos e serviços são ofertados pelas organizações. E nesse contexto, em que as necessidades são constantemente reinventadas, novas perspectivas de consumo são geradas, que por sua vez despertam desejos a serem saciados pelos indivíduos, que buscam inclusão em determinada posição social (LINS *et al.*, 2017).

Consoante, Messias, Silva e Silva (2015) destacam que o maior acesso aos bens de consumo causa um reflexo no endividamento populacional, que pode ser considerado bom em relação à qualidade de vida dos indivíduos, se estes vincularem o consumo com as suas necessidades reais e não ao consumo somente para suprir a vontade e o desejo momentâneo de comprar. Contudo, alguns autores

destacam que é possível verificar alterações no comportamento dos indivíduos quanto a sua forma de consumo, evidenciando um aumento no consumismo, o qual é qualificado como o costume de realizar compras desnecessárias e de forma compulsiva (SECCO; OLIVEIRA; AMORIM, 2014). Em estudo realizado anteriormente, Bernthal, Crockett e Rose (2005) já identificavam a existência de um enraizamento do consumismo, destacando a sua contribuição para o crescimento do endividamento da população.

Mas, além do avanço tecnológico e das mudanças no mercado financeiro, verificou-se também um maior estímulo ao consumo provindo das políticas econômicas do país (SICSÚ, 2019). Neste ponto é importante lembrar que o Brasil já esteve elencado como um dos países com maior índice de inflação a nível mundial, momento no qual os brasileiros viviam num ambiente de instabilidade econômica, que causava incertezas em relação ao poder de compra, ocasionando uma retração do mercado de crédito (MARTINS; FERRAZ, 2011). E, a partir do Plano Real (1994), o qual foi implementado com alguns objetivos, dentre eles controlar o ambiente de hiperinflação e a desvalorização da moeda, são verificados diversos momentos de intervenção na política econômica do Brasil, em que foram utilizadas estratégias de incentivo ao mercado de crédito, por meio da criação de emprego e valorização da renda, as quais refletem no nível de endividamento da população (PEREIRA *et al.*, 2020),

Corroborando, Claudino, Nunes e Silva (2009) questionam se o crescimento no mercado de crédito foi acompanhado pelo conhecimento financeiro, já que verificam um aumento nos índices de endividamento das famílias brasileiras ao longo dos anos. Em pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2021) foi evidenciado que o ano de 2021 registrou grande volume de famílias endividadas no país (76,3%). Neste ponto existe o impacto gerado pela pandemia da Covid-19, que relevou que a falta do controle orçamentário familiar pode ter transportado muitas famílias para o cenário de contratação de dívidas (ALVES *et al.*, 2020).

No entanto, a atenção demandada pelo tema não é recente, sendo que de acordo com Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE, 2010), no ano de 2010 aproximadamente 85% da população brasileira apresentava dificuldades na gestão das finanças pessoais. Borges (2013) corrobora mencionando que fatores como as facilidades para obtenção de crédito e a falta de organização financeira induzem ao

endividamento. Além disso, Moreira e Carvalho (2013) reforçam que o fácil alcance ao crédito em conjunto à dificuldade nos acessos dos informes financeiros e a demasiada propaganda colaboram com o maior endividamento e com a inexecução do pagamento das dívidas.

Nesse segmento, constata-se que há diversos estudos que buscam investigar o nível de educação financeira da população brasileira e também evidenciar como o conhecimento e habilidades financeiros impactam na qualidade de vida dos indivíduos (VIEIRA *et al.*, 2013; ARTIFON; PIVA, 2014; GALVÃO; OLIVEIRA FILHO, 2019) e outros estudos que abordam temática similar, porém com enfoque nos servidores públicos (CAVALCANTE; MELO; ALMEIDA, 2014; FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2013; COSTA *et al.*, 2021).

No caso dos servidores públicos, uma das modalidades de crédito muito utilizada é o empréstimo consignado. Silva e Macedo (2021) verificaram um alto uso de empréstimo consignado pelos servidores da Universidade Federal Rural de Pernambuco, e enfatizaram a necessidade de ações voltadas à educação financeira visando a melhoria no planejamento financeiro dos servidores. Corroborando, Pereira *et al.* (2020) mencionam que em 2018 os servidores públicos deviam nessa modalidade de crédito dez vezes mais do que os empregados de empresas privadas.

Flores, Vieira e Coronel (2013) ainda destacam que os servidores públicos possuem muitas facilidades em relação ao acesso ao crédito principalmente pela sua estabilidade de renda. Consoante, Silva, Silva Neto e Araújo (2017) enfatizam que a estabilidade é considerada um elemento que pode levar à propensão ao risco financeiro.

Nesse sentido, os autores Bruno e Gentil (2022) enfatizam que a procura por crédito no mercado vem aumentando por parte da categoria de servidores públicos, que, além de possuírem maiores facilidades de acesso ao crédito, apresentam também perdas salariais, que de acordo com pesquisa realizada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, no período de 2010 a 2021 a perda salarial foi superior a 48% para cerca de 90% dos servidores do Poder Executivo.

E é nesse cenário em que se verifica um crescimento no endividamento da população brasileira, um alto volume na adesão dos servidores públicos na contratação de crédito consignado e, mais especificamente, pela constatação do

grande uso de empréstimo consignado pelos servidores da Universidade Federal do Paraná, que esta pesquisa buscou obter subsídios e informações suficientes para responder a seguinte questão: Quais são as relações existentes entre o endividamento dos servidores da Universidade Federal do Paraná com os aspectos macroeconômicos e com as suas características sociodemográficas, atitude ao endividamento e conhecimento financeiro?

A fim de responder essa questão de pesquisa será realizada uma análise do endividamento referente aos servidores ativos da UFPR, sendo importante destacar que essas respostas podem contribuir de forma teórica, uma vez que vai demonstrar qual é a relevância do empréstimo consignado no contexto familiar, neste caso específico em relação às famílias dos servidores, os quais possuem maiores facilidades na obtenção dessa modalidade de crédito.

Ademais, verifica-se potencial contribuição no âmbito prático, já que a partir deste panorama financeiro dos servidores, será possível realizar uma reflexão em relação ao processo de conhecimento e planejamento financeiro, proporcionando subsídios à instituição para a elaboração de ações relacionadas à utilização consciente do crédito e a educação financeira, visto o impacto econômico que seus servidores exercem na comunidade local. Neste ponto ressalta-se também que a criação de um programa voltado às finanças pessoais dos servidores estaria em consonância com a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) do Governo Federal, que visa promover maior conhecimento financeiro à sociedade (DECRETO Nº 10.393, 2020).

Portanto, a partir do contexto e da questão de pesquisa apresentados, são elencados os objetivos dessa dissertação.

1.2 OBJETIVOS

Nesse capítulo serão apresentados os objetivos, geral e específicos, que serão norteadores da pesquisa, a fim de responder o problema identificado e evidenciar a contribuição almejada com o estudo (AMADEU *et al.*, 2015, p. 15).

1.2.1 Objetivo geral

Analisar o endividamento dos servidores ativos da Universidade Federal do Paraná e relacionar com as características macroeconômicas, sociodemográficas, atitudes ao endividamento e conhecimento financeiro.

1.2.2 Objetivos específicos

1. Identificar o comportamento da contratação do empréstimo consignado pelos servidores, considerando o período de 2004 a 2021;
2. Identificar o comportamento relacionado ao endividamento, incluindo a compreensão do impacto da Covid-19 na contratação de crédito pelos servidores;
3. Identificar a atitude ao endividamento dos servidores;
4. Identificar o nível de conhecimento financeiro dos servidores;
5. Identificar a relação existente entre as variáveis perfil sociodemográfico, atitude ao endividamento, conhecimento financeiro e adesão ao endividamento.

1.3 JUSTIFICATIVA

O contexto econômico e social do país vem apresentando ao longo dos anos um aumento na concessão de crédito e um crescimento constante no endividamento familiar, que por sua vez pode vir a afetar a qualidade de vida da população (BEMEL *et al.*, 2016). Nesse sentido, devido à verificação do alto volume de empréstimo consignado utilizado no setor público e mais especificamente pelos servidores da Universidade Federal do Paraná, há uma sinalização de que também pode existir um contexto de endividamento desses trabalhadores e de suas famílias.

E considerando o fato de a UFPR ter um dos maiores orçamentos do Estado do Paraná, sendo que em 2021 possuía um total aproximado de 10 mil servidores ativos e aposentados (divididos entre técnicos-administrativos e docentes), e uma dotação orçamentária de R\$ 1.675 bilhão, entende-se relevante compreender o nível de endividamento dos servidores e suas famílias, visto o impacto socioeconômico que exercem na comunidade local (UFPR, PROPLAN, 2021).

A fim de demonstrar a importância orçamentária da Universidade, é interessante ressaltar que o seu orçamento é maior do que a dotação orçamentária de algumas cidades do Estado, como é o caso por exemplo de Ponta Grossa e Cascavel, que no ano de 2021 obtiveram um orçamento de R\$1.107 bilhão (LEI Nº 13.899, 2021) e R\$ 1.473 bilhão (LEI Nº 7.185, 2021) respectivamente.

Nesse sentido, é oportuno realçar que de acordo com a OCDE (2005), o crescimento do consumo e do acesso ao crédito não foi acompanhado pela educação financeira, gerando consequências como a elevação do endividamento e o comprometimento não saudável do orçamento familiar. Consoante, verifica-se preocupação do Governo Federal, o qual instituiu, por meio do Decreto nº 7.397 de 22 de dezembro de 2010, posteriormente substituído pelo Decreto nº 10.393 de 9 de junho de 2020, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Sendo que a principal finalidade da ENEF é “promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no país” (DECRETO Nº 10.393, 2020).

Ademais, devido ao crescimento no endividamento da população brasileira, a Confederação Nacional do Comércio (CNC) instituiu, a partir de 2010, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC Nacional), a fim de possibilitar o acompanhamento dos indicadores de dívida e a percepção da população em relação a sua capacidade de pagamento, informações fundamentais para mensurar o consumo e o desempenho futuro do mercado de crédito (CNC-PEIC, 2021).

Portanto, visto a relevância da temática, o presente estudo buscou obter maior compreensão sobre as nuances do endividamento dos servidores públicos ativos da UFPR, bem como identificar o nível de educação e planejamento financeiro desse público, já que estes são suscetíveis a contrair dívidas devido à facilidade de obtenção de crédito no mercado, e ao mesmo tempo geram impactos na economia da comunidade ao redor.

Conforme citado anteriormente, tal temática vem sendo debatida no âmbito dos servidores públicos, e como exemplos destaca-se o estudo que analisou o endividamento e a qualidade de vida dos servidores públicos do Brasil (PEREIRA; SOUZA JÚNIOR, 2021) e a pesquisa realizada com os trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina (PACHECO; CAMPARA; COSTA JR., 2018).

À vista disso, A UFPR foi escolhida para realização deste estudo pelo fato de a pesquisadora atuar como técnica administrativa na área de Gestão de Pessoas nesta Universidade e por ter identificado um grande volume na utilização de empréstimo consignado pelos servidores. Ademais, foi verificado não haver estudos anteriores que abordassem a situação financeira dos servidores da UFPR.

Para a execução do proposto, a presente pesquisa é composta por esta introdução e mais quatro capítulos. A segunda parte do trabalho apresenta o Referencial Teórico, que tem como objetivo auxiliar na compreensão dos conceitos sobre o mercado de crédito, abordando especialmente o crédito consignado; as definições sobre o endividamento familiar brasileiro; e os fatores que impactam na adesão ao endividamento. Na sequência é exposta a Metodologia escolhida para cumprir com os objetivos do trabalho, com destaque à tipologia do estudo, descrição da unidade de análise e aspectos voltados à coleta e análise dos dados. No quarto capítulo, são apresentadas as análises dos resultados, tanto em relação à evolução do endividamento dos servidores baseada nos descontos de empréstimos consignados, como no que diz respeito aos fatores impulsionadores de contratação de crédito. E, por fim, são destacadas as considerações finais, com menção das limitações e as recomendações para estudo futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentados os conceitos que fundamentam o presente estudo. A fim de melhorar o entendimento sobre o assunto, optou-se em realizar um aprofundamento sobre as temáticas de mercado de crédito, endividamento e fatores que impactam na adesão ao endividamento.

2.1 MERCADO DE CRÉDITO

O Sistema Financeiro brasileiro é segmentado em quatro grandes mercados: monetário, de capitais, de câmbio e de crédito. Sendo que esta dissertação se concentrará na compreensão das nuances do mercado de crédito, aquele em que bancos e demais instituições financeiras têm como objetivo captar recursos dos agentes conhecidos como superavitários a fim de emprestá-los a população ou organizações (CVM, 2014). Estas operações têm um custo, que de acordo com Assaf Neto (2021, p. 75) é conhecido no mercado por *spread*, isto é, a diferença de juros que o banco paga ao poupador e que cobra do tomador de empréstimo.

Basicamente, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) é formado por empresas ou indivíduos que firmam contratos, como cheque especial ou crédito direto ao consumidor, com entidades e instituições financeiras (bancos comerciais ou sociedade de crédito, investimento e financiamento), que por sua vez atuam como intermediadoras financeiras (BCB, 2021).

Portanto, as instituições financeiras desempenham o papel de centralização do risco - já que realizam as análises de crédito - e atuam como elo entre agentes (superavitários e deficitários) que possuem expectativas diferentes no que se refere aos volumes e prazos de recursos (ASSAF NETO, 2021, p. 75).

Logo, o mercado de crédito proporciona para empresas o financiamento de novos projetos, capital de giro para suprir dificuldades financeiras ou permite a realização de novos investimentos. Para as pessoas físicas não é diferente, estas podem agir como agentes deficitários ou superavitários, a depender da situação que o indivíduo se encontra, isto é, se necessita de recursos para suprir falta de caixa ou se são poupadores que gostariam de ganhar juros sobre seu capital.

O Governo por sua vez atua ativamente neste mercado, podendo emitir títulos públicos no momento que necessita captar recursos a fim de suprir os déficits

de caixa. E por fim, as instituições financeiras também são participantes, agindo como intermediárias financeiras e como usuárias, uma vez que necessitam complementar seu caixa quando emprestam mais recursos do que recebem.

Segundo o Banco Central do Brasil (BCB) - órgão responsável por monitorar e fiscalizar o SFN e assim garantir o cumprimento das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) - este sistema permite que os indivíduos, organizações e Governo circulem ativos, paguem suas dívidas e realizem investimentos (BCB, 2021). Ademais, é importante mencionar que o CMN é o órgão normativo, que coordena a política macroeconômica do país, atuando na elaboração da política da moeda e do crédito.

Pinheiro (2009) destaca que o BCB é uma autarquia federal, a qual integra o SFN e tem como objetivos assegurar o equilíbrio monetário do país, manter reservas internacionais, garantir a liquidez da economia bem como a formação de poupança e a estabilidade econômica.

Diante do exposto, o crédito nada mais é que uma forma de fomentar a economia, pois além de impulsionar a geração de empregos, de renda e de financiamento de operações, acelera o consumo, que por sua vez tem impacto direto na produção das empresas (SICSÚ; CASTELAR, 2009, p. 74-75). Logo, deve-se ressaltar a importância do mercado de crédito para que ocorra um bom funcionamento da economia local. Afinal, se o sistema financeiro não funcionar de forma eficiente, as aplicações ou empréstimos ficam retidos, isto é, sem circulação de dinheiro no mercado, o que poderia travar a economia.

Nesse sentido, Oliveira e Wolf (2016) enfatizam que numa economia capitalista, o crédito é considerado um elemento primordial do endividamento, pois promove a concretização de decisões relacionadas ao consumo e investimentos.

2.1.1 Evolução do Mercado de Crédito Brasileiro

O mercado de crédito brasileiro vem atravessando inúmeras modificações, sendo que, durante a década de 1980, o Brasil apresentava um mercado de crédito estagnado, fruto da grande incerteza e aversão ao risco que existia no momento, por conta da combinação de fatores como a alta dívida pública de curto prazo, a inflação elevada e a restrição externa (MARTINS; FERRAZ, 2011).

Já na década de 1990 foram implementadas algumas políticas voltadas à liberação financeira, que permitiram uma estabilização de preços com a queda da inflação, principalmente a partir de 1994 (MARTINS; FERRAZ, 2011), momento em que foi implementado o Plano Real. Destaca-se que uma das estratégias utilizada foi justamente aumentar a oferta de crédito, visando fomentar o consumo de bens e serviços, e assim aquecer a economia do país. Entretanto, de acordo com Martins e Ferraz (2011), nesta época ainda existiam incertezas e o mercado de crédito permanecia praticamente estagnado.

Pode-se dizer que o crescimento deste mercado foi retomado a partir de 2003, sendo que o Governo Lula foi marcado pela propagação expressiva na concessão de crédito (MORA, 2014). A autora ainda cita que entre dezembro de 2003 e dezembro de 2010 foi possível identificar um acréscimo do crédito de 24,6 pontos percentuais do PIB para 45,3 pontos percentuais, e que este crescimento se relaciona às fontes de recursos livres, crédito à pessoa física e financiamentos para empresas (MORA, 2014). Corroborando, Brandão (2021) destaca que nos períodos de 2003-2010 (Governo Lula) houve um aumento do PIB brasileiro, que gerou uma expansão do consumo por conta de alguns fatores como a criação do Programa Bolsa Família em 2003; a valorização do salário mínimo, em especial em 2007; a diminuição do desemprego; a maior formalização do mercado de trabalho; e por fim, a amplificação do mercado de crédito.

Oliveira e Wolf (2016) ressaltam que a propagação do crédito foi fomentada pelas condições internacionais favoráveis, que conduziram ao cenário de afrouxamento das políticas fiscal e monetária, entretanto, mantendo as metas para o superávit primário e para a inflação. Os autores ainda destacam que o avanço no mercado internacional e nacional provocou aumento na demanda do crédito pela população e também da oferta por parte dos bancos (OLIVEIRA; WOLF, 2016). Verifica-se também que no período de amplificação do crédito, os bancos acabaram priorizando as modalidades de que ofereciam maiores garantias, com destaque especial ao crédito consignado (MORA, 2014).

Todavia, apesar do aumento considerável no volume de crédito ocorrido na economia brasileira entre 2003 e 2008, o país ainda apresentava muito espaço para expansão, se comparado com outros países como Chile, Austrália e China (SANT'ANNA; BORÇA JÚNIOR; ARAÚJO, 2009). Prates *et al.* (2009) destacam que em 2008 a expansão do crédito foi afetada negativamente devido ao aumento do

Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e à redução do limite de desconto com empréstimos consignados dos inativos (aposentados e pensionistas) vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Ainda em 2008, a crise do *subprime* ganhou destaque no cenário internacional (BORÇA JR; TORRES FILHO, 2008), iniciando como uma crise setorial, com um aquecimento do mercado imobiliário dos Estados Unidos, mas na sequência se tornou uma crise sistêmica de repercussão mundial (FARHI *et al.*, 2009). Borça Jr. e Torres Filho (2008) evidenciam que houve prejuízo no mercado de crédito a nível global. No Brasil não foi diferente, pois ocorreu uma redução na liberação de empréstimos, com aumento nos custos e diminuição dos prazos (OLIVEIRA; WOLF, 2016).

De acordo com Oliveira e Wolf (2016), os bancos privados que vinham liderando a concessão de crédito diminuíram suas operações, e os bancos públicos, com o intuito de minimizar os efeitos da crise internacional passaram a exercer papel fundamental no mercado de crédito do país.

Nesse cenário, o Banco Central do Brasil (BCB) realizou medidas para injetar maior liquidez nos bancos, lançando mão de facilidades nas operações de redesconto e de diminuição dos compulsórios, isto é, proporcionando alternativas para atenuar os efeitos da crise (OLIVEIRA; WOLF, 2016). Outrossim, o BCB também lançou medidas que visavam a promoção de liquidez em moeda estrangeira, por meio de operações de leilões de moeda, *swap* cambial e redução na alíquota do IOF (0,38%) sobre operações de câmbio (PRATES; CUNHA, 2012).

Já em 2009 foi possível verificar a redução na taxa de juros básica e uma nova expansão do crédito, em que os bancos passaram a captar mais recursos utilizando depósitos a prazo e depósitos de poupança, e em 2010 também com a emissão de títulos de crédito e de Letras Financeiras (OLIVEIRA; WOLF, 2016). Martins e Ferraz (2011) sintetizam que a crise financeira internacional gerou impactos no mercado brasileiro a partir de 2008, em que as transações correntes passaram a ter saldo negativo, mas que foi em 2009 que ocorreu a grande retração no PIB. Os autores também indicam que ao final de 2009 e início de 2010 foi verificada uma rápida retomada da economia do país (MARTINS; FERRAZ, 2011).

Em suma, pode-se afirmar que no período de 2004 a 2009, mesmo o país enfrentando uma crise internacional, apresentou crescimento nas operações de

crédito (próximo de 150%) e um aumento na relação crédito/PIB que foi de 24,3% em 2004 para 45% em 2009 (MARTINS; FERRAZ, 2011).

Na sequência, no ano de 2010, devido ao acréscimo na taxa de inflação, o BCB atuou aumentando a taxa de juros básica e adotando medidas de restrição ao crédito, justificando que as medidas buscavam amenizar o grau de endividamento familiar (OLIVEIRA; WOLF, 2016). Entretanto, ao final de 2011, devido ao baixo volume de crédito, o BCB reduziu a taxa de juros básica e voltou a provocar estímulos junto ao Governo, que tentava fomentar o consumo e o investimento. Portanto, com essa redução constante na taxa de juros básica, ocorreu uma pressão por parte do Governo para que os bancos públicos reduzissem o *spread* que era cobrado dos clientes, que acabaram compensando a redução com uma estratégia agressiva para captar maiores volumes de operações.

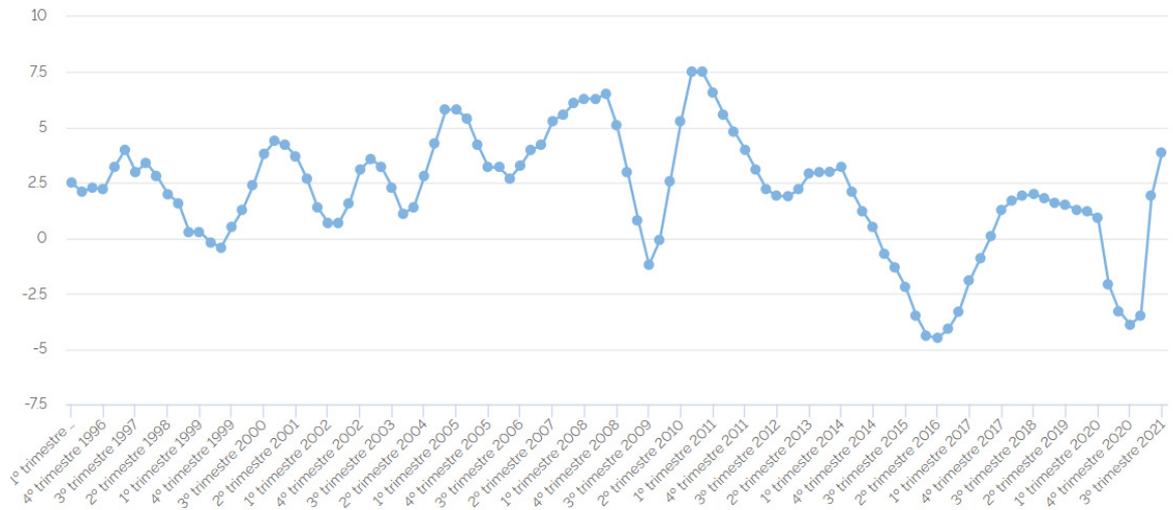
Em meados de 2012 o Governo lançou um pacote com novas medidas que visavam reforçar a concessão de crédito (OLIVEIRA; WOLF, 2016). E em 2013, com o aumento da inflação, o BCB aumentou a taxa de juros básica da economia, e foi verificada uma desaceleração do crescimento, da renda e do emprego no país. Com tamanha desaceleração identifica-se também maior dificuldade de pagamento dos empréstimos e redução na procura por novas contratações. Logo, os custos dos empréstimos passaram a subir e os prazos diminuíram (RIBEIRO, 2013).

Nesse contexto, durante o período de 2013 a 2015 percebe-se uma estagnação ou até mesmo uma retração no mercado de crédito do país, boa parte por conta da incapacidade das famílias em honrarem suas dívidas (PAIVA; SILVA; FEIJÓ, 2016).

Prosseguindo, durante o ano de 2016 o país permanece em recessão, entretanto, algumas alterações foram realizadas em relação às políticas econômicas (diminuição da expectativa de inflação e novo regime fiscal), justamente para permitir uma recuperação da economia (SOUZA JÚNIOR; LEVY, 2016).

O Gráfico 1 evidencia o que foi abordado nos parágrafos anteriores, apresentando uma queda no Produto Interno Bruto (PIB) desde 2014, o qual atingiu o menor patamar em 2016, demonstrando a profundidade da recessão que acompanhou o país durante esse período. Souza Júnior e Levy (2016) destacam que nesse período havia uma queda no consumo das famílias, baixa expansão dos investimentos, queda no rendimento e no mercado de trabalho.

GRÁFICO 1 – TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB – 1996 A 2021 (EM %)



FONTE: IBGE (2022).

Na sequência, durante os anos de 2017 e 2018 foi verificada uma queda no endividamento, principalmente com recursos livres, e uma tendência de crescimento no saldo de crédito das pessoas físicas, apresentando também queda nos juros e *spreads* (BASTOS, 2017, 2018). Já em 2019 nota-se um crescimento constante no saldo de créditos do SFN, com pequeno crescimento na inadimplência e verifica-se também uma tendência de ascensão no *spread* (BASTOS, 2019).

Em 2020, devido à diminuição nas taxas de juros das concessões, verifica-se aumento no saldo de empréstimos, atingindo 52,8% do PIB, com crescimento para pessoas físicas e principalmente para as pessoas jurídicas (SANTOS, 2020). Ademais verifica-se um crescimento no endividamento das famílias, tanto em relação ao crédito habitacional como o não habitacional. E no final de 2021 percebe-se uma estabilidade no comprometimento de renda, mas uma alta crescente na taxa de juros e inflação, o que prejudica a oferta de crédito realizada pelos bancos (SANTOS, 2021). O autor ainda aponta que o mercado de crédito vem apresentando resistência, entretanto não está isento das mudanças macroeconômicas ocorridas em consequência da pandemia da Covid-19. Nesse sentido, Santos (2021) destaca que houve um crescimento maior nas modalidades de crédito que apresentam juros mais altos, como é o caso, por exemplo, do crédito não consignado e do cartão de crédito rotativo.

Assim sendo, o Gráfico 2 possibilita a visualização da evolução do saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional, incluindo recursos livres e

direcionados, para pessoas físicas e jurídicas, durante o período de abril de 2011 a setembro de 2021.

GRÁFICO 2 – SALDO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SFN – 2011 a 2021 (EM % DO PIB)



FONTE: Carta de Conjuntura n.º 53 – IPEA (2021). Elaboração: Gecon/Dimac/Ipea com base nos dados do BCB.

Pelo Gráfico acima confirma-se que em 2020, num cenário de crise sanitária, ocorreu uma evolução no mercado de crédito graças às medidas tomadas pelo BCB e CMN, que tiveram o objetivo de promover a manutenção da liquidez e da fluidez do mercado de crédito (BCB, 2021).

Portanto, é visível o quanto o Sistema Financeiro Nacional é impactado pelo aumento ou redução de estímulos que são direcionados à concessão de crédito, os quais moldam a evolução deste mercado. Mas além da apresentação da revisão do progresso do mercado de crédito brasileiro, é importante compreender também quais são as modalidades existentes.

2.1.2 Modalidades de Crédito

As instituições financeiras utilizam diversas modalidades de crédito no mercado visando suprir, fundamentalmente, insuficiência de caixa de curto e médio prazos (ASSAF NETO, 2021). De acordo com o BCB (2021) as operações de crédito são

divididas em duas modalidades, crédito com recursos livres, em que há autonomia em relação ao destino do recurso captado no mercado; e crédito com recursos direcionados, voltados ao investimento nos setores de infraestrutura, imobiliário e rural.

A título de exemplo, o crédito com recursos livres possui operações como aquisição de bens, capital de giro, cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal. Já o crédito direcionado apresenta operações com recursos do BNDES, crédito rural, crédito imobiliário, microcrédito, entre outros (BCB, 2021).

De acordo com Ferreira (2018), Chefe do Departamento de Promoção da Cidadania Financeira do BCB, as pessoas necessitam de crédito para cobrir despesas inesperadas, ou seja, que não estavam previstas em seu orçamento doméstico. E dentre os principais tipos destaca o empréstimo pessoal, empréstimo pessoal com garantia, empréstimo pessoal consignado, cartão de crédito e cheque especial (FERREIRA, 2018).

Considerando que nesse esse estudo o empréstimo consignado será utilizado como uma fonte de informação sobre o endividamento dos servidores da UFPR, entende-se ser relevante destacar suas principais características.

2.1.3 Crédito Consignado

O Crédito consignado é uma das modalidades de crédito pessoal, sendo que neste caso há o débito direto em folha de pagamento, sendo que é destinado a servidores públicos, trabalhadores que são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aposentados e pensionistas (BCB, 2021).

O Banco Central do Brasil elenca o empréstimo consignado como uma das modalidades de crédito livre dentro das operações de crédito do país (BCB, 2021). Dentre as deliberações sobre o conceito do crédito consignado há a definição do BCB (2021):

Uma modalidade de empréstimo em que o desconto da prestação é feito diretamente na folha de pagamento ou de benefício previdenciário do contratante. A consignação em folha de pagamento ou de benefício depende de autorização prévia e expressa do cliente à instituição financeira concedente do empréstimo e da existência de convênio entre a fonte pagadora e a instituição financeira que oferece a operação (BCB, 2021).

Em consonância, Cintra (2006) frisa a necessidade de firmamento de convênios entre bancos e instituições financeiras com as organizações públicas ou privadas, a fim de conceder empréstimos aos trabalhadores. Ademais, destaca-se que o desconto em folha de pagamento é limitado à margem consignável disponível dos requerentes (SILVA; MACEDO, 2021).

Em relação ao ordenamento jurídico, já existia previsão da tomada de crédito consignado no Brasil desde 1946, por meio do Decreto-Lei nº 9.790, de 6 de setembro de 1946, que abordava sobre os descontos dos empréstimos dos servidores públicos dos Estados e Municípios. Na sequência houve a publicação da Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950, que delineava sobre a consignação em folha de pagamento.

Entretanto, foi com publicação da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que ocorreu a regulamentação desse tipo de empréstimo para todos os trabalhadores do setor público e privado, assim como para os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Nesse sentido, Prates *et al.* (2009), ressaltam que a instituição do crédito consignado pode ser considerada como uma inovação financeira ocorrida na época. E Brandão (2021) aponta que o principal objetivo da regulamentação do crédito consignado era tornar o mercado de crédito no Brasil mais popular.

Após a regulamentação do empréstimo consignado ocorreram algumas alterações legais, primeiramente com a Lei de nº 13.172, de 21 de outubro de 2015, a qual abordava sobre o desconto em folha de pagamento de valores que eram destinados ao pagamento de cartão de crédito. E mais recentemente foi publicada a Lei nº 14.131, de 30 de março de 2021, que realizou uma alteração importante em relação ao aumento da margem do empréstimo consignado, que era de 35% e após a publicação da Lei foi possível utilizar até 40% de margem, mas somente durante o ano de 2021. De acordo com Gutierre (2021), Secretário de Previdência, essa medida teve como propósito garantir maior acesso às operações de crédito que apresentam taxas mais acessíveis, sendo que foi uma demanda realizada pelas entidades que representam os aposentados e pensionistas do INSS, em resposta às dificuldades financeiras decorridas da pandemia da Covid-19.

Em relação às vantagens do consignado, pode-se mencionar que é a segurança para quem empresta, justamente pelo débito ser realizado diretamente na folha de pagamento. Brandão (2021) corrobora afirmando que o crédito consignado

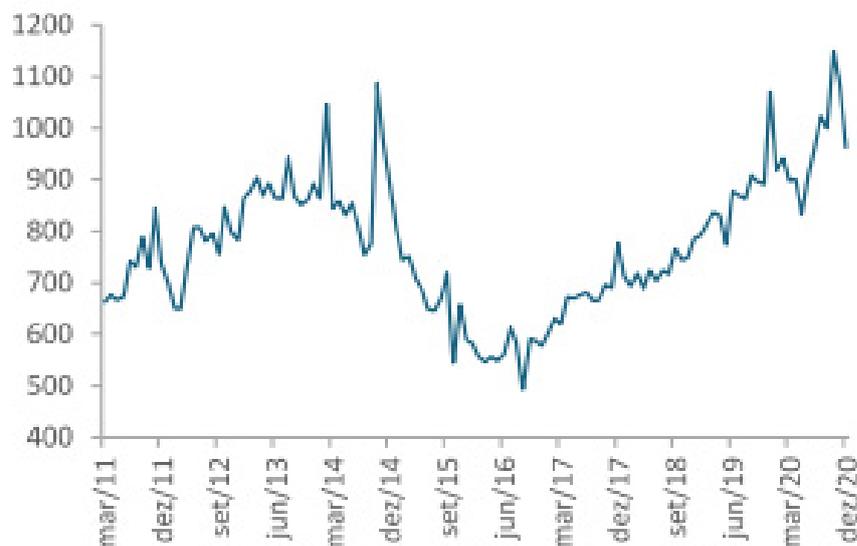
reduz o risco dos bancos de forma drástica, afinal, o risco de inadimplência é quase inexistente, já que se trata de uma decisão compulsória e não de uma decisão do cliente.

Outra questão importante é que esta modalidade de crédito é demasiadamente direcionada aos servidores públicos e aos aposentados e pensionistas do INSS, sendo um público com renda previsível, reduzindo ainda mais o risco de inadimplência (BRANDÃO, 2021).

Consoante, Singer (2009) enfatiza que o fato de o crédito consignado ser um dos mais seguros em relação aos outros tipos de crédito concedidos pelas instituições financeiras, faz com que possua taxas mais baixas e atrativas no mercado, acarretando no aumento da sua popularidade, inclusive colaborando com o uso bancário por parte das pessoas de baixa renda. Ademais, destaca-se que existe a possibilidade de concessão de crédito para pessoas inadimplentes no SERASA ou no Sistema de Proteção ao Crédito (SPC).

Portanto, conforme elucidado no texto vem ocorrendo um crescimento e popularização do crédito consignado, o qual foi demonstrado graficamente pelo em estudo realizado por Santos (2021), Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

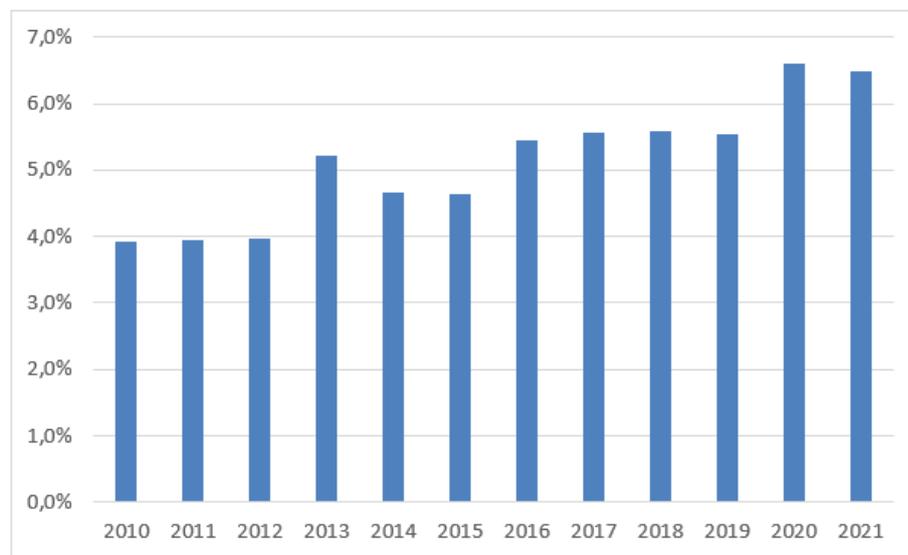
GRÁFICO 3 – NOVAS CONCESSÕES COM RECURSOS LIVRES PARA PESSOAS FÍSICAS REFERENTE AO CRÉDITO CONSIGNADO (EM R\$ MILHÕES CONSTANTES DE DEZ./2020)



FONTE: Carta de Conjuntura n.º 50– IPEA (2021). Elaboração: Gecon/Dimac/Ipea com base nos dados do BCB.

Outro fator que pode ser notado nas Pesquisas de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizadas pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), é que a participação do crédito consignado tem apresentado aumento em relação ao total de dívida das famílias brasileiras, conforme evidenciado no Gráfico 4.

GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DA PROPORÇÃO DO CRÉDITO CONSIGNADO EM RELAÇÃO À TODOS OS TIPOS DE DÍVIDAS PESSOAIS (EM %)



FONTE: Elaborado pela autora com base na série histórica da PEIC (2022).

Dentre os tipos de dívidas da série da PEIC constam cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro, financiamento de casa e outras dívidas (CNC, 2021).

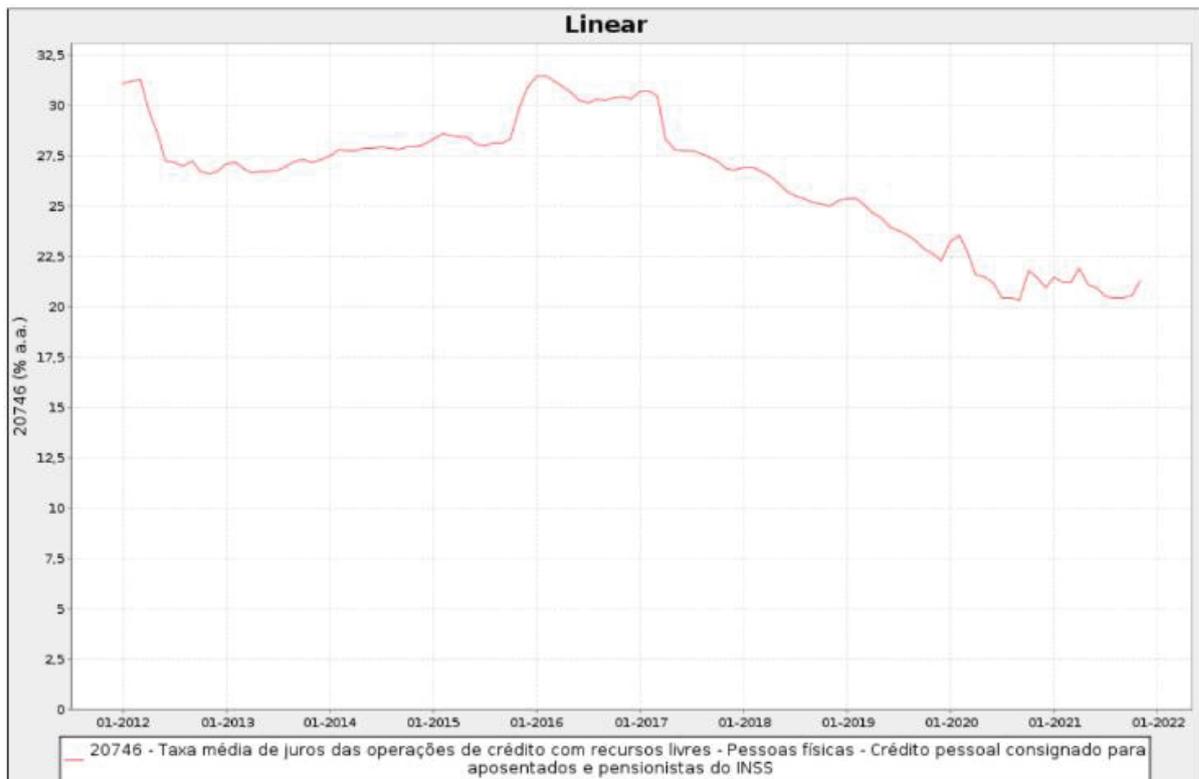
De acordo com a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas - CNDL (2018), verifica-se que a principal finalidade para a contratação de empréstimos consignados, aproximadamente 30%, é para quitação de dívidas em atraso provindas de outros tipos de empréstimos, do uso excessivo do cartão de crédito e contas em geral. Então nota-se que é um uso de forma emergencial, mas é preciso enfatizar que é necessário ter cautela, uma vez que é um comprometimento financeiro de longo prazo. Em consonância, uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas - CNDL e pelo Serviço de Proteção ao Crédito - SPC Brasil (2018), demonstra-se existir grande índice de atraso do

pagamento das parcelas, sendo que 35% das pessoas que haviam contratado empréstimo consignado, no ano analisado, atrasaram os pagamentos.

Outrossim, Brandão (2021) afirma que o crédito consignado é bastante lucrativo aos bancos, mesmo possuindo taxas mais baixas, pois a taxa anualizada dessa modalidade ainda continua sendo alta. Neste ponto é importante lembrar que a depender do usuário do empréstimo consignado, a taxa será maior ou menor, isto é, trabalhadores do serviço público e aposentados e pensionistas do INSS tendem a conseguir taxas inferiores aos trabalhadores da iniciativa privada.

No Gráfico 5 é possível notar que há uma tendência de queda na taxa média de juros referente às operações de crédito com recursos livres, mais especificamente ao crédito consignado, que no final de 2021 apresenta uma taxa média anual próxima a 21%.

GRÁFICO 5 – TAXA MÉDIA DE JUROS DO CRÉDITO CONSIGNADO – APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS



FONTE: BCB, SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais (2021)

Ainda a fim de enfatizar que as taxas de juros dos empréstimos consignados tendem a ser mais baixas, o Gráfico 6 mostra um comparativo das taxas médias

anuais de crédito pessoal consignado, de aquisição de veículos e de crédito pessoal não consignado.

GRÁFICO 6 – COMPARATIVO TAXAS MÉDIAS DE JUROS



FONTE: BCB, Evolução recente do crédito no SFN (2021).

Além da diferença nas taxas, o Gráfico 6 também evidencia que em 2020, com a crise da pandemia da Covid-19, houve um aumento da percepção do risco e uma redução nas taxas médias de concessão de crédito (BCB, 2021).

Diante do exposto, verifica-se que as taxas mais baixas colaboram com a expansão do uso do crédito consignado. Mas, ao longo dos anos é possível notar também uma maior flexibilização no prazo de pagamento dos empréstimos, o que estimulou ainda mais a sua contratação. De acordo com Oliveira e Wolf (2016), antes da crise de 2008 os prazos de pagamento eram de até cinco anos, e posterior a isso, servidores públicos passaram a ter o prazo de até oito anos e os aposentados e pensionistas obtiveram um prazo de até seis anos. Brandão (2021) cita que tais medidas acarretaram em parcelas de valores menores, possibilitando que ficassem dentro da margem de empréstimos consignados permitido pela legislação.

O autor também enfatiza que no início da concessão do consignado, em decorrência dos baixos *spreads*, havia maior interesse dos pequenos e médios bancos, entretanto, devido ao sucesso das operações, grandes instituições bancárias passaram a se interessar pela modalidade, vislumbrando como uma

oportunidade de captação de recursos a fim de expandir suas operações (BRANDÃO, 2021). Portanto, mesmo considerando baixos *spreads*, a grande segurança da operação justifica o interesse no mercado de crédito em desfavor da aplicação em títulos de dívida pública (BRANDÃO, 2021).

E, como mencionado anteriormente, é válido destacar que mesmo apresentando taxas menores que os demais tipos de empréstimos, perceptível nas demonstrações realizadas nos Gráficos 5 e 6, este tipo de crédito ainda apresenta alta taxa de juros, podendo acarretar em consequências no orçamento dos indivíduos e das famílias que o contratam. Nesse sentido entende-se ser apropriado abordar o segundo tema de estudo.

2.2 ENDIVIDAMENTO

O conceito de endividamento pode ser definido pelo processo de contratação de dívidas, isto é, a realização de compras com a postergação do pagamento, tanto por falta de recurso monetário como pela opção de não utilizar o recurso no ato da compra (MINELLA *et al.*, 2017). Nesse sentido, os indivíduos que possuem um bom planejamento financeiro e quitam suas dívidas dentro dos prazos contratados podem se beneficiar desse método, entretanto, aqueles que não conseguem cumprir as obrigações dentro do período estipulado no contrato acabam tornando-se inadimplentes (CARVALHO; SOUZA; FUENTES, 2017).

Em consonância, para Rocha e Freitas (2010) o endividamento pode ser atribuído a qualquer pessoa que venha a assumir uma dívida, desde que esteja de acordo com o seu orçamento, sendo apenas uma alternativa de consumo que não compromete o orçamento familiar. Ademais, Porto e Butelli (2014) mencionam que o endividamento se caracteriza pela tomada de crédito, a qual possibilita que sejam realizados investimentos produtivos e a aquisição de bens e serviços pelos indivíduos.

Fiori *et al.* (2017) mencionam que não se pode confundir a inadimplência com o endividamento, uma vez que o primeiro termo se refere ao não cumprimento de cláusula contratual e o segundo pode ser caracterizado como uma alternativa de pagamento de uma contração de crédito. Claudino *et al.* (2009) enfatiza que a inadimplência provém do endividamento, já que ocorre quando o tomador do crédito descumpe os compromissos combinados com o credor.

Desta forma, Pinto, Gering e Vieira (2018) salientam que a restrição de crédito, cobrança de multas contratuais e cobrança de altos juros são algumas das graves consequências oriundas da inadimplência. Schuh, Coronel e Bender Filho (2017) ainda destacam que a inadimplência não prejudica apenas o tomador do empréstimo em atraso, afinal, em casos de altos índices de inadimplência os bancos acabam respondendo com ações como a restrição de crédito e o aumento das taxas de juros, que por sua vez acarretarão na diminuição de circulação de dinheiro na economia e na redução do consumo, impactando também na geração de empregos e renda. Nesse seguimento, Jappelli, Pagano e Di Maggio (2013) destacam que a inadimplência gera impacto no sistema financeiro e no crescimento econômico, o que gera fragilidade financeira ao país.

Contudo, além dos conceitos já apresentados, é necessário compreender também o termo sobre-endividamento, provindo da inadimplência, mas que configura um comprometimento da saúde financeira da família (LUCENA *et al.*, 2014). De acordo com Marques e Frade (2000), o sobre endividamento pode ser entendido como:

...situações em que o devedor se vê impossibilitado, de uma forma durável ou estrutural, de pagar o conjunto de suas dívidas, ou mesmo quando existe uma ameaça séria que o não possa fazer no momento em que elas se tornem exigíveis. O sobre-endividamento pode ser ativo, se o devedor contribuir ativamente para se colocar em situação de impossibilidade de pagamento, ou passivo, quando circunstâncias não previsíveis afetam gravemente a capacidade de reembolso do devedor, colocando-o em situação de impossibilidade de cumprimento (MARQUES; FRADE, 2000).

Considerando os conceitos apresentados subentende-se que tudo se inicia com a contratação de uma dívida, a qual pode acarretar no atraso de pagamento, e por fim resultar num comprometimento financeiro mais complexo. Isto posto, ressalta-se que esse estudo terá como foco principal o endividamento, justamente pelas consequências que podem gerar no contexto familiar e econômico de um país.

2.2.1 Evolução do Endividamento Familiar Brasileiro

Apesar de o endividamento ser considerado como uma variável positiva, que auxilia no impulsionamento da economia, é necessário que a renda seja comprometida dentro de padrões saudáveis. De acordo com Plano de Comprometimento de Renda criado pelo Sistema Financeiro de Habitação (Lei nº

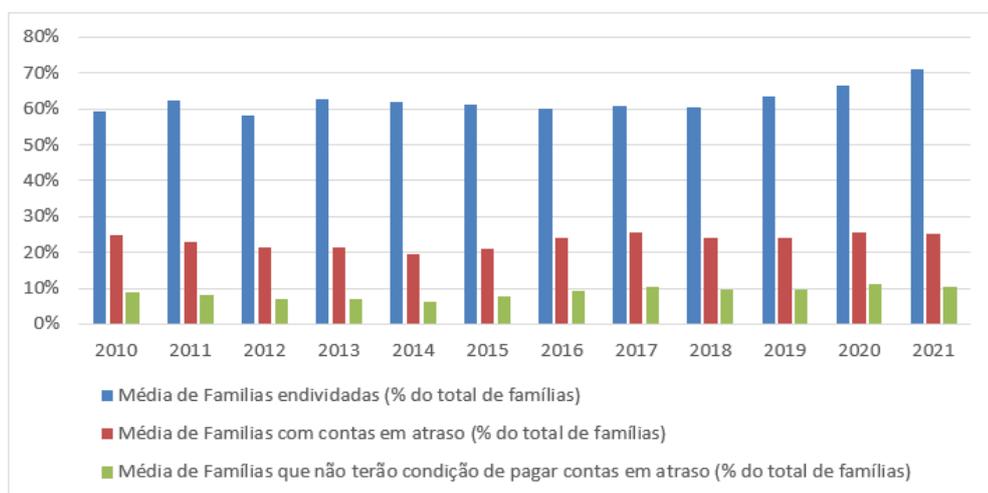
8.692, 1993) existe uma sugestão de que o comprometimento não ultrapasse 30% dos rendimentos dos indivíduos. Logo, é importante que a gestão do país consiga acompanhar e controlar os níveis de endividamento e do comprometimento de renda da sua população.

Segundo Buttiglione *et al.* (2014), preocupações relacionadas à sustentabilidade da dívida são constantes tanto nos países desenvolvidos como nos emergentes, mas se intensificaram após a crise do *subprime*, à medida que os rendimentos da população decresceram, gerando maior comprometimento de renda e conseqüentemente maior endividamento.

Logo, doravante a identificação do incremento no endividamento no país, alguns mecanismos institucionais foram promovidos com a função de controlar o comprometimento de renda familiar, sendo que a partir de 2010 a Confederação Nacional do Comércio (CNC) passou a realizar a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC). São pesquisas realizadas mensalmente, que coletam dados de aproximadamente 18.000 consumidores das capitais e do Distrito Federal e tem como objetivo gerar indicadores referentes ao endividamento, inadimplência, sobre endividamento, tempo de endividamento e nível de comprometimento de renda (CNC, 2021).

No Gráfico 7 é demonstrado um panorama do endividamento familiar ao longo de uma série histórica, iniciada em janeiro de 2010 e encerrada em dezembro de 2021.

GRÁFICO 7 – EVOLUÇÃO INDICADORES DE DÍVIDA – 2010 A 2021



FONTE: Elaborado pela autora com base em dados da PEIC (2022).

Desta forma, é possível perceber que os níveis de endividamento, inadimplência e sobre endividamento não sofreram alterações bruscas ao longo do tempo analisado. Entretanto, são verificadas pequenas mudanças a serem pontuadas.

Em 2012 percebe-se que houve uma queda no nível de endividamento, a qual pode ser explicada pelo fato de o Governo ter determinado uma redução na taxa de juros dos empréstimos (OLIVEIRA; WOLF, 2016). Sendo que no ano seguinte (2013) já se percebe o aumento nesse índice, consequência de um aumento na inflação, que gerou maiores taxas de juros e uma desaceleração da economia.

É possível notar também que apesar de não haver aumento no endividamento nos anos de 2016 e 2017, ocorreu um acréscimo no percentual de famílias com contas em atraso, isto é, inadimplentes. De acordo com a Fecomércio de São Paulo (2018), os anos de 2015 e 2016 foram de profunda recessão, em que as famílias acabaram postergando o consumo de bens duráveis e em 2017 ocorreu o início da recuperação do período do ciclo recessivo, em que se identificou, devido ao aumento da confiança provinda da alta da renda (aumento real acima de 3,5% nas capitais), maior tomada de crédito pelas famílias, que impactou no acréscimo do endividamento familiar (BASTOS, 2017). A saber, em 2016 o país tinha um total de 59% de famílias endividadas, e em 2017 atingiu o patamar de 62% (PEIC, 2021).

Ademais, verifica-se pelo Gráfico 7 que de 2019 a 2021 houve um aumento constante nos índices relacionados à dívida familiar. Sendo que o ano 2019 pode ser explicado pelo crescimento constante do crédito e os anos seguintes (2020 e 2021) tiveram grande impacto da pandemia da Covid-19, vivenciada por toda a população mundial, que além dos prejuízos à saúde, gerou reflexos na economia das famílias. Além disso, a partir de 2019 foi verificada também uma ascensão no *spread*, aumentando os custos das operações de crédito.

Observa-se ainda que em dezembro de 2021 o país atingiu o maior patamar de endividamento desde a criação da PEIC, atingindo o total de 76,3% das famílias (CNC, 2022). E neste estudo busca-se compreender como os servidores em atividade da UFPR se comportaram em relação às suas dívidas, inclusive durante a crise da Covid-19, sendo de grande importância buscar na literatura como o crédito consignado, uma das modalidades de dívida, se comporta no contexto do serviço público.

2.2.2 Endividamento com Crédito Consignado no Serviço Público

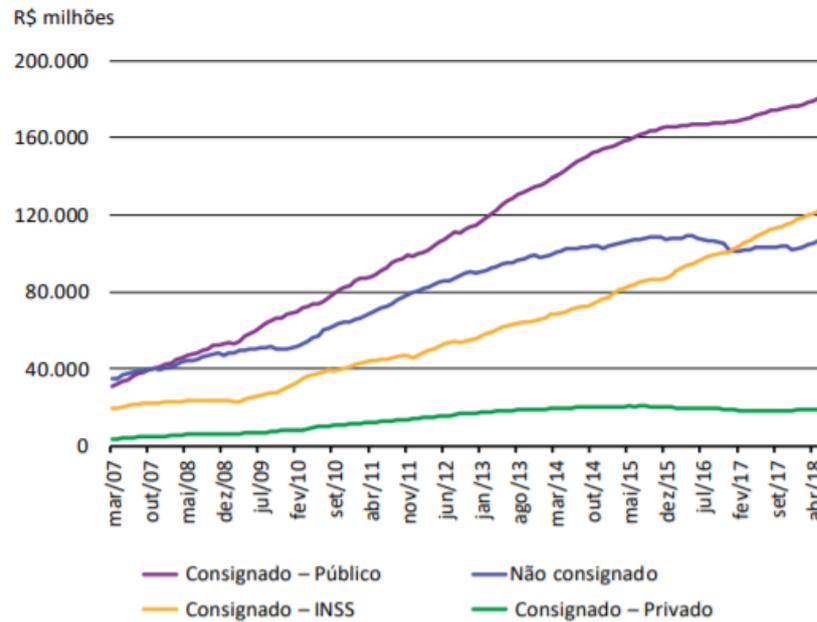
Conforme mencionado anteriormente, desde a década de 1940, no Decreto-Lei n.º 9.790 (1946) já se discutiam juridicamente as nuances sobre o crédito consignado. A partir disso, alterações legais foram ocorrendo, até que na data de hoje há o regimento conforme determina o Artigo 45 da Lei n. 8.112 (1990), o qual enfatiza que o desconto em folha só poderá ocorrer mediante autorização do servidor. Já a Lei n.º 13.172 (2015) dispõe sobre o limite de comprometimento da renda, que não pode ultrapassar 35% dos vencimentos ou proventos. E no ano de 2021, foi acrescentado mais 5%, ou seja, um comprometimento de até 40%, válido somente para o ano de 2021, em resposta as dificuldades financeiras decorrentes do contexto do momento (LEI Nº 14.131, 2021).

Na conjuntura do serviço público é visto que existe grande facilidade ao acesso ao empréstimo consignado. Consoante, Pereira e Souza Jr. (2021) enfatizam que o endividamento do servidor público decorre principalmente da facilidade de obtenção do crédito. Corroborando a isto, Flores, Vieira e Coronel (2013) destacam que tal facilidade é decorrente da garantia de renda que existe no serviço público, pois os bancos pressupõem que o nível de inadimplência será baixo.

De acordo com o BCB (2018), os servidores públicos possuíam uma dívida de 180,2 bilhões referentes a empréstimos consignados no ano de 2018. Pereira *et al.* (2020) mencionam que na época os servidores públicos deviam nessa modalidade de crédito dez vezes mais do que os empregados privados, os quais possuíam um saldo de 19 bilhões. Consoante, em pesquisa realizada por Temóteo (2018), durante um período de cinco meses do ano de 2018 foi verificado que os servidores públicos contrataram sete vezes mais empréstimos consignados do que os funcionários de empresas privadas.

No estudo realizado pelo Departamento de Promoção da Cidadania Financeira (Depef), do Banco Central do Brasil (BCB), com contribuições de Eugênia Motta, professora da UFRJ e diretora do Instituto de Economia Real (2018), é evidenciado o Gráfico 8, no qual se destaca o crescimento no uso do crédito consignado, com desempenho mais forte pelos servidores públicos, seguido dos beneficiários do INSS. Já quando se observa o crédito consignado referente aos trabalhadores privados, nota-se um crescimento pouco expressivo durante o período de 2007 a 2018 (BCB, 2018).

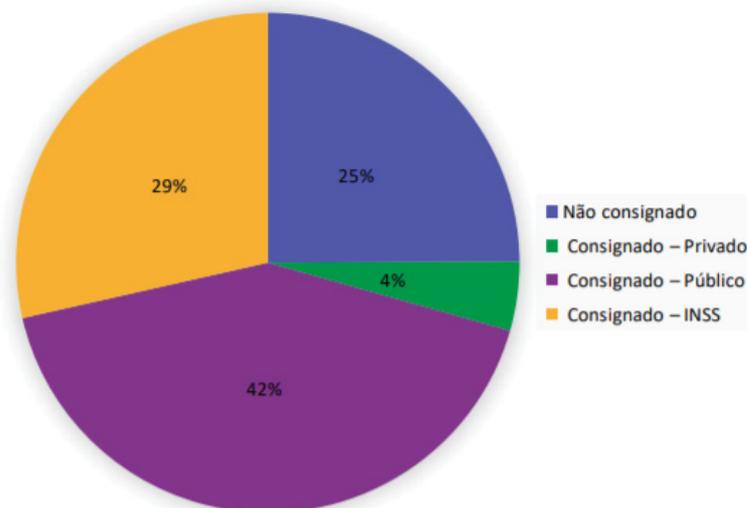
GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DO CRÉDITO PESSOAL COM RECURSOS LIVRES – POR CATEGORIA



FONTE: DEPEF – BCB: Empréstimo Consignado, características, acesso e uso (2018)

Ainda no estudo do Depef do BCB (2018) foi evidenciada a composição dos empréstimos consignados livres conforme mostra o Gráfico 9, em que fica bem evidente que a participação dos trabalhadores do setor público é muito superior à participação de qualquer outro grupo quando se trata de crédito consignado.

GRÁFICO 9 – EMPRÉSTIMO PESSOAL COM RECURSOS LIVRES – JUNHO DE 2018



FONTE: DEPEF – BCB: Empréstimo Consignado, características, acesso e uso (2018)

E mais atualmente, a Febraban (2021) divulgou um Panorama de Crédito com base em dados obtidos do BCB, sendo que de acordo com o relatório apresentado, do saldo de concessões de crédito consignado em novembro de 2021, quase 57% correspondiam a contratos realizados por trabalhadores do setor público.

Portanto, ao se acompanhar a trajetória do empréstimo consignado, percebe-se que na área pública existe de fato grande facilidade na concessão de crédito, o qual gera um endividamento, que, quando não devidamente administrado, pode vir a gerar um cenário de inadimplência e em casos mais graves, de comprometimento da renda familiar dos servidores. E é nesse cenário que adentramos no terceiro tema de estudo da pesquisa, que aborda fatores que podem vir a impactar no endividamento da população.

2.3 FATORES QUE IMPACTAM O ENDIVIDAMENTO

Ao verificar as pesquisas realizadas anteriormente é possível identificar interesse dos estudiosos em relação aos impactos de alguns fatores em relação ao endividamento. Dentre estas perspectivas são encontrados fatores macroeconômicos do ambiente; as características sociodemográficas e econômicas dos indivíduos; a atitude ao endividamento, ou seja, como aspectos voltados à aceitação ou tolerância impactam na contratação de dívidas; e o papel do conhecimento financeiro no endividamento.

2.3.1 Fatores Macroeconômicos e Endividamento

O primeiro aspecto a ser investigado por esta pesquisa abrange evidências empíricas de que fatores macroeconômicos podem exercer influência no cenário de endividamento familiar. Segundo Ruberto *et al.* (2013), o endividamento familiar apresenta relação positiva com o PIB e relação negativa com emprego, renda, taxa de juros e inflação. Nesse sentido, a maior parte dos estudos destaca que a queda dos juros diminui o custo para obtenção de crédito e que a queda na inflação reduz a pressão sobre a renda, sendo que ambos os fatores fomentam a concessão de crédito e incentivam a contratação de dívidas (SOUZA JÚNIOR; LEVY, 2016; OLIVEIRA; WOLF, 2016).

Outrossim, na literatura ainda são encontrados outros fatores que exercem forte impacto econômico, mas que não necessariamente são elementos macroeconômicos. Mais recentemente tivemos o caso da pandemia da Covid-19, conhecida pelo nome Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV-2). Destaca-se que o vírus foi detectado na cidade de Wuhan (China) no final de dezembro de 2019. No mês seguinte a Organização Mundial da Saúde alertou sobre a propagação do vírus (OMS, 2020), o qual foi identificado no Brasil somente em fevereiro de 2020 (LANA *et al.*, 2020). Devido à rápida transmissão do vírus e o impacto global da doença, Werneck (2022) afirma que a pandemia da Covid-19 é considerada um dos mais complexos desafios enfrentados pela sociedade.

E por conta da alta disseminação do vírus o país adotou medidas de isolamento, visando à contenção de circulação de pessoas, gerando impacto direto na economia do Brasil. Sendo que já são identificados artigos que evidenciam a existência de relação positiva entre as variáveis Covid-19 e endividamento (FERNANDES; FERMENTÃO, 2020), ou seja, a pandemia sanitária gerou diversos reflexos, dentre eles um aumento no endividamento familiar brasileiro (CNC, 2021). E a partir disso são elencadas as três primeiras hipóteses do estudo:

- H1: Inflação possui relação negativa com a contratação de consignados;
- H2: Taxa Selic possui relação negativa com a contratação de consignados;
- H3: A pandemia da Covid-19 possui relação positiva com a contratação de consignados;

2.3.2 Características Sociodemográficas e Endividamento

O segundo aspecto a ser analisado refere-se aos fatores sociodemográficos e econômicos dos indivíduos, sendo que um dos tópicos bastante abordado é em relação à questão de gênero, em que há evidências de que os homens são mais propensos a se endividar (BAEK; HONG, 2004; WANG; LU; MALHOTRA, 2011; HUANG; KISGEN, 2013).

Ao se analisar a questão de gênero no ambiente do servidor público, Leão, Fernandes e Martins (2016) confirmam uma predominância do sexo masculino em

relação ao endividamento dos servidores da Universidade Federal Rural de Pernambuco, sendo que os autores analisaram uma amostra com 185 respondentes, em que 39,5% dos homens afirmam depender do crédito consignado para honrar com o pagamento de suas dívidas, e, em relação às mulheres somente 17,3% apresentaram tal dependência. Os autores ainda destacam que dos 189 participantes da pesquisa realizada com servidores federais de Pernambuco, os respondentes do sexo masculino apontam maior desequilíbrio no orçamento familiar (LEÃO; FERNANDES; MARTINS, 2016). Consoante, Baek e Hong (2004) enfatizam que uma das razões que justificam maior endividamento masculino é o fato de não realizarem uma gestão adequada do orçamento financeiro acarretando em tomadas de decisões imprudentes.

Além do gênero, outro elemento muito apurado nas pesquisas refere-se à faixa etária, em que se verifica que os jovens acabam contratando mais crédito do que as pessoas mais idosas (PONCHIO, 2006; WANG; LU; MALHOTRA, 2011). No ambiente de servidores públicos brasileiros, destaca-se o estudo de Pereira *et al.* (2020), que evidencia, por meio de uma análise documental de dados obtidos junto ao departamento de Gestão de Pessoas da SEEDF, que os servidores aposentados, em sua maioria idosos, são mais cautelosos na contratação do empréstimo consignado.

Watson (2003) destaca que o materialismo é um fator que contribui para o endividamento, sendo que a faixa etária entre 25 a 44 é a que apresenta maior comportamento materialista, isto é, são indivíduos que tendem a julgar a si mesmos e aos outros pela quantidade de bens que possuem (RICHINS; DAWSON, 1992). Nesse seguimento, Minella *et al.* (2017) relacionam o materialismo com o consumismo, pois os indivíduos buscam satisfazer suas necessidades emocionais e físicas por meio do consumo.

Davies e Lea (1995) enfatizam que o fato de o endividamento ser superior na faixa etária mais jovem pode ser explicado pela questão de os jovens adquirem dívida considerando uma expectativa de rendimento maior num futuro próximo. Ademais, Lea, Webley e Levine (1993) mencionam que é previsível um nível de endividamento mais elevado para os jovens que ainda estudam, visto que normalmente possuem baixos rendimentos.

Ao abordar a temática rendimentos, verifica-se na literatura que Katona (1975) apresentou um dos primeiros estudos que aponta que a baixa ou alta renda

são elementos impactantes na propensão ao endividamento. Nesse sentido, Flores, Vieira e Coronel (2013) obtiveram resultados similares ao de Katona, utilizando em seu estudo uma amostra de residentes da cidade Santa Maria (RS), em que concluiu que indivíduos com maior ou menor renda são mais propensos a se endividarem. Há autores (KEESE, 2010; DISNEY; GATHERGOOD, 2011; FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2013) que ainda enfatizam que pessoas de classe social mais elevada tendem a apresentar maior endividamento, devido ao alto consumismo. Consoante, Minella *et al.* (2017) destacam que o excesso de renda faz com que muitos indivíduos gastem suas reservas financeiras com itens desnecessários, somente para satisfazer seus desejos.

Portanto, fica evidente que as variáveis gênero, faixa etária e rendimento se relacionam com as dívidas das pessoas. Contudo, também há sinais de que existe uma associação entre estado civil e endividamento, em que Marques e Frade (2000) destacam que em Portugal os solteiros são mais cautelosos. Ratificando a evidência acima, Campara *et al.* (2017), realizaram um estudo com 2.485 pessoas, que residiam em 31 municípios da Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, e identificaram que os solteiros apresentam menor probabilidade de realizar investimentos em ativos arriscados. Em relação aos servidores públicos, Silva e Macedo (2021) identificaram que servidores casados também tendem a apresentar maior quantidade de dívida que os demais.

E, existem estudos também sobre como os dependentes impactam na contratação de dívidas. Wang, Lu e Malhotra (2011) destacam que pessoas que possuem mais dependentes se endividam mais, principalmente quando os dependentes são crianças (KEESE, 2010). Nessa mesma perspectiva, Leão, Fernandes e Martins (2016) mostram que dos servidores que apresentam desequilíbrio em seu orçamento familiar, 76% eram chefes de família, sendo que 61% possuíam filhos que ainda eram dependentes economicamente.

Por fim, são encontradas evidências voltadas ao grau de escolaridade, em que Disney e Gathergood (2011) realizaram pesquisa com famílias do Reino Unido e evidenciaram que quanto menor a escolaridade maior será o endividamento. Ponchio (2006) já havia identificado a mesma relação entre o grau de escolaridade e a maior inclinação de contratar crédito, sendo também identificado no âmbito público por Claudino, Nunes e Silva (2009), em que os servidores da instituição pública

analisada, que apresentavam maior nível de escolaridade, manifestaram também o menor nível de endividamento.

Visto isso, se percebe que existe forte investigação dos aspectos sociodemográficos e econômicos relacionados com a propensão a se endividar. E tendo como base os pressupostos teóricos abordados, foram elaboradas as hipóteses a seguir:

- H4: Homens apresentam maior endividamento que mulheres;
- H5: Jovens apresentam maior endividamento do que idosos;
- H6: Rendimento possui relação positiva com o endividamento;
- H7: Casados apresentam maior endividamento que solteiros;
- H8: Indivíduos com dependentes apresentam maior endividamento;
- H9: Indivíduos com menor grau de escolaridade apresentam maior endividamento;

2.3.3 Atitude ao Endividamento

As pesquisas também abordam demasiadamente a concepção de atitude ao endividamento (LIVINGSTONE; LUNT, 1992), que, de acordo com Lea, Webley e Levine (1993) é conceituada como o nível de aceitação em relação à adesão ao endividamento. Moura *et al.* (2006) resumiram as três perspectivas que formam a atitude ao endividamento, com base no trabalho de Lea, Webley e Walker (1995).

A primeira dimensão refere-se ao impacto sobre a moral da sociedade, isto é, o grau de julgamento da sociedade em relação à dívida e aos devedores. Nesse aspecto Lea, Webley e Walker (1995) enfatizavam que a população do século XX estava se tornando cada vez mais tolerante e diminuindo os julgamentos em relação ao endividamento. Ainda nessa dimensão é verificada a questão da socialização econômica, que depende da experiência que cada indivíduo teve na vida familiar e social, e reflete no comportamento em relação à dívida (TOKUNAGA, 1993). Pacheco, Campara e Costa Júnior (2018) destacam que a moral da sociedade gera impacto em como o indivíduo aceita ou não a contratação de dívida.

A segunda dimensão aborda a preferência no tempo, no que se refere às decisões de consumo momentâneo, mesmo que com dinheiro emprestado; ou às decisões de consumo futuro, após acumular o dinheiro necessário para uma compra

à vista (MOURA, 2005). Consoante, Livingstone e Lunt (1992) perceberam que os devedores apresentavam inclinação para emprestar dinheiro e adquirir o bem de forma mais rápida, apresentando comportamento mais impaciente (NYHUS; WEBLEY, 2001).

E por fim, a terceira dimensão da atitude ao endividamento alude o grau de autocontrole, pois a falta de controle é identificada como uma causa de endividamento (LIVINGSTONE; LUNT; 1992). Moura (2005) percebe que quanto menor o controle, maior a atitude ao endividamento do indivíduo.

Assim sendo, diversos estudiosos destacam que existe correlação positiva entre a atitude ao endividamento e o endividamento (LIVINGSTONE; LUNT 1992; LEA; WEBLEY; LEVINE, 1993; TOKUNAGA, 1993). Contudo, Campara, Vieira e Ceretta (2016) corroboram com a afirmação de Davies e Lea (1995), de que não é porque uma pessoa possui alta atitude ao endividamento que estará de fato endividada. Em pesquisa realizada com indivíduos que recebiam Bolsa Família, verificou-se que aproximadamente 63% tinham dívidas, apesar de possuírem baixa atitude ao endividamento (CAMPARA; VIEIRA; CERETTA, 2016).

Na esfera pública, Pacheco, Campara e Costa Jr. (2018) aplicaram o questionário criado por Lea, Webley e Walker (1995) e adaptado por Moura (2005), e perceberam que os servidores da UFSC possuem baixa atitude ao endividamento. Ademais, os autores também verificaram que os indivíduos que utilizam crédito consignado apresentam maior atitude ao endividamento (PACHECO; CAMPARA; COSTA JR., 2018). Flores, Vieira e Coronel (2013) também confirmaram que os servidores da Universidade Federal de Santa Maria apresentaram um comportamento cauteloso em relação ao risco de endividamento.

Desta forma, considerando os achados teóricos elencados acima, é gerada a hipótese a ser testada com a população do estudo:

- H10: Indivíduos com maior atitude ao endividamento apresentam maior endividamento;

E além dos pressupostos já listados, também há pesquisas voltadas à compreensão do quanto o conhecimento financeiro exerce impacto no endividamento das pessoas

2.3.4 Conhecimento Financeiro e Endividamento

Verdinelli, Lizote e Olivares (2014) mencionam que Educação ou Conhecimento Financeiro são sinônimos, e que envolve o processo de aprendizagem e aprofundamento dos conhecimentos a fim de que os indivíduos sejam capazes de realizar uma gestão mais eficiente dos seus recursos, aperfeiçoando técnicas orçamentárias com foco no presente e no planejamento futuro.

A OCDE (2005) ainda destaca que o conhecimento financeiro é um procedimento pelo qual a sociedade melhora a compreensão relacionada aos conceitos e aos produtos financeiros disponíveis no mercado, para que com tais informações e orientações as pessoas desenvolvam habilidades para analisar as oportunidades e seus riscos, e assim realizar escolhas mais conscientes e assertivas, visando melhorar o seu planejamento financeiro e conseqüentemente o seu bem-estar e qualidade de vida.

De acordo com Frankenberg (1999), o planejamento financeiro pode ser definido como o estabelecimento e seguimento de uma estratégia que vise acumular bens e valores para formação do patrimônio de um indivíduo e sua família, entretanto, sem indicar privações como um meio de acumulação de bens. Bittencourt (2010) classifica o planejamento como uma técnica administrativa, na qual o indivíduo deve primeiramente analisar o ambiente e verificar de forma consciente as oportunidades e riscos ou ameaças. Zdanowicz (2003, p.136) menciona que o processo de planejamento pessoal sofre influência de algumas variáveis, à medida que os indivíduos devem levar em consideração aspectos do mercado financeiro e questões macroeconômicas que auxiliem no estabelecimento de suas metas e objetivos, e após isso é necessário manter constante monitoramento e controle.

De acordo com Pacheco, Campara e Costa Jr. (2018) o analfabetismo financeiro é encontrado em boa fração do mundo, sendo uma barreira de inclusão financeira. Em pesquisa realizada para compreender o conhecimento financeiro, englobando mais de 140 países e de 150 mil adultos respondentes, ficou evidente que apenas 33% dos adultos possuem conhecimento financeiro, isso a nível mundial (KLAPPER; LUSARDI; OUDHEUSDEN, 2015), sendo que o Brasil ocupou o 67º lugar no ranking, estando atrás de países como Togo e Zimbabué. Na pesquisa

foram realizadas questões sobre diversificação de risco, aritmética, inflação e juros compostos, sendo que o item com menor compreensão foi o de diversificação de riscos (KLAPPER; LUSARDI; OUDHEUSDEN, 2015).

Nesse sentido, Camargo e Keiser (2008) apontavam a dificuldade que a população brasileira possuía no gerenciamento das suas finanças pessoais, atribuindo isso a dois fatores principais, primeiro a grande divergência entre receitas e despesas e por segundo o grande consumismo. Portanto, visto o quanto o conhecimento financeiro gera impacto nas decisões de consumo e conseqüentemente no grau de endividamento das pessoas, estudiosos buscaram entender as suas características.

Desta forma, com base nos achados teóricos elencados acima, é elaborada a seguinte hipótese:

- H11: Indivíduos com maior conhecimento financeiro apresentam menor endividamento;

Portanto, com a demonstração de alguns estudos correlatos, fica ainda mais evidente a relevância da pesquisa, que é compreender o perfil e as características do público estudado, para gerar insights em relação as suas necessidades e auxiliar na criação de estratégias voltadas ao aprimoramento do conhecimento dos servidores da UFPR, que desempenham tamanho impacto na comunidade local.

3 METODOLOGIA

Este capítulo tem o intuito de apresentar os procedimentos metodológicos que serão utilizados para compreender o proposto neste estudo. Portanto serão evidenciados a tipologia do estudo, a unidade de análise, as formas de coleta de dados, a análise dos dados e os cuidados éticos da pesquisa.

3.1 TIPOLOGIA DO ESTUDO

Quanto ao delineamento, a presente pesquisa é caracterizada como um estudo de caso, que de acordo Meirinhos e Osório (2010) ganhou notoriedade com os estudos dos pesquisadores Yin e Stake.

Yin (2005, p. 32) define o estudo de caso como uma verificação empírica, visando a compreensão profunda de um fenômeno contemporâneo, centrado no cenário da vida real (EISENHARDT, 1989). Enquanto Stake (1995) classifica os casos em três tipos: intrínseco, em que o investigador busca compreender com profundidade um único caso, sem a preocupação de desenvolver uma teoria; instrumental, em que não há interesse num caso em particular, mas entende-se que tal estudo pode ser útil para gerar conhecimento num campo mais amplo; e coletivo, quando são selecionados vários casos a fim de realizar comparações e aprofundar o conhecimento sobre determinada situação ou população.

Visto isso, salienta-se que o estudo realizado nesta pesquisa é intrínseco, pois se busca obter maior conhecimento sobre o endividamento dos servidores da UFPR, um universo que possui relevância na comunidade local. Ademais, o estudo também pode ser classificado como instrumental, já que possibilita um maior aprofundamento sobre a temática de endividamento pessoal, sendo que muitos estudos correlatos foram utilizados a fim de auxiliar a formulação das hipóteses, as quais foram testadas nesta pesquisa.

Em relação à abordagem, esta pesquisa baseia-se em técnicas quantitativas, que segundo Turrioni e Mello (2012), se destacam pela coleta de dados estruturados e pelo uso de análises estatísticas. Corroborando, Rodrigues e Limena (2006) ressaltam que o enfoque se volta à análise e interpretação dos dados.

Desta maneira, optou-se por utilizar o método hipotético dedutivo, que de acordo com Diniz (2015) possui como ideia principal a identificação de problemas ou lacunas de conhecimento e a partir disso formular hipóteses ou conjecturas, baseadas em teorias ou conhecimentos prévios, que serão testadas, utilizando a técnica do falseamento para rejeitá-las ou confirmá-las. Ainda, de acordo com Creswell (2010), a partir da análise dos resultados da amostra, o pesquisador pode fazer afirmações ou generalizações sobre a população estudada.

Do ponto de vista dos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, cujo objetivo principal é retratar peculiaridades de alguma população ou fenômeno, ou estabelecer conexões entre as variáveis estudadas (GIL, 2002). Uma das características da pesquisa descritiva é que os dados não sofrem manipulação pelo pesquisador, sendo muito utilizada em estudos das áreas humanas e sociais (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52).

3.2 UNIDADE DE ANÁLISE

A pesquisa foi realizada junto aos servidores ativos da Universidade Federal do Paraná, uma autarquia vinculada ao Ministério da Economia, que é tida como uma referência no ensino superior para os paranaenses e brasileiros (UFPR, Portal UFPR, 2021).

A UFPR tem como foco principal a formação de alunos, especificamente em cursos de ensino superior, nos níveis de graduação, especialização, mestrado e doutorado. Portanto a Universidade tem como missão a construção e disseminação do conhecimento e a visão de ser uma instituição de ensino, pesquisa e gestão de expressão internacional, tendo como principal valor a atuação de maneira ética (UFPR, Portal UFPR, 2021).

Nesse sentido, a fim de cumprir com seu propósito, a Universidade é composta pelo total de 6.130 servidores em atividade, segmentados entre técnicos administrativos (3.414) e docentes (2.716) e está presente em seis cidades do Paraná: Curitiba, Pontal do Paraná, Matinhos, Palotina, Jandaia do Sul e Toledo (UFPR, PROGEPE, 2021). Destaca-se também que as despesas com pessoal (ativos e inativos) compõem quase 90% da dotação orçamentária da Universidade (UFPR, PROPLAN, 2021).

Sendo que a UFPR foi escolhida para realização deste estudo pelo fato de a pesquisadora atuar como técnica administrativa na área de Gestão de Pessoas nesta Universidade e por ter identificado o grande uso de empréstimo consignado pelos servidores. Ademais foi verificado não haver estudos anteriores que abordassem a situação financeira dos servidores da UFPR.

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados é um fator importante para conseguir atingir os objetivos da pesquisa, sendo que de acordo com Rauen (1999, p. 141), possui duas funções básicas: evidenciar a existência de um fenômeno e quantificá-lo ou qualificá-lo, isto é, tem como finalidade mensurar a realidade estudada.

Nesse sentido, Yin (2005) afirma que a utilização de mais de uma fonte de coleta é fundamental para fortalecer as evidências obtidas no estudo de caso, uma vez que aumenta a confiabilidade e credibilidade dos resultados encontrados (MARTINS, 2008; YIN, 2005; VOSS; TSIKRIKTSIS; FROHLICH, 2002). Voss, Tsikriktsis e Frohlich (2002) destacam que é possível parar de colher dados no momento em que as perguntas de pesquisa são totalmente respondidas ou quando o incremento teórico provindo de novos dados não será significativo.

Desta forma, a fim de gerar melhor descrição dos dados e robustez para a pesquisa, optou-se em utilizar como principal técnica de coleta a aplicação de um questionário aos servidores ativos da UFPR, e como técnica suporte a análise dos relatórios administrativos do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE) do Ministério da Economia.

No primeiro momento foi realizada a análise documental, que se fundamenta na utilização de materiais ou dados da organização, que podem ser tratados e analisados de acordo com o objetivo da pesquisa (BRYMAN; BELL, 2011, p. 550). Raupp e Beuren (2006) ressaltam que a pesquisa documental pode ser utilizada em conjunto com outros procedimentos dentro de determinado estudo. E os dados podem ser definidos como aqueles que nunca receberam qualquer tratamento, conhecidos como primários, e aqueles que já sofreram algum tipo de análise, como é o caso de relatórios de empresas e tabelas estatísticas, denominados dados secundários (GIL, 2008).

Portanto, o primeiro passo foi traçar um panorama referente aos descontos de empréstimos consignados dos servidores. Neste ponto é importante esclarecer que o SIAPE realiza o cálculo e processamento da folha de pagamento de todos os servidores e pensionistas dos órgãos públicos federais, fornecendo uma informação confiável.

O segundo instrumento selecionado para coletar dados foi o questionário, que continha trinta e uma perguntas, e foi aplicado somente após a aprovação do projeto de pesquisa na banca de qualificação. Sendo assim, primeiramente foi realizado um pré-teste com doze servidores, visando à correção de possíveis erros ou ambiguidades. Após o pré-teste, foi possível realizar o cálculo amostral, baseado na média e variância dos valores de dívida da amostra piloto, em que foi considerada uma probabilidade esperada de acerto de 95% e de margem de erro de 10%, determinando o dimensionamento amostral de 323 respondentes.

Para a construção do questionário foram utilizadas perguntas fechadas e abertas, divididas em blocos temáticos. O primeiro bloco continha questões abertas e de múltipla escolha, com o intuito de compreender o perfil dos servidores com base nos dados sociodemográficos e econômicos, englobando perguntas sobre os seus dados pessoais e profissionais, como gênero, faixa etária, estado civil, dependentes, escolaridade, renda, renda bruta familiar, tempo de serviço e categoria profissional.

No segundo bloco as questões também foram abertas e de múltipla escolha, baseadas, em sua maioria, no modelo de Flores, Vieira e Coronel (2013), com o objetivo de identificar elementos relacionados com as finanças pessoais dos servidores, ou seja, continha questões sobre endividamento, valor de dívida, modalidades de dívidas, dívidas em atraso, razões que levaram ao endividamento e sobre o impacto da Covid-19 na contratação de dívidas.

Na sequência, o terceiro bloco foi realizado de acordo com o modelo criado por Lea, Webley e Walker (1995), que posteriormente foi adaptado e validado no contexto do Brasil por Moura (2005) e ratificado por Pacheco, Campara e Costa Júnior (2018). Este bloco se concentrou na compreensão da atitude ao endividamento dos servidores, sendo que as questões foram elaboradas de acordo com a escala de Likert ou de concordância, utilizando 5 pontos. Isto é, 1 equivale a Discordo totalmente, 2 a Discordo em parte, 3 a Não concordo e nem discordo, 4 a

Concordo em parte e 5 equivale a Concordo totalmente. Sendo importante destacar que algumas questões utilizaram escala de Likert invertida.

Por fim, no quarto e último bloco foram aplicadas as questões do questionário desenvolvido por Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015), adaptado no contexto dos servidores públicos da UFSC por Pacheco, Campara e Costa Jr. (2018), e teve como foco compreender o nível de conhecimento financeiro da amostra estudada. Observa-se que as questões são de múltipla escolha e o conhecimento financeiro foi dividido entre os temas relacionados à diversificação de risco, inflação, aritmética e juros compostos.

O Quadro 1 apresenta uma síntese das categorias de análises do questionário, suas variáveis e modelos de referência para elaboração das questões. Observa-se que a primeira questão abordava o Termo de Consentimento para prosseguir com as respostas.

QUADRO 1 – CATEGORIAS DE ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO

Blocos	Categorias de Análise	Variáveis	Núm. Questões	Referências
Bloco 1	Perfil dos servidores com base no dados sócio-demográficos	Gênero	2	Elaborado pela autora
		Idade	3	Elaborado pela autora
		Estado Civil	4	Elaborado pela autora
		Dependentes	5	Elaborado pela autora
		Escolaridade	6	Elaborado pela autora
		Renda Bruta Servidor	7	Elaborado pela autora
		Renda Bruta Familiar	8	Elaborado pela autora
		Tempo de Serviço	9	Elaborado pela autora
		Categoria Profissional	10	Elaborado pela autora
		Bloco 2	Finanças Pessoais	Possui Endividamento
Valor do Endividamento	12			Elaborado pela autora
Modalidade de Dívidas	13			Baseado no questionário de Flores, Vieira e Coronel (2011)
Dívidas em Atraso	14			Baseado no questionário de Flores, Vieira e Coronel (2011)
Dívidas em Atraso Superior a 180 dias	15			Elaborado pela autora
Razões que Motivaram o Endividamento	16			Baseado no questionário de Flores, Vieira e Coronel (2011)
Impacto da Covid-19	17			Elaborado pela autora
Bloco 3	Atitude ao Endividamento	Impacto sobre a Moral da Sociedade	18/19/20	Baseado no questionário desenvolvido por Lea, Webley e Walker (1995), adaptado no contexto brasileiro por Moura (2005) e ratificado por Pacheco, Campara e Costa Jr. (2018)
		Preferência no Tempo	21/22/23	
		Grau de Autocontrole	24/25/26	
Bloco3	Conhecimento Financeiro	Diversificação do Risco	27	Baseado no questionário desenvolvido por Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015) e adaptado no contexto brasileiro por Pacheco, Campara e Costa Jr. (2018)
		Inflação	28	
		Aritmética	29	
		Juros Compostos	30/31	

FONTE: Elaborado pela autora.

A divulgação do questionário ocorreu no dia 09 de junho de 2022, em que foi encaminhado um e-mail com o link de acesso para a população do estudo (servidores ativos da UFPR), o qual ficou disponível para preenchimento até o dia 30 de junho de 2022. Ressalta-se que para responder ao questionário era necessário concordar com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que

apresentava informações referentes ao objetivo da pesquisa, à garantia de sigilo e confidencialidade dos dados, e um informativo de que seria necessário um tempo médio de dez minutos para responder o questionário de forma integral (Anexo I).

Com isso foi possível obter 409 respondentes, dos quais 408 concordaram com o TCLE e prosseguiram com as questões, e apenas 1 servidor não aceitou o consentimento, e, conseqüentemente não deu seqüência ao questionário. Ademais, foram excluídos 18 respondentes por apresentarem respostas não condizentes com o que se estava perguntando.

Dentre as respostas que não foram aceitas no tratamento dos dados, destacam-se 8 servidores que colocaram valor de renda bruta mensal incoerentes com os salários pagos pela UFPR (valores inferiores a um salário mínimo); 3 servidores que atestaram possuir dívida, entretanto não sabem o valor; 2 servidores com renda familiar zerada; 2 servidores com valor inaceitável para renda bruta familiar mensal; 2 servidores com idade incompatível à atividade laboral; e 1 servidor que atestou não saber se possui dependente financeiro.

Ao final do tratamento dos dados, resultou uma amostra final de 390 questionários devidamente respondidos e considerados para as análises.

3.4 ANÁLISE DE DADOS

Os relatórios administrativos do SIAPE e os dados dos questionários têm como objetivo fornecer informações para viabilizar o teste das hipóteses que foram elaboradas em concordância com os pressupostos teóricos.

Em relação à análise dos consignados dos servidores, em um primeiro momento foi utilizada a Estatística Descritiva, a fim de identificar o comportamento e a evolução das contratações. Na seqüência, foram realizadas análises de correlação e de cointegração, em que se buscou realizar uma comparação entre a inflação (INPC) e a taxa básica de juros (Taxa Selic), e assim evidenciar se há associações existentes entre as variáveis analisadas.

Neste ponto, é válido mencionar que a identificação errônea de ordem de integração pode levar ao entendimento de que existe correlação entre as variáveis, conduzindo a uma regressão espúria, isto é, quando o modelo de regressão apresenta testes estatísticos significativos, contudo, os resultados não apresentam significado econômico (MARGARIDO; MEDEIROS JR., 2006). A fim de eliminar essa

problemática, nesta pesquisa foram utilizados os testes de raízes unitárias de Dickey-Fuller Aumentado (1979 e 1981) e de Phillips-Perron (1988), que apresentam a hipótese nula de que existe pelo menos uma raiz unitária e a hipótese alternativa que as variáveis são estacionárias.

No caso em que as séries apresentavam-se como não estacionárias, foi realizado o procedimento de diferenciação, isto é, buscou-se remover os sinais de tendência e reduzir a variância. De acordo com Ehlers (2009), normalmente a diferenciação de primeira ordem é o suficiente para induzir à estacionariedade.

Após confirmada a estacionariedade das séries, foram realizadas as análises de correlação de Pearson, cuja finalidade é identificar a direção e o grau da relação linear existente entre duas variáveis quantitativas (MOORE, 2007).

Optou-se também em realizar análises de cointegração, que permite verificar as associações estruturais entre variáveis de cunho econômico, identificando se existe um equilíbrio na relação à longo prazo (MARGARIDO; ANEFALOS, 2001). Nestes casos também foram verificadas a estacionariedade das séries, por meio do teste desenvolvido por Phillips e Perron (1988), que segundo os autores:

...é um procedimento não paramétrico relacionado à parâmetros incômodos (*nuisance parameters*), que estão presentes em diversas classes de séries de tempo em que exista raiz unitária... este método aparentemente tem significativas vantagens quando há componentes de médias móveis nas séries temporais, e ao menos com relação a isso oferece uma alternativa promissora aos procedimentos Dickey Fuller e Said Dickey.

Corroborando, Holden e Perman (1994) mencionam que quando o termo de ruído apresenta componentes de médias móveis positivos o teste de Phillips-Perron é mais indicado se comparado com o teste ADF.

Confirmada a estacionariedade, prosseguiu-se com a análise de cointegração utilizando os testes de Engle-Granger e Phillips-Ouliaris. De acordo com Engle e Granger (1987 e 1991) é possível concluir que as variáveis são cointegradas quando apresentam um modelo de correção de erros bem determinado, em que tanto as estimativas dos coeficientes como o padrão dos erros para os coeficientes da equação estimada apresentam consistência. Portanto, os autores propõem a realização de regressão de uma variável sobre as outras, utilizando para isso o método dos mínimos quadrados ordinários (ENGLE; GRANDER, 1987). Já o teste de Phillips-Ouliaris é derivado do teste de Engler-Granger, em que os autores propõem uma distribuição assintótica, em que tabulam valores críticos para versões

sem tendência e com tendência das estatísticas de Dickey-Fulley e Engle-Granger (PHILLIPS; OULIARIS, 1990).

Em suma, para análise dos Consignados foram realizadas Estatísticas Descritivas; Análises de Correlação, em que foi utilizado o Teste de Raiz Unitária Dickey Fuller Aumentado (ADF), o método de Diferenciação e por fim a Correlação de Pearson; e Análises de Cointegração, com os Testes de Raízes Unitárias ADF e de Phillips-Perron, e os Testes de Cointegração de Engler-Grander e Phillips-Ouliaris.

Em relação à investigação do questionário, em um primeiro momento foram verificadas, utilizando a Estatística Descritiva, as características da amostra. Para a análise dos fatores que impactam o endividamento, foram utilizadas análises de regressão e de fatores.

Para a análise de regressão, nos casos em que foram comparadas até duas médias amostrais foi utilizado o Teste t, nos demais casos foi utilizada a análise de variância (ANOVA), a qual compara as medianas ou médias de diversas variáveis ou grupos de interesse (MONTGOMERY, 1991).

Ademais, a fim de criar um modelo regressivo mais robusto, foi utilizado o Teste StepAIC no R, em que AIC significa Critério de Informação de Akaike. A ideia desse teste é simplificar o modelo sem gerar impactos no seu desempenho.

Ressalta-se ainda que foram realizados testes de multicolinearidade (VIF) e normalidade (Shapiro Wilk), pressupostos da análise de regressão.

E, em uma análise referente à atitude ao endividamento dos servidores, optou-se em utilizar também a análise fatorial, que pode ser denominada como um método de interdependência, já que todas as variáveis de estudo são consideradas de forma simultânea (REGAZZI, 2001). Segundo Johnson e Wichern (1998) esta técnica tem o objetivo de avaliar a estrutura dos fatores por meio das suas correlações, em que as variáveis altamente correlacionadas entre si se mantêm em um grupo particular, se tornando assim um único fator. Consoante, Malhotra (2001, p. 504), destaca que a análise fatorial é destinada a diminuição e sumarização do conjunto de dados.

A fim de confirmar se a aplicação da análise fatorial é válida para as variáveis de atitude ao endividamento, foi utilizado o método de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), que demonstra a proporção de variância dos itens de análise que podem ser explicados por uma variável latente (HAIR *et al.*, 2009). Para interpretar o índice

KMO, que varia de zero a um, foi considerado que valores inferiores 0,7 são inaceitáveis (HUTCHESON; SOFRONIOW, 1999).

Sumariamente, para a investigação do questionário foram utilizadas Estatísticas Descritivas; Análises de Regressão (Test t ou Anova), após a verificação na normalidade e multicolinearidade dos resíduos; e Análise Fatorial, considerando o teste KMO.

Observa-se que as análises foram realizadas com o auxílio dos *Softwares Microsoft Excel e RStudio*.

3.5 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Visto a sensibilidade e eventual desconforto que o tema pode causar, houve o entendimento de que seria prudente proceder com alguns cuidados éticos no estudo.

Em relação à obtenção dos dados secundários que são provindos dos relatórios administrativos, foi decidido realizar a coleta por meio da Ouvidoria Geral da UFPR, visando respeitar o regulamentado pela Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (LEI Nº 13.709, 2018).

Na Ouvidoria foi possível obter os Relatórios de Empréstimos Consignados referente aos anos de 2004 a 2021, sendo importante destacar que nas bases de dados dos Empréstimos Consignados são observados dados de forma agregada, isto é, foi apresentada uma planilha contendo informações tais como o mês e ano de competência, a quantidade total de vínculos de consignados e o valor total de consignados descontados na folha de pagamento de cada mês de referência, sem possibilidade de identificação dos servidores.

No que tange ao questionário, é importante ressaltar que é anônimo, visando minimizar eventuais desconfortos. Além disso, foi apresentado o TCLE com as instruções sobre o preenchimento do questionário, sendo que este só pôde ser respondido após a concordância de cada servidor. O termo de consentimento e o questionário podem ser verificados no Anexo I desta pesquisa.

4 ANÁLISE DE DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentadas duas análises independentes, sendo que a primeira se refere aos relatórios contendo os valores de empréstimos consignados dos servidores públicos da Universidade Federal do Paraná, e na seqüência é apresentada a segunda análise, em que serão apresentados os dados e resultados provindos da aplicação do questionário.

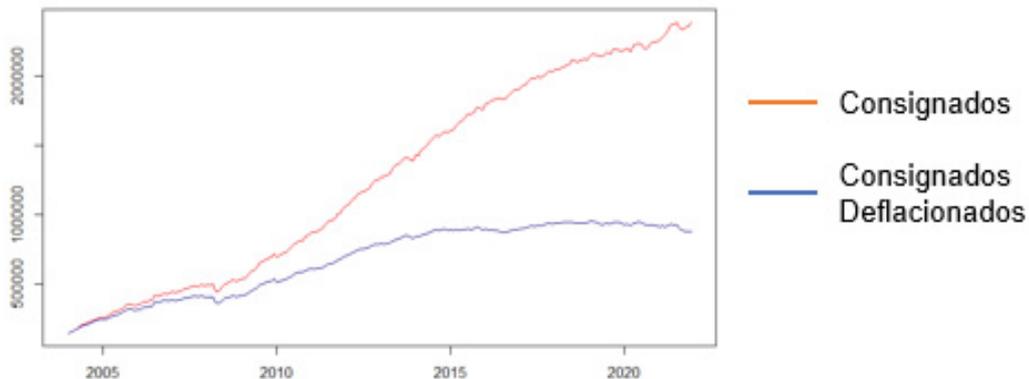
4.1 EVOLUÇÃO DO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

Nos relatórios administrativos foi possível obter dados referentes ao volume e valores de contratos que são descontados mensalmente na folha de pagamento dos servidores ativos da UFPR. O período considerado nesta análise é de Janeiro de 2004 a Dezembro de 2021.

Para viabilizar a exploração foi necessário realizar o tratamento dos dados, a fim de eliminar pequenas discrepâncias. Neste sentido, verificou-se que em Agosto de 2009 houve o desconto duplicado de parcelas, isto é, houveram deduções correspondentes às parcelas do mês de Agosto e de Setembro, provavelmente por um problema sistêmico. Com o objetivo de eliminar esse desvio foram realizadas regressões, considerando os últimos 16 meses, gerando as estimativas dos valores de Agosto e Setembro de 2009. Em Outubro percebe-se que os descontos seguem seu fluxo normal.

Ademais, em Junho de 2012 houve uma redução na quantidade e no valor dos descontos de consignados, entretanto, estes foram regularizados no mês seguinte. Identificou-se, por meio da Portaria do INSS nº 623, de 22 de maio de 2012, uma redução na taxa de juros sobre empréstimos consignados. Esta alteração na taxa de juros pode ter refletido neste comportamento, possibilitando a suposição de que foram realizados novos contratos, os quais foram contabilizados no mês posterior (Julho de 2012), e quitados contratos antigos no mês de Junho (que utilizavam taxas mais altas). Para suavizar o desvio encontrado, os valores de Junho foram calculados de acordo com a média dos descontos de Maio e de Julho de 2012. Na seqüência nota-se uma normalidade dos descontos mensais, possibilitando a análise da série, que pode ser melhor observada pelo Gráfico 10.

GRÁFICO 10 – DESCONTOS DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO – SERVIDORES ATIVOS (JAN/2004 A DEZ/2021)



FONTE: Elaborado pela autora, com base na série histórica dos empréstimos consignados dos servidores ativos da UFPR (2022).

Alguns pontos são interessantes de serem destacados na análise do Gráfico 10, como a percepção de um crescimento contínuo nos descontos de consignados entre Janeiro de 2004 e Março de 2008. Tal crescimento foi interrompido no período de Abril a Julho de 2008, em que se verifica uma queda nas contratações, que coincide com a repercussão da crise do *subprime*, sendo que inicialmente houve uma redução na liberação de empréstimos no Brasil, entretanto, na sequência nota-se um retorno nas contratações, que pode ser explicado como uma resposta às ações realizadas pelo BCB, as quais visavam injetar maior liquidez nos bancos e amenizar os efeitos da crise (OLIVEIRA; WOLF, 2016).

A partir de 2010 também se verifica um aumento nas contratações realizadas pelos servidores ativos da UFPR, que permanece relativamente constante até meados de 2015, e que pode ser explicado pela popularização desta modalidade de crédito no país (SANTOS, 2021).

Prosseguindo, a partir de Outubro de 2015 é possível identificar que os servidores se comportam de maneira similar à população em geral em relação à redução nas novas contratações de empréstimos, pois os anos de 2015 e 2016 foram de grande recessão no país, em que as famílias passaram a contratar menos crédito (FECOMÉRCIO SP, 2018). No ano seguinte (2017), o país apresenta o início da recuperação do período recessivo (BASTOS, 2017), sendo que os servidores da UFPR também voltam a contratar consignados, mas já demonstrando uma estagnação no crescimento da série.

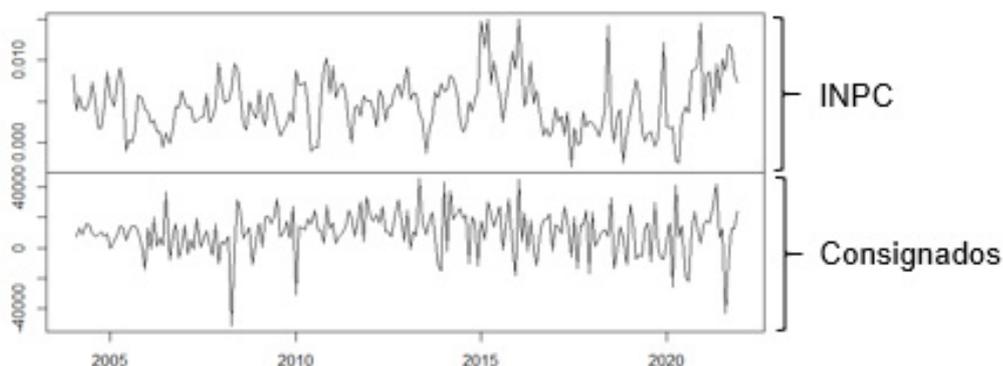
Um fator importante de se notar, é que a partir de Julho de 2020 os servidores começaram a diminuir o volume de empréstimos consignados, redução esta que perdurou até Dezembro de 2021. Portanto, é possível deduzir que por conta de uma desaceleração da economia, ocorrida em virtude de pandemia da Covid-19, houve também uma redução nas novas contratações de dívidas pelos servidores. Neste ponto, destaca-se que o comportamento dos servidores, e conseqüentemente das suas famílias, no período pandêmico, diverge das demais famílias do país, já que estes aumentaram o endividamento e aqueles reduziram.

Além disso, buscou-se analisar a possível correlação entre “Empréstimo Consignado” e as variáveis “INPC” e “Taxa Selic”. Sendo que no Gráfico 10 é possível verificar que o Desconto de Empréstimo Consignado se apresenta como uma série não estacionária, a qual foi confirmada com a aplicação do teste Dickey-Fuller Aumentado (ADF), que apresentou p-valor de 0,99.

A partir disso buscou-se transformar a série em estacionária utilizando a diferenciação de primeira ordem. E, após a aplicação da diferenciação, utilizou-se o teste Dickey-Fuller Aumentado (ADF), o qual constatou a estacionariedade da série de “Empréstimos Consignados”, demonstrando um p-valor de 0,01.

A série do “INPC” apresentava-se como estacionária, o que foi confirmado pelo teste ADF (p-valor = 0,01), possibilitando assim a análise de correlação entre as variáveis, por meio do teste de Pearson, que demonstrou a inexistência de relação entre “INPC” e “Empréstimo Consignado”, com p-valor de 0,9672, o que pode ser constatado também no Gráfico 11.

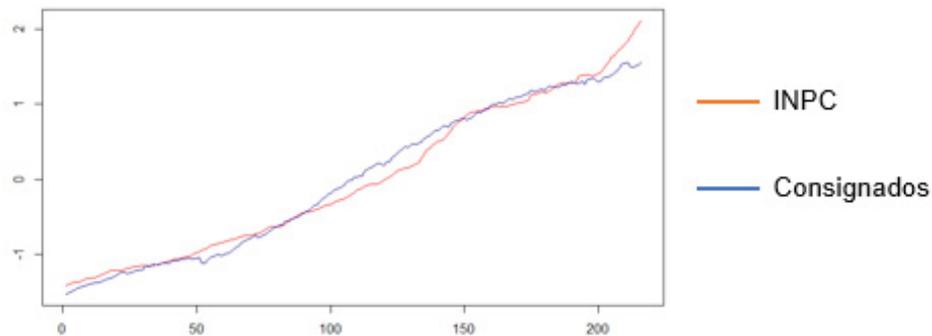
GRÁFICO 11 – CORRELAÇÃO ENTRE DESCONTO DOS EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS E INPC (JAN/2004 A DEZ/2021)



FONTE: Elaborado pela autora, com base na série histórica dos empréstimos consignados dos servidores ativos da UFPR (2022).

Na sequência foi realizada a análise de cointegração entre as variáveis, sendo que ao se observar a trajetória do “INPC” e do “Empréstimo Consignado” dos servidores, há uma tendência a crer que as trajetórias das variáveis são muito similares, percorrendo o período de 216 meses de forma relativamente conjunta, conforme exposto pelo Gráfico 12.

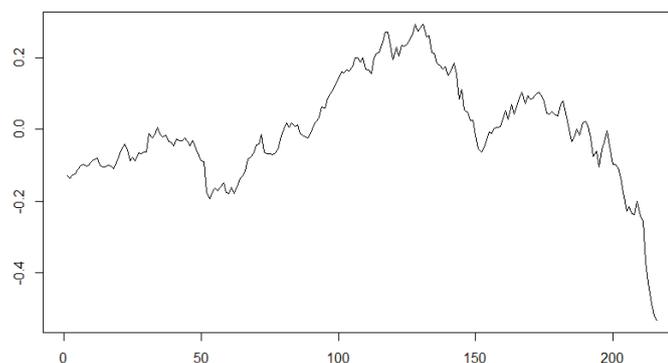
GRÁFICO 12 – TRAJETÓRIA CONSIGNADOS E INPC (JAN/2004 A DEZ/2021)



FONTE: Elaborado pela autora, com base na série histórica dos empréstimos consignados dos servidores ativos da UFPR (2022).

Entretanto, ao realizar uma regressão das variáveis, verifica-se que seus resíduos parecem ser não estacionários. Nesse sentido, foi aplicado o Teste de Phillips-Perron Raiz Unitária nos resíduos da regressão das variáveis “Empréstimo Consignado” e “INPC”, em que foi identificado um p-valor de 0,99. Ademais, se optou em realizar a ratificação da não estacionariedade com a aplicação do teste ADF (p-valor igual a 0,99), e a demonstração da não estacionariedade dos resíduos, observada no Gráfico 13:

GRÁFICO 13 – RESÍDUOS REGRESSÃO (EMPRÉSTIMO CONSIGNADO E INPC)

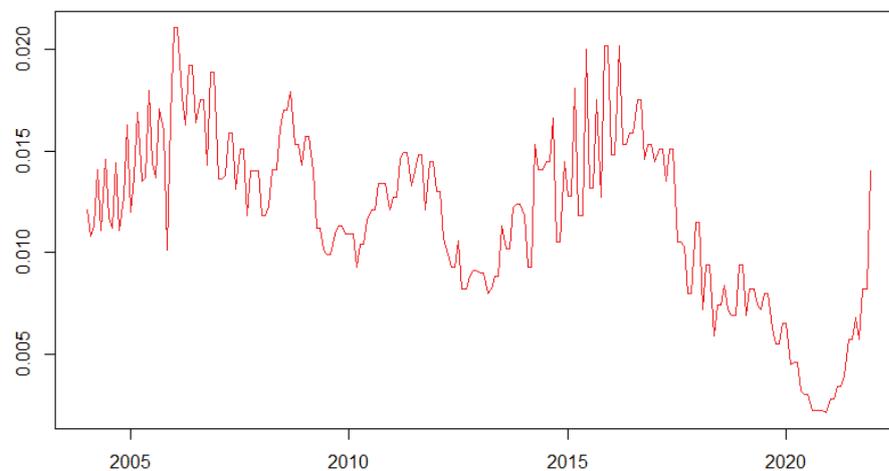


FONTE: Elaborado pela autora, com base na série histórica dos empréstimos consignados dos servidores ativos da UFPR (2022).

Prosseguindo com a análise de cointegração, foram utilizados os testes de Engle-Granger e Phillips-Ouliaris, sendo que ambos confirmaram que os dados não são cointegrados, isto é, não foi encontrada, ao longo do período de análise, relação existente entre o volume de descontos de empréstimos consignados e o INPC. Ressalta-se que de acordo com a revisão de literatura, a inflação possui relação negativa com o endividamento. Entretanto, ao analisar os descontos de consignados dos servidores da UFPR não é possível identificar uma conexão significativa entre as variáveis, rejeitando a Hipótese 1.

Ademais, buscou-se explorar possíveis relações do “Empréstimo Consignado” com a variável “Taxa Selic”, sendo que primeiramente observou-se que a Selic não possui uma série estacionária, confirmada pelo ADF, que apresentou um p-valor de 0,4824, e que pode ser observada pelo Gráfico 14.

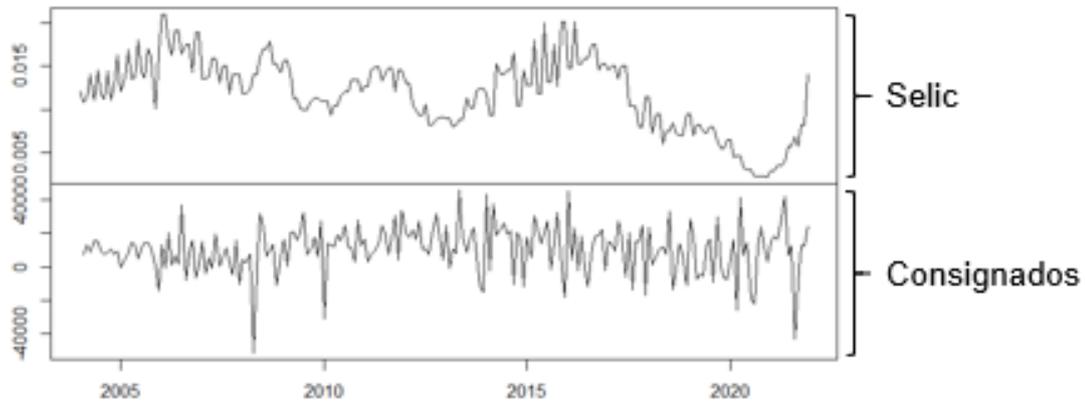
GRÁFICO 14 – TRAJETÓRIA TAXA SELIC



FONTE: Elaborado pela autora, com base na série histórica dos empréstimos consignados dos servidores ativos da UFPR (2022).

Após isso foi realizada a diferenciação de primeira ordem, em que se confirmou a estacionaridade da série no teste ADF (p-valor = 0,01), tornando possível a verificação da inexistência de correlação entre as variáveis, por meio do teste de Pearson (p-valor = 0,7968), destacada no Gráfico 15.

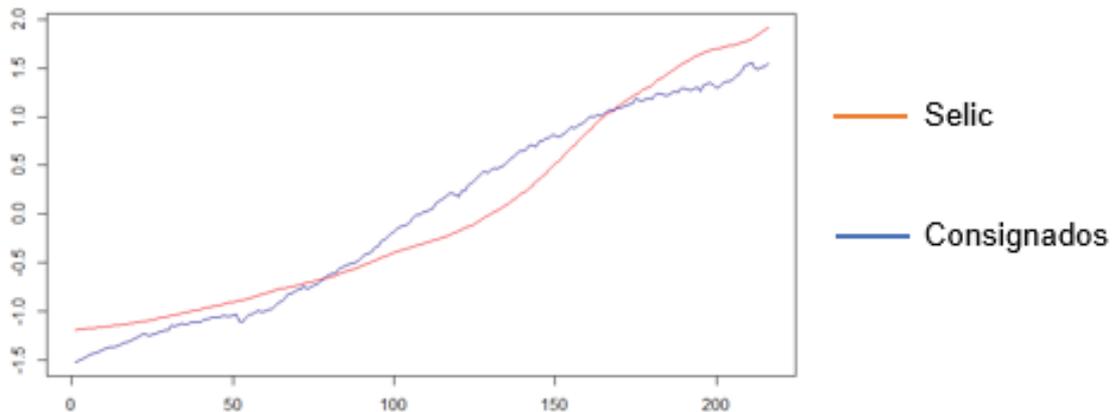
GRÁFICO 15 – CORRELAÇÃO ENTRE DESCONTO DOS EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS E INPC (JAN/2004 A DEZ/2021)



FONTE: Elaborado pela autora, com base na série histórica dos empréstimos consignados dos servidores ativos da UFPR (2022).

Também foi realizada a análise de cointegração, em que pode ser observado num primeiro momento o Gráfico 16, o qual demonstra séries com trajetórias aparentemente inversamente relacionadas durante alguns períodos dos 216 meses verificados.

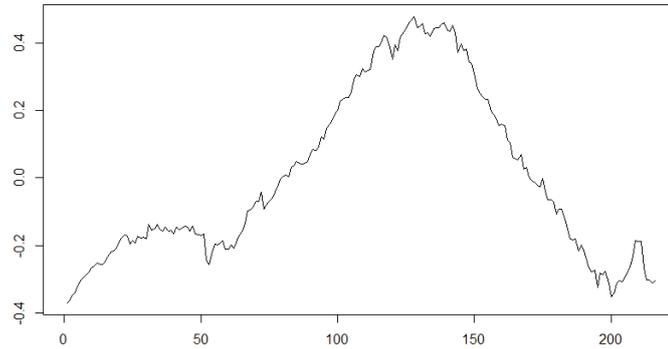
GRÁFICO 16 – TRAJETÓRIA CONSIGNADOS E TAXA SELIC (JAN/2004 A DEZ/2021)



FONTE: Elaborado pela autora, com base na série histórica dos empréstimos consignados dos servidores ativos da UFPR (2022).

A partir disso foi realizado um modelo de regressão das variáveis, que gerou resíduos aparentemente não estacionários, conforme Gráfico 17.

GRÁFICO 17 – RESÍDUOS REGRESSÃO (EMPRÉSTIMO CONSIGNADO E SELIC)

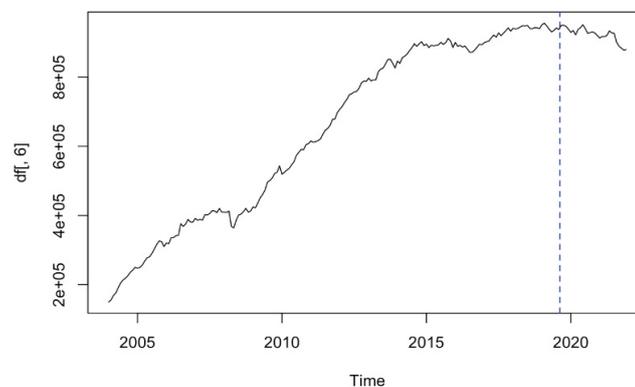


FONTE: Elaborado pela autora, com base na série histórica dos empréstimos consignados dos servidores ativos da UFPR (2022).

A fim de confirmar a não estacionaridade dos resíduos, foram realizados os testes Phillips-Perron Raiz Unitária (p-valor = 0,99) e ADF (p-valor = 0,9891). Após isso, foi empregada a diferenciação de primeira ordem, estacionando a série, para na sequência, aplicar os Testes de Engle-Granger e Phillips-Ouliaris, os quais confirmam a inexistência de cointegração entre Taxa Selic e o volume de Empréstimos Consignados descontados na folha de pagamento dos servidores ativos da UFPR, o que rejeita o achado teórico de que a Taxa Selic tem relação inversa com a contratação dos consignados.

Contudo, além da análise das hipóteses, verifica-se que a contratação de empréstimo consignado pelos servidores ativos da UFPR, aparenta estar declinando com o tempo, após ter atingido o máximo, conforme observado no Gráfico 18, algo que foi brevemente apontando na descrição do Gráfico 10.

GRÁFICO 18 – MÁXIMO DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS



FONTE: Elaborado pela autora, com base na série histórica dos empréstimos consignados dos servidores ativos da UFPR (2022).

Neste ponto, é interessante lembrar que existe uma margem de 35% dos rendimentos dos servidores para desconto de consignados em folha de pagamento, impossibilitando-os de contratarem empréstimos superiores a este limite. Ademais, é importante enfatizar que os salários dos servidores permanecem estagnados há alguns anos, não sendo reajustado nem em relação aos índices de inflação anual, o que acaba refletindo também no volume de empréstimo consignado que os servidores conseguem obter no mercado de crédito.

E outro fator interessante ocorrido em meados de 2020 foi o início da pandemia da Covid-19, que pode ter gerado efeitos na forma como os servidores lidavam com suas finanças pessoais, afinal era um momento de incertezas e de desaceleração da economia.

Em poucas palavras, percebe-se uma trajetória de declínio do desconto de empréstimos consignados, mostrando que esta população de servidores ativos da UFPR já atingiu o limite de contratação, e provavelmente busca alternativas de crédito no mercado, algo confirmado também pelas respostas do questionário.

E, por fim, confirma-se a relevância dos consignados para esta amostra de estudo, algo que já havia sido identificado por outros autores que destacavam a importância dessa modalidade pelos servidores públicos (BRANDÃO, 2021). Entretanto, é válido ressaltar que, mesmo que os consignados sejam relevantes para amostra, verifica-se que as contratações não se associam com os elementos inflação e taxa básica de juros.

4.2 ENDIVIDAMENTO DOS SERVIDORES E SUAS CARACTERÍSTICAS

Neste ponto serão realizadas análises referentes ao questionário que foi aplicado aos servidores ativos da UFPR, em que foi possível obter o total de 390 respondentes válidos, estando dentro da quantidade mínima determinada pelo cálculo do dimensionamento da amostra (323).

4.2.1 Características da Amostra

Em relação ao perfil da amostra, 54,9% correspondem a respondentes do sexo feminino, 44,9% do sexo masculino e apenas 0,3% preferiu não se identificar. No que tange a faixa etária dos respondentes, verifica-se que a amostra possui 372

servidores na idade adulta, entre 26 e 59 anos, e apenas 18 servidores idosos (com 60 anos ou mais).

Em relação ao estado civil, a maioria pertence ao grupo de Casados ou União Estável (265), seguido de Solteiros (80), Divorciados ou Separados (39), Viúvos (3) e, Outro (3). Ademais, verifica-se que aproximadamente 62% dos servidores apresentam pelo menos 1 dependente financeiro.

Ao analisar a categoria profissional, apura-se que a amostra é composta por 133 Docentes (34%) e 247 Técnicos Administrativos em Educação (66%), sendo que de todos os servidores respondentes, pelo menos 88% apontam possuir como nível mínimo de escolaridade o Ensino Superior, evidenciando servidores com alto nível de educação formal, já que apenas 12% apresentam somente Ensino Fundamental ou Médio.

As rendas brutas familiares informadas variaram de R\$ 3.000,00 a R\$ 70.000,00, apresentando uma média de R\$ 14.280,43. Já quando se aborda o valor de dívida das famílias, há valores entre R\$ 1.000,00 e R\$ 900.000,00, com uma média de R\$ 81.162,34 de endividamento.

Verificou-se também que 71,5% dos respondentes possuem dívidas, dos quais 23,3% declaram apresentar contas atrasadas e 13,3% declaram estar com dívidas atrasadas pelo período superior a 180 dias. A partir desses dados foi elaborada a Tabela 1, a fim de fazer um comparativo com os dados de endividamento familiar brasileiro (PEIC).

TABELA 1 – PERFIL DA AMOSTRA E DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

População	Endividados	Dívidas em Atraso	Sem Condições de Pagar
Servidores	71,5%	23,3%	13,3%
Famílias Brasileiras (PEIC)	77,3%	28,5%	10,6%

FONTE: Elaborado pela autora, com base nos questionários aplicados aos servidores ativos da UFPR e na PEIC realizada pela CNC em Agosto'22 (2022).

Verifica-se que os servidores e suas famílias apresentam um nível de endividamento e de dívidas atrasadas um pouco inferior ao da população em geral, entretanto, apresentam proporção maior de pessoas sem condições de quitar suas dívidas. Observa-se que na Tabela 1 os servidores que estão com contas atrasadas

a mais de 180 dias foram equiparados àqueles abordados pela PEIC como os indivíduos que não possuem condições de quitar suas contas.

Os respondentes também apontaram algumas situações que os levaram a contratação de crédito, em que 46,9% apontam a redução da renda familiar por defasagem salarial (falta de reajustes e inflação), 40,8% destacam que precisaram contrair dívida para efetivar a compra de imóvel, 20,9% indicam haver má gestão da renda, 18,5% usaram crédito para compra de carro, entre outras motivações menos significativas nas respostas.

Ao questionar as modalidades de dívidas que os servidores possuem, as principais foram o cartão de crédito, selecionado pela maioria da amostra (76,7%), seguido do crédito consignado (49,9%), do financiamento de imóvel (44,5%) e do financiamento de veículo (20,2%).

Portanto, a partir desse contexto geral tem-se a intenção de compreender as associações entre o endividamento e as características sociodemográficas e econômicas da amostra, e como se comportam em relação aos fatores atitude ao endividamento e conhecimento financeiro.

4.2.2 Fatores que impactam o endividamento

Em um primeiro momento foram realizadas regressões para verificar a associação entre o endividamento e cada uma das variáveis embasadoras das hipóteses de pesquisa. Destaca-se que neste ponto da pesquisa foi tratado o endividamento total que os servidores atestaram possuir em suas respostas ao questionário.

Considerando essa análise seria possível confirmar as hipóteses relacionadas ao Gênero (Test t: p-valor = 0,0415), em que homens apresentam maior endividamento que as mulheres; ao Estado Civil (ANOVA: p-valor = 0,0269), no qual casados se endividam mais que solteiros; e ao Número de Dependentes (Test t: p-valor = 0,0072), na medida que quem possui dependentes apresentem maiores níveis de dívidas que os demais.

Em contrapartida, também seriam rejeitadas algumas das hipóteses, como a de que jovens se endividam mais que idosos (Coeficiente de Pearson: p-valor = 0,2155); a de que a renda apresenta relação com o valor de dívida (Coeficiente de

Pearson: p -valor = 0,4705); e a hipótese de que aqueles que possuem maior grau de escolaridade apresentam menores dívidas.

Entretanto, considerando o viés da variável omitida, em que os resultados das regressões podem gerar resultados superestimando ou subestimando o impacto de cada variável ao desconsiderar as demais, verificou-se a necessidade de realizar análises contendo todas as variáveis de estudo.

Nesse sentido, optou-se em verificar o histograma em relação aos valores de dívidas dos servidores, em que foi aplicada a transformação logarítmica nos dados, na qual se verifica uma distribuição bimodal, com a sobreposição de dois grupos relacionados aos valores de dívidas (menores dívida e maiores dívidas).

Com base na evidência de que existem dois grupos de devedores entre os respondentes do questionário, aqueles com pequenos empréstimos, e os que utilizam da modalidade para valores superiores, podendo ser usados para compra de bens imóveis ou carros por exemplo, entende-se a necessidade de incluir uma variável Grupo nas análises subsequentes.

A partir disso foram criados alguns modelos de regressão linear, considerando o impacto que as variáveis provindas dos aspectos sociodemográficos, da atitude ao endividamento, do conhecimento e do grupo causam no valor de dívida dos respondentes do questionário.

Num primeiro modelo de regressão (Modelo 1), foram consideradas todas as Características Sociodemográficas contidas no questionário, as variáveis Conhecimento Financeiro e Grupo.

Antes de verificar os resultados da regressão, é válido ressaltar que os servidores apresentaram uma boa assertividade nas questões voltadas ao conhecimento financeiro, sendo que 65% acertaram pelo menos 4 das 5 questões realizadas. Ademais, dentre as temáticas abordadas (diversificação de risco, aritmética, inflação e juros compostos), o item de menor entendimento pela amostra foi o de diversificação de riscos, estando em consonância com o trabalho de Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015), que aplicou as mesmas questões para mais de 150 mil pessoas.

Dessa maneira, por meio do Modelo 1, observa-se que as variáveis Estado Civil – Solteiro (p -valor = 0,0329) e Grupo (p -valor = $<2e-16$), são as que apresentam maior impacto no valor de dívida dos servidores, sendo os Solteiros apresentam menor endividamento que os Casados e o Grupo apresenta uma relação direta com

o Valor de Dívida. Além disso, percebe-se uma sinalização de que a Faixa Etária apresenta relação inversa com o endividamento (p -valor = 0,0963). Sendo que os resultados mais significativos podem ser conferidos no Tabela 2.

TABELA 2 – RESULTADOS SIGNIFICATIVOS DA REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA – MODELO 1

Modelo 1 (R ² Ajustado = 0,812)	Unstandardized Coefficients		Teste t	Sig.
	Estimate	Std. Error		
(Intercept)	8,82E+00	4,78E-01	18,459	<2e-16
Idade	-1,02E-02	6,13E-03	-1,669	0,0963
Estado Civil - Solteiro	-2,72E-01	1,27E-01	-2,144	0,0329
Grupo	3,08E+00	9,72E-02	31,656	<2e-16

Variável Dependente: Valor de Dívida

Variáveis Independentes: Faixa Etária, Número de Dependentes, Gênero, Categoria Profissional, Renda Bruta, Renda Bruta Familiar, Estado Civil, Grau de Escolaridade, Grupo e Conhecimento Financeiro.

FONTE: Elaborado pela autora, com base nos questionários aplicados aos servidores ativos da UFPR e na PEIC realizada pela CNC em Agosto'22 (2022).

Observa-se que a normalidade dos resíduos foi verificada utilizando o teste de Shapiro Wilk (p -valor = 0,632).

Na sequência foi realizado um segundo modelo de regressão (Modelo 2), incluindo as variáveis sobre a Atitude ao Endividamento ao primeiro modelo regressivo.

Ao observar a Atitude ao Endividamento é válido lembrar que foram consideradas três dimensões que a compõem, divisão realizada pelos autores Lea, Webley e Levine (1993) e adaptada ao contexto brasileiro (MOURA, 2005; MOURA *et al.*, 2006; PACHECO; CAMPARA; COSTA JÚNIOR, 2018).

Posto isso, destaca-se que as três primeiras perguntas do Bloco 3 (y2, y3 e y4) do questionário abordavam a dimensão do Impacto sobre a moral da sociedade, na sequência são realizadas questões sobre a Preferência no tempo (y5, y6 e y7) e por fim mais três questões que tratam do Grau de autocontrole (y8, y9, y10).

Nesse sentido, as questões são direcionadas à compreensão de cada dimensão e para isto foi utilizada a escala de Likert, e, em algumas perguntas a escala de Likert invertida.

Ao explorar o fator de atitude ao endividamento, verifica-se que a média geral dos servidores ativos da UFPR foi de 2,22, evidenciando a existência de baixa tolerância ao endividamento, corroborando com os dados obtidos em pesquisa realizada com os servidores da Universidade Federal de Santa Catarina, que

obtiveram uma média próxima a dois (PACHECO; CAMPARA; COSTA JR., 2018), e do estudo realizado por Flores, Vieira e Coronel (2013) que identificaram baixa atitude ao endividamento dos servidores da Universidade Federal de Santa Maria.

Além disso, verifica-se na Tabela 3 a média de cada dimensão, em que se conclui que os servidores apresentam uma percepção negativa em relação à dívida, com uma média de 2,36; demonstram saber lidar bem com a gestão do tempo, afirmando aguardar o momento mais vantajoso e adequado para tomar decisões sobre o uso de seus recursos, com uma média de 2,29; e externam que possuem capacidade de controlar e gerir o seu orçamento, com uma média de 2,01.

TABELA 3 – ATITUDE AO ENDIVIDAMENTO

	Dimensões	Questões	Variáveis	Média Questão	Média Dimensão
Atitude ao Endividamento	Impacto sobre a moral da sociedade	Não é certo gastar mais do que ganho.*	y2	1,37	2,36
		Acho normal as pessoas ficarem endividadas para pagar suas coisas.	y3	2,38	
		As pessoas ficariam desapontadas comigo de soubessem que eu tenho dívida.*	y4	3,32	
	Preferência no tempo	É melhor primeiro juntar dinheiro e só depois gastar.*	y5	2,06	2,29
		Prefiro comprar parcelado a esperar ter dinheiro para comprar a vista.	y6	2,79	
		Prefiro pagar parcelado mesmo que no total seja mais caro.	y7	2,03	
	Grau de autocontrole	Eu sei exatamente quanto devo em lojas, cartão de crédito ou banco.*	y8	1,49	2,01
		É importante saber controlar os gastos da minha casa.*	y9	1,09	
		Não tem problema ter dívida se eu sei que posso pagar.	y10	3,44	

Obs.: 1. (*) Variável com escala Likert invertida.
2. Quando maior a média, maior a atitude ao endividamento

FONTE: Elaborado pela autora, com base nos questionários aplicados aos servidores ativos da UFPR (2022).

Para validar as dimensões preconizadas pelos autores como indicadas na Tabela 3, *a priori* optou-se em utilizar a análise fatorial, a fim de verificar as variáveis latentes.

Testando a hipótese de 3 fatores, o índice KMO (Kaiser-Mayer-Olkin) foi de 0,65, abaixo do indicado na literatura ($KMO > 0,7$) com um único MSA das variáveis acima de 0,7, quando todos deveriam estar acima desse valor. Apesar disso, fez-se uma tentativa de análise fatorial confirmatória, obtendo um resultado inadmissível para os três fatores como constantes na Tabela 3. Essa constatação levou à utilização das variáveis y2 a y10 de forma independente na análise de regressão

múltipla para o desenvolvimento do segundo modelo de regressão, que confirmou o resultado obtido no primeiro modelo, identificando relação positiva do Grupo (p-valor = $<2e-16$), negativa do Estado Civil – Solteiro (p-valor = 0,0307) e uma leve significância da Faixa Etária (p-valor = 0,0831), cujos principais resultados são demonstrados abaixo.

TABELA 4 – RESULTADOS SIGNIFICATIVOS DA REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA – MODELO 2

Modelo 2 (R ² Ajustado = 0,809)	Unstandardized Coefficients		Teste t	Sig.
	Estimate	Std. Error		
(Intercept)	8,83E+00	8,36E-01	10,563	<2e-16
Idade	-1,10E-02	6,30E-03	-1,740	0,0831
Estado Civil - Solteiro	-2,83E-01	1,30E-01	-2,173	0,0307
Grupo	3,04E+00	1,01E-01	30,198	<2e-16

Variável Dependente: Valor de Dívida

Variáveis Independentes: Faixa Etária, Número de Dependentes, Gênero, Categoria Profissional, Renda Bruta, Renda Bruta Familiar, Estado Civil, Grau de Escolaridade, Atitude ao Endividamento (y2 a y10), Grupo e Conhecimento Financeiro.

FONTE: Elaborado pela autora, com base nos questionários aplicados aos servidores ativos da UFPR e na PEIC realizada pela CNC em Agosto'22 (2022).

Continuando na análise, ao considerar os resultados dos modelos anteriores, foi criado um terceiro modelo (Modelo 3) contendo apenas as variáveis identificadas como mais impactantes do Endividamento, conforme demonstrado na Tabela 5:

TABELA 5 – RESULTADOS SIGNIFICATIVOS DA REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA – MODELO 3

Modelo 3 (R ² Ajustado = 0,8096)	Unstandardized Coefficients		Teste t	Sig.
	Estimate	Std. Error		
(Intercept)	8,71E+00	7,68E-01	11,335	<2e-16
Idade	-1,04E-02	6,27E-03	-1,659	0,09836
Renda Bruta	2,45E-05	1,34E-05	1,829	0,06861
Estado Civil - Solteiro	-3,35E-01	1,23E-01	-2,723	0,00691
Grau de Escolaridade	8,61E-02	5,06E-02	1,702	0,08998
Grupo	3,03E+00	9,89E-02	30,663	<2e-16

Variável Dependente: Valor de Dívida

Variáveis Independentes: Faixa Etária, Número de Dependentes, Renda Bruta, Estado Civil, Grau de Escolaridade, Atitude ao Endividamento (y2 a y10), Grupo e Conhecimento Financeiro.

FONTE: Elaborado pela autora, com base nos questionários aplicados aos servidores ativos da UFPR e na PEIC realizada pela CNC em Agosto'22 (2022).

Mais uma vez há confirmação de que o Estado Civil – Solteiro (p-valor = 0,00691) tem uma relação inversa e que o Grupo (p-valor = $< 2e-16$) tem uma relação direta com a Dívida. Também é possível verificar uma sinalização de que a

variável Idade se relaciona de forma inversa (p-valor 0,09836) e de que a Renda Bruta se relaciona de forma direta (p-valor = 0,06861), assim como o Grau de Escolaridade (p-valor = 0,08998).

A normalidade também foi confirmada pelo teste Shapiro Wilk (p-valor = 0,3988). E também foi aplicado o teste de Multicolinearidade utilizando a função VIF no ambiente do RStudio, entretanto, não houveram indicadores de detecção de colinearidade nos dados, fenômeno importante de ser verificado, já que é um dos pressupostos da regressão.

Na sequência, com o intuito de criar um modelo regressivo mais robusto foi utilizado o Teste StepAIC no R. Sendo que, por meio desse modelo simplificado, chegou-se ao último modelo de análise (Modelo 4), conforme observa-se na Tabela 6.

TABELA 6 – RESULTADOS SIGNIFICATIVOS DA REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA – MODELO 4

Modelo 4 (R ² Ajustado = 0,8098)	Unstandardized Coefficients		Teste t	Sig.
	Estimate	Std. Error		
(Intercept)	8,45E+00	3,66E-01	23,078	<2e-16
Estado Civil - Solteiro	-3,26E-01	1,23E-01	-2,659	0,008313
Grau de Escolaridade	1,35E-01	3,87E-02	3,496	0,000553
Grupo	3,06E+00	9,76E-02	31,359	<2e-16

Variável Dependente: Valor de Dívida

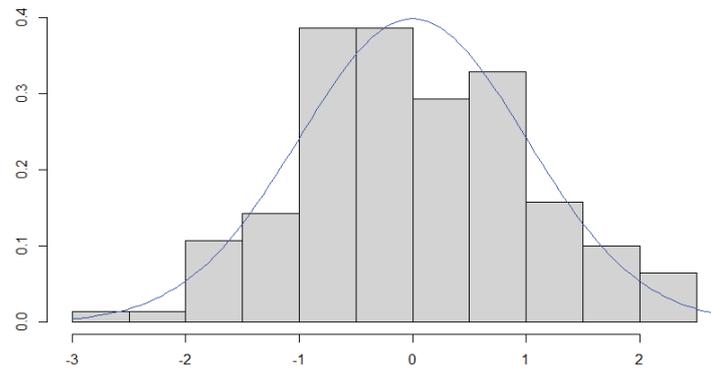
Variáveis Independentes: Faixa Etária, Número de Dependentes, Gênero, Estado Civil, Grau de Escolaridade, Atitude ao Endividamento (y3, y5, y6), Grupo e Conhecimento Financeiro.

FONTE: Elaborado pela autora, com base nos questionários aplicados aos servidores ativos da UFPR e na PEIC realizada pela CNC em Agosto'22 (2022).

Pelo Modelo 4, foi possível ratificar a significância das variáveis Estado Civil – Solteiro como possuindo uma relação inversa com o valor de dívida (p-valor = 0,008313); a Escolaridade com relação positiva com o valor de dívida (p-valor = 0,000553) e o Grupo também com relação positiva com o valor de dívida (p-valor = <2e-16). Ademais, este modelo apresenta um R² = 0,08098, evidenciando que representa bem os dados, assim como o terceiro modelo, que possuía um R² = 0,08096.

Além disso, os resíduos do Modelo 4 também foram verificados, sendo que apresentam normalidade, conforme exposto no Gráfico 19.

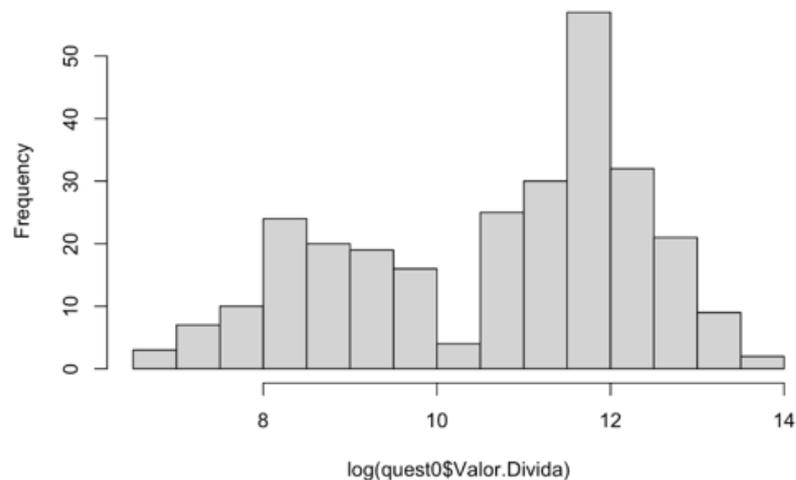
GRÁFICO 19 – RESÍDUOS REGRESSÃO: MODELO 4



FONTE: Elaborado pela autora, com base nos questionários aplicados aos servidores ativos da UFPR (2022).

Na sequência, considerando que o Grupo é um forte explicador do endividamento, decidiu-se por realizar uma regressão, considerando o Test StepAIC, para cada Grupo de devedores, sendo um deles composto por servidores que estão abaixo de 10,5 e o outro referente aos que devem acima de 10,5 (Gráfico 20).

GRÁFICO 20 – HISTOGRAMA



FONTE: Elaborado pela autora, com base nos questionários aplicados aos servidores ativos da UFPR (2022).

Na regressão considerando apenas os servidores do Grupo 1 (menores valores de dívidas), verifica-se que as variáveis explicativas são Grupo (p-valor = $<2e-16$) e o Grau de Escolaridade (p-valor = 0,00040), com relação positiva com a Dívida, e o Estado Civil – Solteiro (p-valor = 0,00514), apresentando relação negativa com endividamento, conforme exposto na Tabela 7

TABELA 7 – RESULTADOS SIGNIFICATIVOS DA REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA – GRUPO 1

Grupo 1 (R ² Ajustado = 0,8116)	Unstandardized Coefficients		Teste t	Sig.
	Estimate	Std. Error		
(Intercept)	8,22E+00	2,91E-01	28,275	<2e-16
Estado Civil - Solteiro	-3,25E-01	1,15E-01	-2,821	0,00514
Grau de Escolaridade	1,34E-01	3,73E-02	3,585	0,0004
Grupo	3,08E+00	9,50E-02	32,444	<2e-16

Variável Dependente: Valor de Dívida

Variáveis Independentes: Estado Civil, Grau de Escolaridade, Atitude ao Endividamento (y5), Grupo e Conhecimento Financeiro.

FONTE: Elaborado pela autora, com base nos questionários aplicados aos servidores ativos da UFPR e na PEIC realizada pela CNC em Agosto'22 (2022).

Já o Grupo 2, conforme demonstrado na Tabela 8, apresentou como variáveis explicativas do endividamento o Grau de Escolaridade (p-valor = 1,15e-07) com relação positiva, e as demais Estado Civil – Solteiro (p-valor = 0,000347), Estado Civil – Divorciado ou Separado (p-valor = 0,092738), Estado Civil – Outro (p-valor = 0,066702) e y5 (p-valor = 0,041219), com relação negativa ao endividamento.

TABELA 8 – RESULTADOS SIGNIFICATIVOS DA REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA – GRUPO 2

Grupo 2 (R ² Ajustado = 0,2264)	Unstandardized Coefficients		Teste t	Sig.
	Estimate	Std. Error		
(Intercept)	1,16E+01	3,39E-01	34,097	<2e-16
y5	-9,09E-02	4,42E-02	-2,057	0,041219
Estado Civil - Divorciado ou Separado	-2,68E-01	1,59E-01	-1,691	0,092738
Estado Civil - Outro	-1,16E+00	6,29E-01	-1,846	0,066702
Estado Civil - Solteiro	-4,54E-01	1,24E-01	-3,652	0,000347
Grau de Escolaridade	2,22E-01	4,01E-01	5,539	1,15E-07

Variável Dependente: Valor de Dívida

Variáveis Independentes: Faixa Etária, Estado Civil, Grau de Escolaridade, Atitude ao Endividamento (y5).

FONTE: Elaborado pela autora, com base nos questionários aplicados aos servidores ativos da UFPR e na PEIC realizada pela CNC em Agosto'22 (2022).

5 DISCUSSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, ancorada nos conceitos sobre mercado de crédito e endividamento, teve como objetivo principal analisar o endividamento dos servidores ativos da UFPR e relacionar com as características macroeconômicas, sociodemográficas, atitudes ao endividamento e conhecimento financeiro.

Em um primeiro momento foram observados os relatórios contendo os descontos de empréstimo consignado em folha de pagamento, em que fica evidente a relevância da modalidade de empréstimo pessoal consignado nas finanças pessoais dos servidores ativos da UFPR.

Também foi possível verificar que a série de empréstimos consignados dos servidores apresenta um comportamento similar à série de endividamento familiar brasileiro das PEIC's. Nesse sentido foram constatados alguns momentos semelhantes com a população em geral, como o crescimento dos consignados logo após 2003, quando a regulamentação dessa modalidade de empréstimos foi publicada, sendo que a progressão perdurou até março de 2008; a queda nas contratações em meados 2008, reflexo da crise do *subprime*; a expansão do crédito consignado no período de 2010 a 2015, compatível com o período de popularização dessa modalidade de crédito no país; a queda nas contratações durante o período de recessão econômica vivenciado pelos brasileiros (2015 a 2016); e a posterior recuperação nos descontos de consignados a partir de 2017.

Entretanto, os relatórios demonstram que a partir de 2017, apesar de haver novas contratações, estas apresentam um ritmo de crescimento desacelerado, demonstrando um declínio dos saldos de consignados descontados nos últimos anos, em que se verifica também que o limite máximo de contratação ocorreu em meados de 2019. A partir desse momento são identificadas quedas nos montantes contratados, que pode ser explicado por alguns fatores, dentre eles a existência da margem de contratação em 35% do valor do vencimento, que, no caso dos servidores, está sem reajuste há alguns anos. Ademais, com o advento da pandemia da Covid-19 nota-se que os servidores reduziram ainda mais a contratação dos consignados, que pode ser explicado pela desaceleração da economia, bem como pela mudança do estilo de vida no momento pandêmico, em que os servidores puderam trabalhar em suas casas, com a manutenção dos salários.

Desta forma, observa-se que durante o período pandêmico, os servidores apresentaram comportamento divergente da população em geral, em que houve uma queda nos empréstimos consignados descontados em folha de pagamento. Corroborando a esta evidência obtida pelos relatórios administrativos, verificou-se por meio do questionário, que dos respondentes que possuem dívidas, apenas 11% afirmam terem realizado a contratação de crédito por conta do surgimento da pandemia.

Mas, além das constatações já citadas, com a finalidade de compreender as possíveis associações entre descontos de empréstimos consignados com fatores macroeconômicos, optou-se em utilizar os testes de hipóteses, que geraram os resultados resumidos abaixo:

- Hipótese Alternativa 1: rejeita-se que a Inflação possui relação negativa com a contratação de consignados, pois não foram identificadas correlação ou cointegração entre as variáveis.
- Hipótese Alternativa 2: rejeita-se que a Taxa Selic possui relação negativa com a contratação de consignados, pois não foram identificadas correlação ou cointegração entre as variáveis.
- Hipótese Alternativa 3: rejeita-se que a Covid-19 possui relação positiva com a contratação de consignados, pois de acordo com os dados analisados, o período pandêmico refletiu na diminuição de contratação de consignados, evidenciando comportamento contrário às famílias do país.

Graças aos primeiros testes de hipóteses já é perceptível um comportamento diferente dos achados teóricos, em que a inflação e taxa Selic não tem correlação com as contratações de empréstimos consignados, e referente ao comportamento divergente no período pandêmico, indagando se a estabilidade de renda pode ter gerado algum reflexo nas atitudes dos servidores quanto às decisões de contratação de crédito.

Prosseguindo com as análises, houve a intenção de compreender como as características sociodemográficas e econômicas dos servidores, a atitude ao endividamento e o conhecimento financeiro impactam no endividamento. Para tanto, utilizou-se o questionário, que obteve 390 respostas válidas.

Para isto foram realizados os testes das hipóteses que suportaram as seguintes conclusões:

- Hipótese Alternativa 4: rejeita-se que homens se endividam mais que mulheres, pois não foi encontrada significância entre Gênero e Endividamento;
- Hipótese Alternativa 5: confirma-se que jovens apresentam maior endividamento que idosos, já que foi identificada uma relação negativa entre Faixa Etária e Endividamento;
- Hipótese Alternativa 6: confirma-se que existe relação positiva entre Rendimento e Endividamento;
- Hipótese Alternativa 7: confirma-se que o Estado Civil exerce impacto no Endividamento, sendo que no caso dos servidores ativos da UFPR, os Casados são os que apresentam maiores valores de dívidas;
- Hipótese Alternativa 8: rejeita-se que indivíduos com mais dependentes apresentam maiores dívidas, pois no modelo regressivo não foi identificada significância;
- Hipótese Alternativa 9: rejeita-se que a Escolaridade possui relação negativa com o Endividamento, sendo que nesta amostra o comportamento foi o contrário, isto é, os servidores que apresentam maior Grau de Escolaridade possuem maiores valores de Dívida;
- Hipótese Alternativa 10: rejeita-se que indivíduos com maior Atitude ao endividamento apresentam maior Endividamento, pois não foi identificada significância entre as variáveis;
- Hipótese Alternativa 11: rejeita-se que existe diferença entre Conhecimento e Endividamento. Entretanto, também pode ter ocorrido o viés na amostra, já que a maioria apresenta conhecimento financeiro básico.

Na Tabela 9 é apresentado um resumo contendo os resultados obtidos nos modelos de regressão:

TABELA 9 – RESUMO: RESULTADOS DOS MODELOS DE REGRESSÃO

Variáveis	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3		Modelo 4	
	p-valor	Relação	p-valor	Relação	p-valor	Relação	p-valor	Relação
Estado Civil - Solteiro	0,0329	negativa	0,0307	negativa	0,0691	negativa	0,0083	negativa
Grupo	< 2e-16	positiva						
Faixa Etária	0,0963	negativa	0,0831	negativa	0,0984	negativa		
Renda Bruta					0,0686	positiva		
Escolaridade					0,0900	positiva	0,0053	positiva

FONTE: Elaborado pela autora, com base nos questionários aplicados aos servidores ativos da UFPR (2022).

E na Tabela 10 são destacadas as diferenças encontradas ao se analisar cada grupo de servidores, isto é, o Grupo 1 contendo servidores com menores valores de dívidas e o Grupo 2 com valores de endividamento mais altos.

TABELA 10 – RESUMO: RESULTADOS DOS MODELOS DE REGRESSÃO POR GRUPO

Variáveis	Grupo 1		Grupo 2	
	p-valor	Relação	p-valor	Relação
Grupo	< 2e-16	positiva		
Escolaridade	0,0004	positiva	1,15E-07	positiva
Estado Civil - Solteiro	0,0051	negativa	3,47E-04	negativa
Estado Civil - Separado ou Divorciado			9,27E-02	negativa
Estado Civil - Outro			6,67E-02	negativa
y5 = É melhor primeiro juntar dinheiro e só depois gastar			4,12E-02	negativa

FONTE: Elaborado pela autora, com base nos questionários aplicados aos servidores ativos da UFPR (2022).

Ainda analisando os questionários, foi possível confirmar que os servidores apresentam indicadores de endividamento ligeiramente abaixo da média quando comparado com as demais famílias brasileiras. Nesse sentido, verificou-se que o empréstimo consignado é a segunda modalidade de crédito mais utilizada por esta categoria de trabalhadores, estando atrás somente do cartão de crédito, evidenciando mais uma vez a importância de estudos sobre o uso do crédito consignado pelos servidores públicos e o impacto nas suas vidas e de suas famílias.

Também, dentre os principais fatores que culminaram no endividamento, foram destacados a redução da renda familiar por defasagem salarial, a compra de imóvel e a compra de veículo. Ainda neste quesito, é importante salientar que 20,9% afirmam que o endividamento foi causado por uma má gestão da renda, 12,3% devido ao alto consumo/materialismo e 11,65% por conta da facilidade de crédito, apontando um ponto relevante da pesquisa, induzindo mais uma vez à indagação do

quanto a estabilidade pode estar refletindo na desorganização financeira pessoal dos servidores, algo já sinalizado em estudo semelhante realizado com os servidores da Universidade Federal do Ceará (SILVA *et al.*, 2020).

Por fim, pode-se concluir que os dados contidos nos relatórios administrativos bem como nos questionários ofereceram informações que convergiram e auxiliaram na compreensão de como o crédito consignado é fortemente utilizado pelos servidores, como estes possuem um endividamento um pouco abaixo das demais famílias brasileiras e que, alguns fatores impulsionadores do endividamento são similares ao já encontrados em outros estudos.

Ademais, na investigação é possível perceber uma oportunidade para a criação de ações voltadas à maior conscientização sobre o uso dos recursos financeiros e sobre os benefícios da gestão e controle do orçamento familiar.

Como limitações da pesquisa pode-se afirmar que a amostra é relativamente homogênea, contendo somente servidores ativos da UFPR, de uma faixa etária que não englobou de forma significativa os idosos. Além disso, como toda a análise foi realizada com base em uma abordagem quantitativa, percebe-se que uma análise qualitativa poderia colaborar para o aprofundamento em alguns tópicos, como a compreensão do quanto a estabilidade impacta nas decisões financeiras dos servidores.

Como sugestão de estudo futuro recomenda-se que o público alvo seja expandido, abrangendo os servidores aposentados e pensionistas da UFPR, a fim de realizar um comparativo entre ativos e inativos. Também verifica-se existir a necessidade de maior compreensão sobre o impacto que a estabilidade pode exercer nas tomadas de decisões financeiras dos servidores. Ademais, aponta-se mais uma oportunidade que seria realizar um comparativo entre pesquisas realizadas com servidores públicos, em especial de Universidades Públicas, a fim de verificar as semelhanças de comportamento.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. O.; RODRIGUES, F. G. D. S.; COSTA FILHO, H. O.; MACIEL, E. T. P.; DE ALMEIDA, M. D. G. N. A importância da educação financeira e do orçamento familiar frente a pandemia do COVID-19. **Anais do USP International Conference in Accounting**, 2020.
- AMADEU, M. S. U. S.; MENGATTO, A. P. F.; STROPARO, E. M.; ASSIS, T. T. S. **Manual de normalização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT**. Curitiba: Editora UFPR, 2015.
- ARTIFON, S.; PIVA, M. Endividamento nos dias atuais: fatores psicológicos implicados neste processo. Endividamento e implicações psíquicas. **Psicologia**, p. 1-41, 2014.
- ASSAF NETO, A. **Mercado Financeiro**. São Paulo: Atlas, 15ª Edição, 2021.
- BADER, M.; SAVOIA, J. R. F. Logística da Distribuição Bancária: Tendências, Oportunidade e Fatores para Inclusão Financeira. **RAE**, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 208a215, mar/abr. 2013. ISSN 0034-7590.
- BAEK, E.; HONG, G. S. Effects of family life-cycle stages on consumer debts. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 25, n. 3, p. 359-385, 2004.
- BASTOS, E. K. X. **Carta de Conjuntura nº 37 – 4º Trimestre de 2017**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2017.
- BASTOS, E. K. X. **Carta de Conjuntura nº 41 – 4º Trimestre de 2018**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2018.
- BASTOS, E. K. X. **Carta de Conjuntura nº 45 – 4º Trimestre de 2019**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Empréstimos Consignados: características, acesso e uso. Departamento de Promoção da Cidadania Financeira (Depef), do Banco Central do Brasil, com contribuições de Eugênia Motta. Série Cidadania Financeira, 2018. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/nor/relcidfin/docs/art7_emprestimo_consignado.pdf. Acesso em: 13 jan. 2022.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Empréstimos Consignados. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/perguntasfrequenterespostas/faq_emprestimosconsignados. Acesso em: 01 dez. 2021.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB) Estabilidade Financeira. Sistema Financeiro Nacional. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn>. Acesso em 28 dez. 2021.
- BEMEL, J. E.; CHISCHILLIE, A.; BROWER, C.; SHEPHERD, J. The impact of college student financial health on other dimensions of health. **American Journal of Health Promotion**, v. 30, n. 4, p. 224-230, 2016.

BERNTHAL, M. J., CROCKETT, D.; ROSE, R. L. Credit cards as life style facilitators. **Journal of Consumer Research**, v. 32, n. 1, p. 130-145, 2005.

BITTENCOURT, C. **Gestão contemporânea de pessoas**: novas práticas, conceitos tradicionais. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

BORÇA JR., G. R.; TORRES FILHO, E. T. Analisando a crise do *subprime*. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.15, n.30 , p. 129-159, dez. 2008.

BORGES, P. R. S. A influência da educação financeira pessoal nas decisões econômicas dos indivíduos. **VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica – EPTC**, 21 a 23 de Out. de 2013.

BRADY, R. R. Structural breaks and consumer credit: Is consumption smoothing finally a reality? **Journal of Macroeconomics**, v. 30, p. 1246-1268, 2008.

BRANDÃO, V. Crédito Consignado: Uma Análise dos Impactos dessa Inovação Financeira para o Desenvolvimento Econômico Brasileiro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 2021.

BRASIL. **Decreto n.º 7.397 de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira-ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2007-2010/2010/decreto/d_7397.htm. Acesso em: 03 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.790 de 6 de setembro de 1946**. Dispõe sobre a consignação de descontos sobre o salário de mutuários das Carteiras de Empréstimos das instituições de previdência social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De19790.htm. Acesso em: 05 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto n.º 10.393 de 09 de junho de 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. Brasília, DF, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/decreto/D10393.htm. Acesso em: 03 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 1.046, de 2 de Janeiro de 1950**. Disposição sobre a consignação em folha de pagamento. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1046.htm. Acesso em: 04 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.112 de 11 de Dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 5 de abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.820, de 17 de Dezembro de 2013**. Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.820.htm. Acesso em: 04 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.172, de 21 de Outubro de 2015**. Altera as Leis n.º 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

para dispor sobre desconto em folha de pagamento de valores destinados ao pagamento de cartão de crédito. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13172.htm#:~:text=L13172&text=LEI%20N%C2%BA%2013.172%2C%20DE%2021%20DE%20OUTUBRO%20DE%202015.&text=Alterar%20as%20Leis%20n%C2%BA,pagamento%20de%20cart%C3%A3o%20de%20cr%C3%A9dito. Acesso em: 05 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 20 de abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.131, de 30 de Março de 2021.** Dispõe sobre o acréscimo de 5% (cinco por cento) ao percentual máximo para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento até 31 de dezembro de 2021; e altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14131.htm. Acesso em: 07 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.692, de 28 de Julho de 1993.** Define planos de reajustamento dos encargos mensais e dos saldos devedores nos contratos de financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8692.htm. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Portaria INSS nº 623, de 22 de Maio de 2012.** Fixar os novos limites de taxas de juros a serem aplicados nas operações de crédito consignado. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/credito-consignado-limite-taxas.htm>. Acesso em: 26 abr. 2022.

BRUNO, M.; GENTIL, D. L. Caderno da Reforma Administrativa. Endividamento dos Servidores Públicos Brasileiros: armadilhas da expropriação salarial impulsionada pelo próprio Estado. Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado. Brasília, Fevereiro de 2022.

BRYMAN, A.; BELL, E. **Métodos de Pesquisa de Negócios.** Oxford University Press Inc. Ed. 3, 2011.

BUTTIGLIONE, L.; LANE, P. R.; REICHLIN, L.; REINHART, V. Deleveraging? What deleveraging? Londres: International Center for Monetary and Banking Studies (ICMB), p. 106. **Geneva Reports on the World Economy**, 16, 2014.

CASCAVEL. **Lei nº 7.185, de 17 de dezembro de 2021.** Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Cascavel para o exercício financeiro de 2021. Disponível em: <https://www.camaracascavel.pr.gov.br/legislacoes/orcamento-do-municipio/loa-lei-orcamentaria-anual/>. Acesso em: 30 nov. 2021.

CAMARGO, C.; KEISER, J. I. Uma Análise das Intersecções entre Finanças Pessoais, Finanças Organizacionais e Desempenho no Pequeno Varejo. **XXXII Encontro da ANPAD.** Rio de Janeiro – 6 a 10 de setembro de 2008.

CAMPARA, J. P.; VIEIRA, K. M.; CERETTA, P. S. Entendendo a atitude ao endividamento: fatores comportamentais e variáveis socioeconômicas o determinam? [doi: 10.21529/

RECADM. 2016002]. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa-RECADM**, v. 15, n. 1, p. 5-24, 2016.

CAMPARA, J. P.; VIEIRA, K. M.; BENDER FILHO, R.; CORONEL, D. A. Entendendo a Tolerância ao Risco: Proposição de um Modelo Logit Multinomial. **Revista de Administração da Unimep**, v. 15, n. 2, p. 1-30, 2017.

CARVALHO, H. A., SOUZA, F. G. P., FUENTES, V. L. P. Representação social do endividamento individual. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, 11(1), p. 100-115, 2017.

CAVALCANTE, B. A.; MELO, L. M. de L.; ALMEIDA, F. V. H. A importância da educação financeira na tomada de decisão: um estudo com servidores do centro administrativo e financeiro (CAF) do município de Quixadá-CE. **Revista Expressão Católica**, Quixadá, CE, v.3, n.1, 2014.

CINTRA, M. **A reestruturação patrimonial do sistema bancário brasileiro e os ciclos de crédito entre 1995 e 2005**. In: CARNEIRO, R. (org.) A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula. UNESP, p. 321-346, São Paulo, 2006.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; OLIVEIRA, A. R.; CAMPOS, O. V. Educação Financeira e endividamento: um estudo de caso com servidores de uma instituição pública. In: Congresso Brasileiro de Custos, **Anais**, Fortaleza: Associação Brasileira de Custos, 2009. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1029>. Acesso em: 26 dez. 2021.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; SILVA, F. C. Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. In: XII Seminários em Administração. **Anais**. São Paulo, 2009.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro. 3ª Edição. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.investidor.gov.br/portaldoinvestidor/export/sites/portaldoinvestidor/publicacao/Livro/LivroTOP-CVM.pdf>. Acesso em 23 dez. 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO (CNC). Pesquisa Nacional de Endividamento e de Inadimplência do Consumidor (PEIC), 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS - CNDL. Atraso na quitação de empréstimos deixou 35% dos consumidores negativados. Disponível em: <https://site.cndl.org.br/atraso-na-quitacao-de-emprestimos-deixou-35-dos-consumidores-negativados-revelam-cndlspc-brasil/>. Acesso em: 03 jan. 2022.

COSTA, W. P. L. B. da; ARRUDA, J. T. B.; SILVA, J. D. da; SILVA, S. L. P. Planejamento Financeiro Pessoal: um estudo na perspectiva de servidores públicos. **Revista Ambiente & Organizações**, v. 1, n. 1, p. 20-37, 2021.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAVIES, E.; LEA, S. E. G.. Student attitudes to student debt. **Journal of Economic Psychology**, v. 16, n. 4, p. 663-679, 1995.

DICKEY, D.; FULLER, W. A. Distribution of the Estimates for Autoregressive Time Series with a Unit Root. **Journal of the American Statistical Association**, n.74, p.427-31, June 1979.

DICKEY, D.A.; FULLER, W.A. Likelihood ratio statistics for autoregressive time series with a unit root. **Econometrica**, 49:1057-1072, 1981.

DINIZ, M. T. M. Contribuições ao ensino do método hipotético-dedutivo a estudantes de Geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 19, n.2, p. 107-111, maio/ago. 2015. ISSN 2236-4994.

DISNEY, R.; GATHERGOOD, J. Financial Literacy and Indebtedness: New Evidence for UK Consumers. In: **ECONPAPERS**, 2011.

EHLERS, R. S. **Apostila Análise de Séries Temporais**. Laboratório de Estatística e Geoinformação. Quinta edição. Curitiba, UFPR, 2009.

ENGLE, R. F.; GRANGER, C. W. J. Co-integration and error correction: representation, estimation and testing. **Econometrica**, Chicago, v. 55, n. 2, p. 251-276, 1987.

EISENHARDT, K. M. Building theories form case study research. **Academy of Management Review**. New York, New York, v. 14 n. 4, 1989.

FARHI, M.; PRATES, D. M.; FREITAS, M. C. P. de; CINTRA, M. A. M. A crise e os desafios para a nova arquitetura financeira internacional. **Revista de Economia Política**, v. 29, 2009.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN). Panorama de Crédito: dados do BCB referentes a nov/21. Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos. 2021. Disponível em: <https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Panorama%20de%20Cr%C3%A9ditonov21.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2022.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO (FECOMÉRCIO SP). Disponível em: <https://gh.fecomercio.com.br/portal/public/video/8a-edicao-da-radiografia-do-endividamento-das-familias-brasileiras>. Acesso em: 05 jan. 2022.

FERNANDES, A. E. S.; FERMENTÃO, C. A. G. R. O Endividamento e as Políticas Governamentais de Combate de Crise Econômico-Financeira frente ao Covid-19. **Revista Húmus**, v. 10, n. 30, p. 65-86, 2020.

FERREIRA, E. C. Conheça os tipos de empréstimos disponíveis para consumidores de serviços financeiros. 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/227/noticia>. Acesso em: 28 dez. 2021.

FIORI, D. D.; MAFRA, R. Z.; FERNANDES, T. A.; BARBOSA FILHO, J.; NASCIMENTO, L. R. C. O efeito da educação financeira sobre a relação entre adimplência e trabalhadores na cidade de Manaus. **Sinergia**, 21(2), p. 31-45, 2017.

FLORES, S. A. M.; VIEIRA, K. M.; CORONEL, D. A. Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento. **Revista de Administração FACES**, v. 12, n. 2, p. 13-35, 2013.

FRANKENBERG, L. **Seu futuro financeiro: você é o maior responsável**. 16. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GALVÃO, K. S.; OLIVEIRA FILHO, A. M. Nível de letramento financeiro: um levantamento dos estudantes do ensino médio de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. **Revista Gestão e Organizações**, v. 04, n. 01, p. 1-25, 2019.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUTIERRE, N. Notícia: Lei amplia limite da margem para contratação de crédito consignado. Publicado em abr. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2021/04/lei-amplia-limite-da-margem-para-contratacao-de-credito-consignado>. Acesso em dez. 2021.

HAIR JR., J. F.; WILLIAM, B.; BABIN, B.; ANDERSON, R. E. **Análise multivariada de dados**. 6.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HOLDEN, D.; PERMAN, R. Unit roots and cointegration for the economist. New York: **St Martin s Press**, 1994.

HUANG, J.; KISGEN, D. J. Gender and corporate finance: Are male executives overconfident relative to female executives? **Journal of Financial Economics**, v. 108, n. 3, p. 822-839, 2013.

HUTCHESON, G. D.; SOFRONIOU, N. **The multivariate social scientist: Introductory statistics using generalized linear models**. London: Sage Publications. 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro, p. 215, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/20082009/POFpublicacao.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Séries Históricas: PIB a preços de mercado - Taxa acumulada em 4 trimestres (%), 1º trimestre 1996 - 3º trimestre 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 13 jan. 2022.

JAPPELLI, T.; PAGANO, M.; DI MAGGIO, M. Households indebtedness and financial fragility. **Journal of Financial Management**, Markets and Institutions, v. 1, n. 1, p. 23-46, 2013.

JOHNSON, R. A.; WICHERN, D. W. Applied multivariate statistical analysis. 4 ed. New Jersey: **Prattice Hall**, p. 816, 1998.

KATONA, George. Psychological economics. New York: **Elsevier**, 1975.

KEESE, M. Who Feels Constrained by High Debt Burdens? Subjective vs. Objective Measures of Household Indebtedness. **RUHR Economic Papers**, Germany, 2010.

KLAPPER, L.; LUSARDI, A.; OUDHEUSDEN, P. V. Financial Literacy Around the World. Insights From the Standart & Poor's Ratings Service Global Financial Literacy Survey, 2015.

LANA, R. M.; COELHO, F. C.; GOMES, M. F. C.; CRUZ, O. G.; BASTOS, L. S.; VILLELA, D. A. M.; CODEÇO, C. T. Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. **Cad. Saúde Pública** 36, 3, 2021. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00019620>.

LEA, S. E. G.; WEBLEY, P.; LEVINE, Mark. The economic psychology of consumer debt. **Journal of Economic Psychology**, 14, p. 85–119, 1993.

LEA, S. E. G.; WEBLEY, P.; WALKER, C. M. Psychological factors in consumer debt: money management, economic socialization, and credit use. **Journal of Economic Psychology**, v. 16, 1995. p. 681-701.

LEÃO, A. P. C.; FERNANDES, R. A. U.; MARTINS, M. M. Empréstimos consignados e endividamento familiar: estudo junto a servidores/as públicos/as federais em Pernambuco. **Oikos**, v. 27, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/3747>. Acesso em 10 abr. 2022.

PONTA GROSSA. **Lei nº 13.899, de 16 de dezembro de 2020**. Estabelece o Orçamento Geral do Município de Ponta Grossa para o exercício de 2021. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2020/1389/13899/lei-ordinaria-n-13899-2020-estabelece-o-orcamento-geral-do-municipio-de-ponta-grossa-para-o-exercicio-de-2021>. Acesso em: 30 nov. 2021.

LINS, S. L. B.; WEILER, K. L.; PEREIRA, R. C. F.; BECK, C. G. O comportamento de consumo de tecnologias digitais pelo público feminino. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 10, núm. Esp.6, p. 956-975, 2017.

LIVINGSTONE, S.; LUNT, P. K. Predicting personal debt and debt repay me: Psychological, social and economic determinants. **Journal of Economic Psychology**, n. 13, p.111-134, 1992.

LUCENA, W. G. L.; SANTOS, J. M. A.; ASSIS, J. T.; SANTOS, M. C. Fatores que influenciam o endividamento e a inadimplência no setor imobiliário da cidade de Toritama-PE à luz das finanças comportamentais. **Holos**, 6, p. 90-113, 2014.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, p. 720, 2001.

MARGARIDO, M. A.; ANEFALOS, L. C. Testes de co-integração utilizando o SAS: teoria e aplicação. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 7-21, Jan. 2001.

MARGARIDO, M. A.; MEDEIROS JUNIOR, H. Teste para mais de uma raiz unitária: uso do software SAS® na elaboração de uma rotina para o teste Dickey Pantula. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 149-170, 2006.

MARQUES, M. M. L.; FRADE, C. O endividamento dos consumidores: questões principais. **Impactum Coimbra University Press**, Almedina, Lisboa, p. 02, 2000. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/25251/1/NE14_artigo2.pdf?ln=pt-pt. Acesso em: 28 dez. 2021.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 2, p. 9-18, jan./abr., 2008.

MARTINS, N. M; FERRAZ, C. A. A expansão do mercado de crédito brasileiro no período 2004-2009: determinantes, condicionantes e sustentabilidade. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 269-289, 2011.

DE MEDEIROS, A. P.; DE OLIVEIRA, G. X.; BENDER FILHO, R. Crédito consignado: segmentos e efeitos econômicos. RACE - **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**. 17, 2, p. 783–810, 2018. DOI:<https://doi.org/10.18593/race.v17i2.16604>.

MEIRINHOS, M.; OSÓRIO, A. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. EDUSER: **Revista de Educação**, v.2, n. 2, 2010.

MESSIAS, J. F.; SILVA, J. U.; SILVA, P. H. C. Marketing, Crédito & Consumismo: Impactos sobre o endividamento precoce dos jovens Brasileiros. **Revista Eniac Pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 43-59, 2015.

MINELLA, J. M.; BERTOSSO, H.; PAULI, J.; CORTE, V. F. D. A influência do materialismo, educação financeira e valor atribuído ao dinheiro na propensão ao endividamento de jovens. **Revista Gestão & Planejamento**, 18(1), 182-201, 2017.

MONTGOMERY, D. C. **Introduction to Statistical Quality Control**. New York: John Wiley and Sons, 1985.

MOORE, David S. **The Basic Practice of Statistics**. New York, Freeman, 2007.

MORA, M. **A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2014. (Texto para discussão, n. 2022).

MOREIRA, R. C.; CARVALHO, H. L. F. S. As finanças pessoais dos professores da rede municipal de ensino de campo Formoso-BA: Um estudo na Escola José de Anchieta. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, n. 1, p. 122-137, 2013.

MOURA, A. G. de. **Impacto dos Diferentes Níveis de Materialismo na Atitude ao Endividamento e no Nível de Dívida para Financiamento do Consumo nas Famílias de Baixa Renda do Município de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005.

MOURA, A. G. de.; ARANHA, F.; ZAMBALDI, F.; PONCHIO, M. C. As Relações entre Materialismo, Atitude ao Endividamento, Vulnerabilidade Social e Contratação de Dívida para Consumo: um estudo empírico envolvendo famílias de baixa renda no Município de São Paulo. **Encontro de Marketing da Anpad**, v.2, Rio de Janeiro, p. 1-16, 2006.

NYHUS, E. K., WEBLEY, P. The role of personality in household saving and borrowing behaviour. **European Journal of Personality**, 15 (1,SpecIssue), S85–S103, 2001. Disponível: <https://doi.org/10.1002/per.422>. Acesso em: 05 abr. 2022.

OLIVEIRA, G. C. de; WOLF, P. J. W. **A Dinâmica do Mercado de Crédito no Brasil no Período Recente (2007-2015)**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2016 (Texto para discussão, n. 2243).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). World Health Organization. Severe acute respiratory syndrome (SARS). Disponível em: <https://www.who.int/csr/sars/en/>. Acesso em: 15 mai. 2022.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness. Recommendation of the Council. Jul, 2005.

PACHECO, G. B.; CAMPARA, J. P.; COSTA JR., N. C. A. da. Traços de Personalidade Atitude ao Endividamento e Conhecimento Financeiro: um Retrato dos Servidores da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista de Ciências da Administração**, v. 20, n. 52, p. 54-73, 2018.

PAIVA, G.; SILVA, D.; FEIJÓ, C. “Nota exploratória sobre o consumo e a classificação socioeconômica no Brasil baseada em evidências da pesquisa de orçamento familiar”, **Revista de Economia Contemporânea**, n. 20, v. 2, p.1-22, 2016.

PEREIRA, R. M.; SOUZA JÚNIOR, C. V. N. Endividamento e Qualidade de Vida: um Olhar dos Servidores Públicos Brasileiros. **Revista de Estudos Sociais**, v. 23, n. 47, p. 30-50, 2021. DOI 10.19093/res9973.

PEREIRA, R. M.; SOUZA JÚNIOR, C. V. N.; GONÇALVES, G. C.; DE ALMEIDA, A. N.; NUNES, A. Crédito Consignado e Endividamento dos Servidores do Distrito Federal. **Revista Razão Contábil e Finanças**, v. 11, n. 2, p. 1-15, Fortaleza, 2020.

PESQUISA NACIONAL DE ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR (PEIC) – CNC/2021 – Divisão Econômica – Rio de Janeiro. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2021-07/semestre-fecha-com-maior-perce-ntual-de-endividados-desde-2010>. Acesso em:26 nov. 2021.

PHILLIPS, P; PERRON, P. Testing for Unit Root in Time Series Regression. **Biometrika**. v. 78, p.335-46, June 1988.

PHILLIPS, P. C.; OULIARIS, S. Asymptotic properties of residual based tests for cointegration. **Econometrica: Journal of the Econometric Society**, JSTOR, p. 165–193, 1990.

PINHEIRO, J. L. **Mercado de Capitais: Fundamentos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 2009.

PINTO, N. G. M.; GERING, S. M. P.; VIEIRA, K. M. Causas e Consequências da Inadimplência: Uma Análise sob Diferentes Dimensões. **Congresso Internacional de Administração**, 2018.

PONCHIO, M. C. The Influence of Materialism on Consumption Indebtedness in the Context of Low Income Consumers From the City of Sao Paulo. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

PORTO, A. J. M.; BUTELLI, P. O endividamento das famílias brasileiras pode ter um lado positivo? **Revista Justiça e Cidadania**, Rio de Janeiro, n. 161, 2014.

PRATES, D. M.; BIANCARELLI, A. M.; CARNEIRO, R. M.; FREITAS, M. C. P.; ROSSI, P.; AGUIAR, L.; LODI, A. L. Panorama do ciclo de crédito recente: condicionantes e características gerais. **Projeto de Estudos Sobre as Perspectivas da Indústria Financeira Brasileira e o Papel dos Bancos Públicos – Subprojeto: Mercado de Crédito Bancário**. Campinas: BNDES/ FECAMP/CECON-IE-UNICAMP/IE-UFRJ, 2009.

PRATES, D. M.; CUNHA, A. M. Medidas macroprudenciais e a evolução do crédito em 2011. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 117-128, 2012.

PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E. C. **Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**, ed. 2, Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

RAUEN, F. J. **Elementos de iniciação à pesquisa**. Rio do Sul: Nova Era, 1999.

RAUPP, F. M., BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais**. In I. M. Beuren (Ed.), *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática* (3rd ed., pp. 76-97). São Paulo: Atlas, 2006.

REGAZZI, A. J. **INF 766 - Análise multivariada**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas. Departamento de Informática, 2001. 166p. Apostila de disciplina.

RIBEIRO, A. Governo vê limite para BB e Caixa. *Valor Econômico*, 22 fev. 2013.

RICHINS, M. L.; DAWSON, S. A consumer values orientation for materialism and its measurement: Scale development and validation. **Journal of Consumer Research**, v. 19, p. 303–316, 1992.

ROCHA, A. S.; FREITAS, F. P. C. O superendividamento, o consumidor e a análise econômica do Direito. **Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI**, Fortaleza, jun. 2010. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/16949>. Acesso em: 05 jan. 2022.

RODRIGUES, M. L.; LIMENA, M. M. C. **Metodologias multidimensionais em Ciências Humanas**. Brasília: Líber Livros, 2006.

RUBERTO, I. V. G.; VIEIRA, K. M.; BENDER FILHO, R.; SILVEIRA, V. G. da. A influência dos fatores macroeconômicos sobre o endividamento das famílias brasileiras no período de 2005-2012. **Revista Estudos do Cepe**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 37, p.58-77, jun. 2013. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/3328/2755>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SANTOS, F. E. de L. A. **Carta de Conjuntura nº 13 – 4º Trimestre de 2020**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2020.

SANTOS, F. E. de L. A. **Carta de Conjuntura nº 50 – 1º Trimestre de 2021**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2021.

SANTOS, F. E. de L. A. **Carta de Conjuntura nº 53 – 4º Trimestre de 2021**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2021.

SANT'ANNA, A. A.; BORÇA JÚNIOR, G. R.; ARAUJO, P. Q. Mercado de crédito no Brasil: evolução recente e o papel do BNDES (2004-2008). **Revista do BNDES**, v. 16, n. 31, p. 41-60, jun. 2009.

SCHUH, A. B.; CORONEL, D. A.; BENDER FILHO, R. Payroll loans and its relationship with the aggregate economic activity (2004-2014). **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 148-173, jan./fev. 2017.

SECCO, C. F. C.; OLIVEIRA, E. M.; AMORIM, R. M. Comportamento do Consumidor: Fatores que Determinam o Processo de Compra no Mercado Varejista em Palmas – TO. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína, v.7, n.3, Pub.4, 2014. ISSN 1983-6708.

SICSÚ, J.; CASTELAR, A. **Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, Brasília, 2009.

SICSÚ, J. Governo Lula: a era do consumo? **Revista de Economia Política**, vol. 39, nº 1 (154), pp. 128-151, janeiro-março/2019.

SILVA, J. M.; MACEDO, M. R. G. O. Crédito Consignado e o Risco de Endividamento: Perfil dos Servidores e o Panorama na Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Revista dos Mestrados Profissionais – RMP**. ISSN – 2317 – 0115, v. 10, n. 1, Recife, 2021.

SILVA, A. K. P.; DA SILVA, F. G. F.; FERREIRA, J. L.; CASTRO, P. A. C. Finanças Pessoais: um estudo da relação entre a educação financeira e o endividamento dos servidores da Universidade Federal do Ceará. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 11, n. 2, p. 3189-3213, jul/dez 2020.

SILVA, J. G.; SILVA NETO, O. S.; ARAÚJO, R. C. C. Educação Financeira de Servidores Públicos: Hábitos de Consumo, Investimento e Percepção De Risco. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 5, n. 2, p.104-120, ago. 2017.

SINGER, A. “Raízes sociais e ideológicas do Lulismo”, **Novos Estudos**, n. 85, pp. 83-102, 2009.

SOUZA JÚNIOR, J. R. C.; LEVY, P. M. **Carta de Conjuntura**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2016.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC). Inadimplentes Brasileiros 2018: Perfil e Comportamento Frente às Dívidas. Agosto, 2018. Disponível em: <file:///D:/Usuario/Downloads/analiseperfilinadimplente2018.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2022.

STAKE, R. The art of case study research. **Thousand OAKS**, CA: Sage, p.49-68, 1995.

TEMÓTEO, A. Servidores públicos estão cada vez mais endividados. *Correio Braziliense*, 2018. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/07/19/internas_economia,695866/servidores-publicos-estao-cada-vez-mais-endividados.shtml. Acesso em: 13 jan. 2022.

TOKUNAGA, H. The use and abuse of consumer credit: Application of psychological theory and research. *Journal of Economic Psychology*, v. 14, n. 2, p. 285-316, 1993.

TRINDADE, L. de L.; RIGHI, M. B.; VIEIRA, K. M. De onde vem o endividamento feminino?: construção e validação de um modelo PLS-PM. *Revista Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, ed. 73, n. 3, p. 718-746, set/dez 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-23112012000300006>. Acesso em 24 fev. 2022.

TURRIONI, J. B.; MELLO, C. H. P. **Metodologia de pesquisa em engenharia de produção**: estratégias, métodos e técnicas para condução de pesquisas quantitativas e qualitativas. Universidade Federal de Itajubá, Unifei, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEPE. Relatórios de Docentes Ativos e Inativos e Técnicos-Administrativos Ativos e Inativos. Curitiba, 2021. Disponível em: <http://www.progepe.ufpr.br/progepe/relatorios/>. Acesso em: 16 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças - PROPLAN. Orçamento Anual. Curitiba, 2021. Disponível em: <http://www.proplan.ufpr.br/portal/orcamentooanual/>. Acesso em: 30 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças - PROPLAN. Demonstrações Contábeis: 4º Trimestre de 2020, Curitiba, 2021. Disponível em https://www.ufpr.br/portalufpr/wp-content/uploads/2021/02/notasexplicativascompletas4trimestre_2020.pdf. Acesso em: 13jan. 2022.

VERDINELLI, M. A.; LIZOTE, S. A.; OLIVARES, A. Conhecimentos Financeiros no âmbito universitário: uma análise com estudantes do Brasil e Venezuela. **Colóquio Internacional de Gestão Universitária**, 2014.

VIEIRA, K. M.; FLORES, S. A. M.; POTRICH, A. C.; CAMPARA, J. P.; PARABONI, A. L. Percepção e comportamento de risco financeiro: análise da influência da ocupação e demais variáveis sociodemográficas. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 3, n. 3, p. 130-147, 2013.

VOSS, C.; TSIKRIKTSIS, N.; FROHLICH, M. Case research in operations management. *International Journal Of Operations & Production Management*, v. 22, n. 2, p. 195-219, 2002.

WANG, L. B., LU, A. W., MALHOTRA, N. K. Demographics, attitude, personality and credit card features correlate with credit card debt: a view from China. *Journal of Economic Psychology*, v. 32, n. 1, p. 179-193, 2011.

WATSON, John J. The relationship of materialism to spending tendencies, saving, and debt. *Journal of Economic Psychology*, Amsterdam, v. 24, n. 6, p. 723-739, Dec. 2003.

WERNECK, G. L. A pandemia de COVID-19: desafios na avaliação do impacto de problemas complexos e multidimensionais na saúde de populações. **Cad. Saúde Pública**, v. 38, n. 4, 2022. DOI: 10.1590/0102-311XPT045322.

YIN. R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZDANOWICZ, J. E. **Criando valor através do orçamento**. Porto Alegre: Novak Multimedia, 2003.

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: Endividamento Familiar dos Servidores Públicos da Universidade Federal do Paraná

Pesquisadora Responsável: Marina Prado

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Frega

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado(a) a participar de um questionário. Este documento, chamado “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de aceitá-lo, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Você é livre para decidir participar e pode desistir a qualquer momento sem que isto lhe traga prejuízo algum.

A pesquisa intitulada “Endividamento Familiar dos Servidores Públicos da Universidade Federal do Paraná” tem como objetivo “Identificar os aspectos da atitude ao endividamento e do conhecimento financeiro frente ao endividamento familiar dos servidores ativos da Universidade Federal do Paraná”.

Participando do estudo você está sendo convidado(a) a responder um questionário anônimo, o qual será encaminhado a todos os servidores ativos da UFPR e que contém 31 perguntas, dispendendo um tempo aproximado de 10 minutos.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Marina Prado, através do e-mail marina.prado@ufpr.br.

***Obrigatório**

Após leitura do Termo de Consentimento, você aceita participar da pesquisa?*

Sim

Não

Bloco 1

Perfil Sociodemográfico

Qual é o gênero com que você se identifica?

Feminino

Masculino

Prefiro não responder

Qual é a sua idade? _____

Qual é o seu estado civil?

Solteiro(a)

Casado(a) ou União Estável

Divorciado(a) ou Separado(a)

Viúvo(a)

Outro

Quantos dependentes você possui? (Dependente financeiro = aquele que depende integralmente da sua renda)

Não possuo dependentes

Possuo 1 dependente

Possuo 2 dependentes

Possuo 3 dependentes

Possuo 4 ou mais dependentes

Qual é a sua escolaridade máxima?

Ensino Fundamental

Ensino Médio

Ensino Superior

Especialização

Mestrado

Doutorado

Pós-Doutorado

Qual é a sua renda bruta mensal estimada? _____

Qual é a renda bruta mensal estimada da sua família? (Incluindo a renda dos dependentes financeiros e não financeiros) _____

Aproximadamente, quantos anos você possui de serviço? (Considerando o período trabalhado na UFPR e em demais empresas) _____

Qual é a sua categoria profissional?

Técnico-Administrativo em Educação

Docente

Outro

Bloco 2

Finanças Pessoais

No momento você possui dívidas? (Incluindo financiamento de imóveis, carros, cartão de crédito, empréstimo consignado, entre outros)

Sim

Não

Qual o valor (total de hoje) aproximado de dívidas que você possui? (Incluindo financiamento de imóveis, carros, cartão de crédito, empréstimo consignado, entre outros) _____

Atualmente, qual(is) modalidade(s) de crédito você utiliza?

Crédito consignado

Cartão de crédito

Financiamento de imóvel

Financiamento de veículo

Crédito pessoal (CDC) não consignado

Carnês em lojas

Parente(s)

Agiota(s)

Outros

Não utilizo nenhuma modalidade de crédito

Você possui dívidas em atraso?

Sim

Não

Não sei

Você possui contas atrasadas por mais de 180 dias?

Sim

Não

Não sei

Marque as situações mais significativas que o(a) levou a contrair dívida,

caso tenha:

Desemprego na família

Viagem

Educação

Redução da renda familiar provinda da aposentadoria

Redução da renda familiar por defasagem salarial (falta de reajustes e inflação)

Compra de imóvel

Compra de carro

Reforma do imóvel

Abertura de negócio próprio

Alto consumo/materialismo

Má gestão da renda

Problemas de saúde

Ajudar parente

Regularizar outras dívidas

Consequências da pandemia da Covid-19

Facilidade de crédito

Outros

Não possuo dívida

A pandemia da Covid-19 impactou no aumento de dívidas em minha família.

Discordo totalmente

Discordo em parte

Não discordo e nem concordo

Concordo em parte

Concordo totalmente

Bloco 3

Atitude ao Endividamento

Não é certo gastar mais do que ganho.

Discordo totalmente

Discordo em parte

Não concordo e nem discordo

Concordo em parte

Concordo totalmente

Acho normal as pessoas ficarem endividadas para pagar suas coisas.

Discordo totalmente

Discordo em parte

Não concordo e nem discordo

Concordo em parte

Concordo totalmente

As pessoas ficariam desapontadas comigo se soubessem que eu tenho dívida.

Discordo totalmente

Discordo em parte

Não concordo e nem discordo

Concordo em parte

Concordo totalmente

É melhor primeiro juntar dinheiro e só depois gastar.

Discordo totalmente

Discordo em parte

Não concordo e nem discordo

Concordo em parte

Concordo totalmente

Prefiro comprar parcelado a esperar ter dinheiro para comprar a vista.

Discordo totalmente

Discordo em parte

Não concordo e nem discordo

Concordo em parte

Concordo totalmente

Prefiro pagar parcelado mesmo que no total seja mais caro.

Discordo totalmente

Discordo em parte

Não concordo e nem discordo

Concordo em parte

Concordo totalmente

Eu sei exatamente quanto devo em lojas, cartão de crédito ou banco.

Discordo totalmente

Discordo em parte

Não concordo e nem discordo

Concordo em parte

Concordo totalmente

É importante saber controlar os gastos da minha casa.

Discordo totalmente

Discordo em parte

Não concordo e nem discordo

Concordo em parte

Concordo totalmente

Não tem problema ter dívida se eu sei que posso pagar.

Discordo totalmente

Discordo em parte

Não concordo e nem discordo

Concordo em parte

Concordo totalmente

Bloco 4

Conhecimento Financeiro

Suponha que você tenha algum dinheiro. Você considera mais seguro

colocá-lo:

Em um negócio ou investimento

Em várias empresas ou investimentos

Não sei

Suponha que ao longo dos próximos 10 anos os preços das coisas que você compra dupliquem. Se o seu rendimento também duplicar, você será capaz de comprar menos do que você pode comprar hoje, o mesmo que você pode comprar hoje, ou mais do que você pode comprar hoje?

Menos

O mesmo

Mais

Não sei

Suponha que você precise pegar emprestados R\$100,00. Quando for pagar essa dívida, qual o valor mais barato?

R\$ 105,00

R\$ 100,00 + 3%

Não sei

Suponha que você coloque seu dinheiro no banco por dois anos e que o banco deposite um juro de 15% ao ano na sua conta. Será que o banco irá

adicionar mais dinheiro para a sua conta no segundo ano do que adicionou no primeiro ano, ou vai adicionar a mesma quantidade de dinheiro ambos os anos?

- Mais
- O mesmo
- Não sei

Suponha que você tenha R\$100,00 em uma conta poupança e o banco deposita um juro de 10% ao ano na sua conta. Quanto dinheiro você terá na conta depois de cinco anos se você não remover qualquer dinheiro da conta?

- Mais de R\$ 150,00
- Exatamente R\$ 150,00
- Menos de R\$ 150,00
- Não sei

Agradecemos a sua participação!